

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM: Desenvolvimento e Cooperação Internacional

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO:

A Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento na Imprensa (1998/99)

AUTOR:

Edite Mendes Singens

Orientação: Prof. Doutor Jochen Oppenheimer

Prof^a Doutora Isabel Ribeiro Ferin Cunha

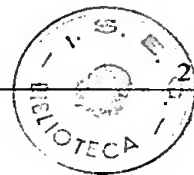
Júri:

Presidente: Doutor Jochen Oppenheimer, professor catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Vogais: Doutora Isabel Ribeiro Ferin Cunha, professora auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa;
Doutor José Manuel Rebelo Guinote, professor auxiliar do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Doutora Joana Helena Maria Fajardo Pacheco Pereira Leite, professora auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Setembro 2001



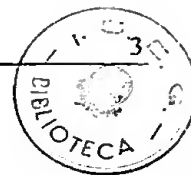
RESUMO E PALAVRAS CHAVE

- Tema: A Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento na Imprensa (1998/99).
- Autor: Edite Mendes Singens
- Orientação: Prof. Doutor Jochen Oppenheimer
Prof^a Doutora Isabel Ribeiro Ferin Cunha

As mensagens transmitidas pelos *media* e os efeitos que exercem na formação/informação da opinião pública, são determinantes na interpretação da problemática da cooperação portuguesa para o desenvolvimento aos olhos do cidadão comum, na medida em que constituem a principal fonte de informação sobre a matéria. Na procura do sentido desta interpretação, o presente trabalho analisa as principais características do discurso jornalístico nacional sobre a cooperação portuguesa e em que medida influenciam a opinião pública. O *corpus* de análise compõe-se de 170 peças publicadas em dois jornais diários de referência: *Público* e *Diário de Notícias*, em 1998 e 1999.

Das características mais significativas do discurso jornalístico destacam-se o estereótipo, a descontextualização e fragmentação, bem como o carácter negativista, condicionando o nível de qualidade informativa da opinião pública. Outra importante característica, é o apelo ao universo simbólico *lusu-tropicalista* nas relações de cooperação entre Portugal e o PALOP, indo de encontro a convicções e preconceitos latentes na sociedade portuguesa.

- Palavras chave: cooperação para o desenvolvimento, ajuda ao desenvolvimento, *media*, opinião pública, cooperação portuguesa.



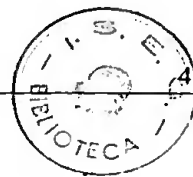
ABSTRACT

- Theme: The Portuguese Development Co-operation in the Press (1998/99).
- Author: Edite Mendes Singens
- Orientation: Prof. Doctor Jochen Oppenheimer
Prof. Doctor Isabel Ribeiro Ferin Cunha

The messages transmitted by the *media* and their effects on the formation/information of the public opinion, are determinant for the interpretation of the Portuguese development co-operation problematic in the eyes of the common citizen, in the sense that it consists the main source of information about the matter. Searching the sense of this interpretation, the present work analyses the main characteristics of the national journalistic speech about Portuguese development co-operation, and in what measure influences public opinion. The analysis *corpus* is composed of 170 pieces published in two reference daily newspapers: *Público* and *Diário de Notícias*, in 1998 and 1999.

Of the most significant characteristics of the national journalistic speech, are highlighted the stereotype, the problems of context and the fragmentation, as well as the negativist character, which subject to conditions the public opinion's quality level. Another important characteristic, is the appeal to the *luso-tropicalist* symbolic universe in the co-operation relationship between Portugal and the PALOP (Portuguese Speaking African Countries), which goes towards convictions and prejudices beneath Portuguese society.

- Key words: development co-operation, development assistance, *media*, public opinion, Portuguese co-operation.



AGRADECIMENTOS

O trabalho que seguidamente se apresenta só foi possível com o apoio do Instituto da Cooperação Portuguesa, que me proporcionou a frequência deste Mestrado.

Os meus agradecimentos, antes de mais, estendem-se a todos aqueles que permitiram, facilitaram ou apoiaram de alguma forma a realização desta tese. Entre eles, gostaria de nomear os meus orientadores, Prof. Jochen Oppenheimer e Prof^a Isabel Ferin Cunha, cuja orientação só conheceu limites na minha falta de solicitação.

Agradeço também aos colegas de trabalho, em especial à grande colega e amiga Tânia Montalvão, cuja capacidade de se desdobrar em duas durante as minhas ausências foi decisiva; bem como, à minha Directora Maria João Magalhães pela compreensão.

Um especial obrigado às minhas amigas Catarina, Lurdes, Paula, Sónia e Zidia, sempre preocupadas e atentas.

Obrigado ainda à minha família, sobretudo ao meu pai e irmã pelo incentivo e carinho.

Por fim, deixo toda a gratidão que é possível exprimir ao meu marido, Carlos, e ao meu filho, David, por toda a felicidade que me proporcionam. Especialmente a ambos dedico este trabalho.

ÍNDICE

Resumo e palavras chave	2
Abstract	3
Agradecimentos	4
 I. Introdução	 9
Definições	11
II. Metodologia	13
A análise do discurso	15
O conceito de notícia e os princípios da análise do discurso jornalístico.	16
III. A Opinião Pública e a Política de Ajuda ao Desenvolvimento	19
1.1. Da Guerra Fria aos anos 90	19
As motivações da cooperação para o desenvolvimento e o papel da opinião pública	23
Os estudos de opinião mais recentes	27
1.2. Opinião pública – ambiguidades por interpretar	32
A favor ou contra a ajuda ao desenvolvimento.....	33
IV. O Papel dos <i>Media</i>	38
1.1. Os efeitos dos <i>media</i> na opinião pública e os efeitos cognitivos da comunicação	38
1.2. Os <i>media</i> , a opinião pública e a ajuda ao desenvolvimento – um trio desafinado	40
V. Os Constrangimentos da Imprensa Diária Portuguesa	46
1.1. A cooperação para o desenvolvimento – um tema não prioritário	46
1.2. As fontes	51
1.3. Os constrangimentos dos jornalistas	53
VI. Mitos, Ficções e Factos da Cooperação Portuguesa	56
1.1. A cooperação portuguesa para o desenvolvimento no <i>Diário de Notícias</i> e no <i>Público</i>	56
1.1.2. Mitologias e realidades – contradições quotidianas do luso-tropicalismo	59
Timor-Leste versus PALOP	68
A ajuda humanitária	69
As ONGD	71

1.1.3. As fragilidades da cooperação portuguesa para o desenvolvimento – problemas sistémicos ignorados pelos media e pela opinião pública	75
VII. Conclusão	95
Anexos	100
Anexo I	101
▪ Quadro 1: Jornal Público 1998 – Tiragem e Circulação	102
▪ Quadro 2: Jornal Público 1998 – Distribuição Geográfica da Circulação	102
▪ Quadro 3: Jornal Público 1999 - Tiragem e Circulação	103
▪ Quadro 4: Jornal Público 1999 - Distribuição Geográfica da Circulação	103
▪ Quadro 5: Jornal Diário de Notícias 1998 – Tiragem e Circulação	104
▪ Quadro 6: Jornal Diário de Notícias 1998 – Distribuição Geográfica da Circulação	104
▪ Quadro 7: Jornal Diário de Notícias 1999 - Tiragem e Circulação	105
▪ Quadro 8: Jornal Diário de Notícias 1999 - Distribuição Geográfica da Circulação	105
Anexo II	106
▪ Quadro 1: Jornal Público 1998 – Grelha Temática e Temporal	107
▪ Quadro 2: Jornal Diário de Notícias 1998 – Grelha Temática e Temporal	108
▪ Quadro 3: Jornal Público 1999 – Grelha Temática e Temporal	111
▪ Quadro 4: Jornal Diário de Notícias 1999 – Grelha Temática e Temporal	113
Anexo III	114
▪ Quadro 1: Jornal Público 1998 – Distribuição Geográfica e Mensal das Peças	115
▪ Quadro 2: Jornal Público 1998 – Distribuição Mensal por Tipo de Peça	115
▪ Gráfico 1: Jornal Público 1998 – Distribuição Geográfica do Total de Peças (%) ..	116
▪ Gráfico 2: Jornal Público 1998 – Distribuição por Tipo de Peça (%)	116
▪ Gráfico 3: Jornal Público 1998 – Distribuição Geográfica e Mensal das Peças	117
▪ Gráfico 4: Jornal Público 1998 – Distribuição Mensal por Tipo de Peça	117
▪ Quadro 3: Jornal Diário de Notícias 1998 – Distribuição Geográfica e Mensal das Peças	118
▪ Quadro 4: Jornal Diário de Notícias 1998 – Distribuição Mensal por Tipo de Peça ..	118
▪ Gráfico 5: Jornal Diário de Notícias 1998 – Distribuição Geográfica do Total de Peças (%)	119
▪ Gráfico 6: Jornal Diário de Notícias 1998 – Distribuição por Tipo de Peça (%)	119
▪ Gráfico 7: Jornal Diário de Notícias 1998 – Distribuição Geográfica e Mensal das Peças	120

▪ Gráfico 8: Jornal Diário de Notícias 1998 – Distribuição Mensal por Tipo de Peça..	120
▪ Quadro 5: Jornal Público 1999 – Distribuição Geográfica e Mensal das Peças	121
▪ Quadro 6: Jornal Público 1999 – Distribuição Mensal por Tipo de Peça	121
▪ Gráfico 9: Jornal Público 1999 – Distribuição Geográfica do Total de Peças (%)	122
▪ Gráfico 10: Jornal Público 1999 – Distribuição por Tipo de Peça (%)	122
▪ Gráfico 11: Jornal Público 1999 – Distribuição Geográfica e Mensal das Peças	123
▪ Gráfico 12: Jornal Público 1999 – Distribuição Mensal por Tipo de Peça	123
▪ Quadro 7: Jornal Diário de Notícias 1999 – Distribuição Geográfica e Mensal das Peças	124
▪ Quadro 8: Jornal Diário de Notícias 1999 – Distribuição Mensal por Tipo de Peça...	124
▪ Gráfico 13: Jornal Diário de Notícias 1999 – Distribuição Geográfica do Total de Peças (%).....	125
▪ Gráfico 14: Jornal Diário de Notícias 1999 – Distribuição por Tipo de Peça (%)	125
▪ Gráfico 15: Jornal Diário de Notícias 1999 – Distribuição Geográfica e Mensal das Peças	126
▪ Gráfico 16: Jornal Diário de Notícias 1999 – Distribuição Mensal por Tipo de Peça..	126
▪ Quadro 9: Diário de Notícias e Público 1998 – Distribuição Geográfica e Mensal das Peças	127
▪ Quadro 10: Diário de Notícias e Público 1998 – Distribuição Mensal por Tipo de Peça	127
▪ Gráfico 17: Diário de Notícias e Público 1998 – Distribuição Geográfica do Total de Peças (%)	128
▪ Gráfico 18: Diário de Notícias e Público 1998 – Distribuição por Tipo de Peça (%)...	128
▪ Gráfico 19: Diário de Notícias e Público 1998 – Distribuição Geográfica e Mensal das Peças	129
▪ Gráfico 20: Diário de Notícias e Público 1998 – Distribuição Mensal por Tipo de Peça	129
▪ Quadro 11: Diário de Notícias e Público 1999 – Distribuição Geográfica e Mensal das Peças	130
▪ Quadro 12: Diário de Notícias e Público 1999 – Distribuição Mensal por Tipo de Peça	130
▪ Gráfico 21: Diário de Notícias e Público 1999 – Distribuição Geográfica do Total de Peças (%).....	131
▪ Gráfico 22: Diário de Notícias e Público 1999 – Distribuição por Tipo de Peça (%) ...	131
▪ Gráfico 23: Diário de Notícias e Público 1999 – Distribuição Geográfica e Mensal das Peças	132

▪ Gráfico 24: Diário de Notícias e Público 1999 – Distribuição Mensal por Tipo de Peça	132
▪ Quadro 13: Autorias – Jornal Diário de Notícias 1998/99	133
▪ Quadro 14: Autorias – Jornal Público 1998/99	134
 Anexo IV	 135
▪ Quadro 1: Distribuição Sectorial da APD Bilateral Portuguesa (MUSD)	136
▪ Gráfico 1: Distribuição Sectorial da APD Bilateral Portuguesa % (1998/99)	137
 Bibliografia	 138

I. Introdução

Para o cidadão comum; a ajuda ao desenvolvimento pode ter razões tão diversas como a solidariedade, a caridade, a moral, a religião ou ainda ter por base convicções políticas, interesses económicos ou estratégicos. Pode ser considerada essencial ou inútil, desperdício de dinheiros públicos ou factor determinante para a sobrevivência das populações pobres e para o equilíbrio económico mundial. Ao mesmo tempo que aumenta o fosso entre a disponibilidade de ajuda externa e a necessidade de tais recursos, ainda se sabe muito pouco acerca dos factores que levam – ou podem levar – a opinião pública a apoiar a causa da ajuda ao desenvolvimento. As mensagens transmitidas pelos *media* são, contudo, determinantes na formulação destas opiniões, na medida em que constituem fonte primordial de informação sobre a matéria. Deste modo, estabelece-se uma relação entre *media* / opinião publica / ajuda ao desenvolvimento que este estudo visa identificar e interpretar. Em foco, estarão as características gerais que tocam os países doadores da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e as especificidades inerentes a Portugal.

O presente trabalho de investigação realiza um estudo sobre as mensagens veiculadas para a opinião pública sobre a cooperação portuguesa para o desenvolvimento, através das notícias publicadas na imprensa nacional, no período compreendido entre 1998 e 1999. Para o efeito, foram seleccionados dois jornais diários de referência: *Público* e *Diário de Notícias*. A escolha desta fonte recai no facto de os *media* constituírem o principal canal de informação sobre a cooperação portuguesa a nível nacional e de, neste sentido, contribuírem para a formação da opinião pública sobre a temática da cooperação para o desenvolvimento.

A identificação das características e objectivos do discurso jornalístico português, ou seja, como se noticia a cooperação em Portugal, para além da forma como tais elementos influenciam a opinião pública e contribuem

para a formação do pensamento dos portugueses sobre a problemática da cooperação para o desenvolvimento, é o principal objectivo que enquadra este trabalho.

Assim, em primeiro lugar, expõe-se a análise sobre a relação entre a opinião pública e a ajuda ao desenvolvimento, bem como, as interpretações possíveis retiradas de estudos de opinião. Seguidamente, é abordado o papel dos *media* na opinião pública no sentido de se estabelecer a análise da interacção entre os três elementos: *media* / opinião pública / ajuda ao desenvolvimento. Em terceiro lugar, é analisado o tratamento dado pela imprensa nacional à temática da ajuda ao desenvolvimento em geral e da cooperação portuguesa em particular, na óptica dos constrangimentos jornalísticos a que o assunto está sujeito. Por último, o caso português é estudado ao pormenor com base no *corpus* de peças jornalísticas seleccionadas.

Este trabalho, ao pretender interpretar o papel do discurso jornalístico na formação da opinião pública portuguesa sobre a cooperação para o desenvolvimento, avança com a seguinte hipótese:

- O discurso jornalístico, marcadamente simplista e de pendor negativo, mas também estereotipado, apresenta, em suma, uma faceta parcial e redutora da complexidade do real ao veicular informações insuficientes e distorcidas.

Características que pretendo evocar, exemplificar, detalhar e comprovar, bem como, analisar em que medida se repercutem negativamente na formação da opinião pública portuguesa traduzindo-se:

- Na percepção parcial do real e na falta de esclarecimento face à globalidade da questão;
- Na sensibilização apenas para as questões humanitárias da ajuda;
- Na formulação de ideias preconceituosas sobre os países do Sul, e;
- Na frustração e cepticismo perante a eficácia da ajuda ao desenvolvimento.

O estudo desta problemática passará por uma análise da relação *media* / opinião pública / ajuda ao desenvolvimento, com base nos seguintes pressupostos:

- Opinião pública largamente influenciada pelos *media* que constitui a principal fonte de informação sobre a ajuda ao desenvolvimento;
- Fraco nível de qualidade informativa das populações dos países doadores, que contribui para noções erradas da ajuda externa;
- Existência de ambiguidades na opinião pública quanto ao apoio ou oposição à ajuda ao desenvolvimento, o que resulta na dificuldade de interpretação correcta do seu significado e da sua influência na tomada de decisão política.

Definições

No âmbito desta análise entende-se por *cooperação para o desenvolvimento* as acções de estreitamento de laços políticos, económicos, culturais e sociais entre os países desenvolvidos (incluindo o Estado, as autoridades locais e regionais¹ e as ONGD), através do fornecimento de fluxos financeiros, equipamento e recursos humanos, e os países em desenvolvimento², beneficiários desses fluxos; tendo por principal objectivo a promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar das populações

¹ Relativamente ao fluxos provenientes do Estado Português, autoridades locais e regionais, a análise do presente trabalho cinge-se à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), definida pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Europeu (CAD/OCDE) como sendo "o conjunto de fluxos destinados aos países em desenvolvimento e a instituições multilaterais provenientes de organismos públicos, incluindo o Estado e as autoridades locais, ou das suas agências executoras, e cuja operação corresponda aos seguintes critérios: a) Ter por objectivo principal a promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar dos países em desenvolvimento; b) Ter um carácter concessional e compreender um elemento de dívida de pelo menos 25%." – OCDE/CAD - *Geographical Distribution of Financial Flows to Aid Recipients 1993-1997*, Development Assistance Committee, 1999.

² O termo *Países e Territórios em Desenvolvimento* aqui usado, tem como base a lista de países e territórios beneficiários da ajuda do CAD/OCDE, elaborada segundo uma classificação do PNB *per capita* em 1995. - *Geographical Distribution of Financial Flows to Aid Recipients 1993-1997*, Development Assistance Committee, 1999. A lista é constituída por duas partes: Parte I – "Países em Desenvolvimento" e Parte II – "Países em Transição", sendo actualizada em cada três anos. A última revisão teve lugar em 1999 e dela decorreu que os seguintes países e territórios em desenvolvimento (Parte I) transitariam para a Parte II: Aruba, Polinésia Francesa, Coreia, Macau, Antilhas Holandesas, Nova Caledónia, Marianas, Ilhas Virgens Britânicas, Gibraltar e Líbia. – *1999 Review of the DAC List of Aid Recipients* – DCD/DAC(99)14, Development Assistance Committee, 1999.

dos países recipientes. Esclarece-se, ainda, que a análise do presente trabalho engloba, em termos de países beneficiários da cooperação portuguesa, os cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)³. Os PALOP constituem o destino prioritário dos fluxos APD (mais de 95% de 1991 a 1998) em consequência do passado colonial que liga Portugal aqueles países, constituindo a origem de uma actual relação quotidiana directa ou indirecta com estes africanos.

As referências aos países e territórios em desenvolvimento usadas neste trabalho enquadram-se na classificação por rendimento do PNB *per capita*. O conceito de *países e territórios em desenvolvimento* inclui economias de baixo rendimento (inferior a \$765 *per capita* em 1995), de médio rendimento (superior a \$9 385 *per capita* em 1995) e de alto rendimento (superior a \$9 385 *per capita* em 1995 mas constantes da Parte I da lista do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE – CAD/OCDE). Os conceitos *países desenvolvidos* e *países avançados* são usados em referência aos 21 países de alto rendimento doadores do CAD/OCDE.

³ Os cinco PALOP inserem-se na lista dos *Países Menos Avançados* (PMA), com um PNB *per capita* inferior a \$765 em 1995. - *Geographical Distribution of Financial Flows to Aid Recipients 1993-1997*, Development Assistance Committee, 1999.



II. Metodologia

O método de trabalho consistirá na análise do discurso da imprensa periódica nacional sobre a cooperação portuguesa para o desenvolvimento, entre os anos de 1998 e 1999, tendo sido seleccionados para o efeito dois jornais diários de referência e grande tiragem nacional: o *Público* e o *Diário de Notícias* (Anexo I, Quadros 1 a 6).

O trabalho foi organizado a partir da selecção, recolha e arquivo das peças jornalísticas sobre os cinco PALOP nos anos em estudo. A partir da primeira selecção efectuou-se uma outra, que visava a triagem dos textos onde constassem referências à cooperação portuguesa para o desenvolvimento. O produto da selecção foi, por sua vez, objecto de análise com vista à obtenção de um critério que presidisse à selecção final, dado se verificarem duas situações diversas: a cooperação portuguesa para o desenvolvimento como assunto ou tema do texto jornalístico, situando-se no topo da hierarquia da estrutura temática; a cooperação portuguesa para o desenvolvimento como informação complementar e de relevância secundária no texto.

Assim, a opção adoptada elegeu como objecto de análise os textos em que a cooperação portuguesa é assunto ou tema principal. Este critério permite a obtenção de dados mais objectivos sobre as características do discurso jornalístico sobre a temática em causa, ao colocar sob análise textos onde a cooperação assume um equivalente grau de importância, visto ser o assunto principal. Em oposição, o estudo de um conjunto de referências diferentemente contextualizadas e de importância diversa consoante o texto, dificilmente produzirá elementos concretos de análise e conclusões objectivas.

Deste modo, as peças escolhidas fazem parte de um *corpus* mais extenso de textos jornalísticos publicados nos dois jornais. Trata-se de um trabalho de selecção e estudo de caso sobre uma temática específica não tendo, por

isso, pretensões de ser exaustivo, mas antes contribuir da melhor forma para o estudo da problemática da cooperação em Portugal e para uma melhor compreensão dos *media*, do seu impacto na opinião pública e da própria sociedade portuguesa.

Os textos são organizados de acordo com uma grelha temporal e temática: nome do jornal, ano, mês, dia, título, autor/jornalista (Anexo II, Quadros 1 a 4). A comparação entre os textos de ambos os jornais será feita com base em temas comuns, na “história real comum” (Emília Pedro, 1997:294). Segundo esta autora e com base nos estudos de Fairclough (1995), a estrutura narrativa do discurso dos *media* apresenta duas categorias, a história *real* e a *apresentação* da história real. Sendo a história real, o assunto, o tópico comum entre vários textos jornalísticos, a *apresentação* da história real varia e é sinal das escolhas ideológicas e subjectivas do jornalista e do público a que se dirige, ou seja, o modo como textualiza a história, como expressa a sua percepção e posiciona os seus leitores, que por sua vez, adequam a mensagem recebida à sua própria percepção do mundo. A análise da segunda categoria, do posicionamento do autor, constituirá um dos objectivos fundamentais do presente trabalho.

O *corpus* de imprensa tratado abrange um conjunto de 170 peças jornalísticas, das quais 96 se referem a 1998 e 74 ao ano de 1999 (Anexo III, Quadros 1 a 14 e Gráficos 1 a 24). Este universo é composto por 115 notícias⁴, 24 notícias curtas⁵, 20 artigos de opinião⁶ e 11 reportagens⁷. No que respeita à classificação geográfica, foram identificadas peças com referência directa a Angola (ANG), a Cabo Verde (CVD), à Guiné-Bissau

⁴ Notícia – género jornalístico onde predomina a descrição do *acontecimento genuíno* – facto bruto real. (MacQuail, 1992);

⁵ Notícia curta – género jornalístico que apresenta, antecipa, ou avalia, em poucas linhas, um facto. (Ferin Cunha, Isabel – *D. José Policarpo na Imprensa Portuguesa*, separata da Revista DIDASKALIA, volume XXIX, fascículos 1 e 2, Universidade Católica Portuguesa, 1999, p. 702);

⁶ Artigo de opinião – género jornalístico onde predomina os quadros narrativos e interpretativos do jornalista (*id.*);

⁷ Reportagem – descrição factual daquilo que um observador, em cima do acontecimento em questão, viu e ouviu. (Weaver, Paul H., 1988)

(GBS), a Moçambique (MOÇ), a São Tomé e Príncipe (STP), assim como, a dois grupos específicos: PALOP (referências ao conjunto dos cinco PALOP ou a mais de um) e Não Especificado e Diversos (N.E. e DIV.), (quando o país não é especificado e quando há referências a outros países beneficiários além dos PALOP). No que toca às peças relativas à CPLP, foram apenas consideradas aquelas cujo tema/assunto do texto jornalístico era o papel da cooperação portuguesa no âmbito daquela organização.

Outros pormenores metodológicos relativos a cada temática específica serão descritos nos respectivos capítulos.

A análise do discurso

A análise do discurso é uma abordagem cujo contexto adquire uma dimensão fundamental (Emília Pedro 1997:20). Inicialmente focalizada na linguística e na gramática, abrange actualmente um campo de estudo interdisciplinar, surgido a partir das ciências humanas e sociais, como a linguística, os estudos literários, a antropologia, a semiótica, a sociologia e a comunicação (Van Dijk 1990:35-43). Neste sentido, procura a compreensão de textos social e culturalmente situados e revela interesse quanto aos “aspectos sociais, co-textuais e culturais que permitem a garantia de categorias de explicação para a descrição dos textos” (Emília Pedro 1997:23). Tanto o *texto* como o *contexto* são o campo de acção da análise do discurso (Van Dijk 1990: 43-44).

Pretende-se através desta metodologia obter uma leitura dos textos em questão que vá para além dos significados imediatos ou superficiais, atingindo uma compreensão mais profunda das mensagens intrínsecas e das formas como produzem efeitos no leitor e na formação de uma opinião pública com determinadas características.

O conceito de notícia e os princípios de análise do discurso jornalístico

Antes de dar início à análise proposta neste trabalho parece-me importante definir com maior precisão o conceito de notícia envolvido, bem como, as características gerais do discurso jornalístico tomadas em conta. Para este fim, usarei o conceito de notícia e o método de análise do discurso jornalístico adoptado por Van Dijk (1990)⁸.

O conceito geral de notícia está ligado a *nova informação*, a *dar conhecimento*, mas também a *lembrança* e a *comunicação*. Restringindo-me à noção de notícia de imprensa posso acrescentar que a notícia (tal como refere Van Dijk 1990:18) é o discurso ou artigo jornalístico publicado periodicamente nos jornais, fornecendo ao leitor novas informações sobre acontecimentos recentes. A verdade, é que apesar do conceito parecer claro – todos sabemos distinguir um artigo de jornal quando o vemos – comporta problemas e ambiguidades quanto à distinção de outros textos informativos contidos nos jornais. Assim, optei pela negação, isto é, excluí todo o discurso alheio ao sentido estrito de discurso jornalístico, ou seja, ao discurso jornalístico/informativo sobre acontecimentos políticos, sociais e culturais recentes respeitantes à cooperação portuguesa⁹.

Após a leitura de todas as peças jornalísticas, elaborei uma análise com base na adopção da metodologia descrita na obra *A notícia como Discurso* de Teun Van Dijk (1990) e que teve em conta os seguintes aspectos:

- As micro, as macroestruturas e as superestruturas: o discurso jornalístico apresenta características globais que correspondem aos significados globais do texto, que se traduzem usualmente por *temas* ou

⁸ Teun A Van Dijk – professor catedrático no Departamento de Estudos do Discurso da Universidade de Amesterdão.

⁹ Para clarificação, são excluídas as cartas de leitor e as entrevistas.

assuntos. Os significados globais – macroestruturas – permitem-nos identificar os significados específicos – microestruturas – neles contidos. O *tema* ou *assunto* do texto pertence ao macronível global do discurso. Este sentido global organiza-se, normalmente, de forma convencional (como o início ou encerramento do discurso) – as superestruturas. O discurso jornalístico não foge à regra, inclui categorias convencionais, fixas e uma organização temática hierarquizada: O Sumário (*Headline + Lead*); o Acontecimento Principal; os Antecedentes (História + Contexto); as Causas/Razões; as Consequências; as Reacções; a Situação Política e/ou Social. Para serem totalmente compreendidas, as macroestruturas necessitam do nosso conhecimento prévio do mundo e da nossa capacidade de distinguir a informação essencial da acessória.

- A estrutura temática: como já foi referido, os temas do discurso jornalístico formam uma estrutura hierárquica, com a particularidade que os antecedentes dos acontecimentos informativos podem aparecer mais adiante no discurso jornalístico, em comparação com a sua posição relativamente ao acontecimento principal. O Sumário (*Headline + Lead*), aparentemente, resume o tema da notícia, sendo esta uma das principais características do discurso jornalístico. Por outro lado, podemos obter o tema suprimindo a informação considerada de detalhe ou irrelevante para o entendimento do sentido global do texto. Em terceiro lugar, o discurso pode apresentar uma informação não submetida ao tema principal, sendo-lhe complementar. Logo, pode-se deduzir que o Sumário apenas cobre parte da informação do texto. Em quarto lugar, só um conhecimento prévio do mundo, em geral, e do contexto da notícia e seus antecedentes, em particular, torna possível um maior resumo. O próprio Sumário indica ao leitor um “significado totalizador preferencial do texto”, conferindo maior relevância a determinados actores e/ou acções. Também o público a que o texto se dirige condiciona a estrutura da notícia, quais os actores e/ou acções

mais importantes. Outro tipo de leitores pode assinalar diferentes acontecimentos como merecedores de mais protagonismo.

Uma outra característica típica da estrutura temática prende-se com o seu carácter faseado, como refere Van Dijk. Cada tema apresenta-se por partes, não como um todo. A origem está no princípio geral da organização da relevância da notícia, segundo o qual o discurso jornalístico organiza-se de forma a que a informação mais importante se coloque na posição mais destacada. Tal significa que, para cada tema, a informação de maior relevância apresenta-se primeiro, só depois os temas anteriores se reíntroduzem com o detalhe necessário. Existe, assim, “uma organização de cima para baixo, do geral para o particular, que coincide com a dimensão importante – menos importante”. Trata-se de uma estratégia de produção jornalística que visa permitir aos leitores a obtenção, em primeiro lugar, da informação mais importante. A leitura parcial, nesse caso, não provocará compreensão parcial, mas apenas a perda de alguns pormenores secundários. Por último, a produção da notícia tradicional obedece a limitações de tamanho. A organização atrás descrita permite aos editores cortar os parágrafos finais sem perda da informação essencial.

A elaboração de esquemas tendo em conta a estrutura e as características do discurso jornalístico atrás referidas, permite uma melhor e mais rápida compreensão da notícia, devido à redução do volume de texto ao considerado essencial e à obtenção dos dados principais do discurso. Possibilita também, uma comparação entre os textos dos dois jornais em estudo, bem como, uma tentativa de aproximação e generalização, para efeitos de análise, dos diferentes tipos de discurso jornalístico.

III. Opinião Pública e a Política de Ajuda ao Desenvolvimento

“Caros senhores e autoridades europeias, pedimos a vossa solidariedade e bondade para nos ajudarem em África. Por favor, ajudem-nos, sofremos bastante em África, temos alguns problemas e falta de direitos para as crianças ... Sacrificamo-nos e arriscamos as nossas vidas porque sofremos muito em África e precisamos que lutem contra a pobreza e ponham fim à guerra em África.”¹⁰

Yaguine Koita e Fodé Tounkara

1.1. Da Guerra Fria aos anos 90

Em primeiro lugar, torna-se importante definir com alguma precisão o significado de opinião pública. Segundo Stephen Littlejohn¹¹, a definição de opinião pública envolve três conceitos fundamentais: a “opinião pública” é a imagem das “questões públicas” – questões do mundo real relevantes para o indivíduo – formada na mente das pessoas, sendo que a “Opinião Pública” se forma através do conjunto de opiniões específicas sobre certo tema e que leva os indivíduos a agir.

Um estudo de 1991 sobre a opinião pública e a política externa em quatro países da OCDE¹², considera apropriada a distinção entre vários tipos de opinião pública: os activos e influentes *opinion makers* são designados como “público-tema” e definido como “particularmente atento a questões específicas”. Deste modo, o *público-tema* coloca-se no topo da pirâmide e

¹⁰ Detalhe da carta escrita por dois jovens de 15 e 16 anos da Guiné Conacry, que morreram congelados no trem de aterragem de um avião em Agosto de 1999, na tentativa de chegar à Europa.

¹¹ Littlejohn, Stephen – *Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana*, Rio de Janeiro, Edições Guanabara, 1978:349-357.

¹² Estados Unidos, França, Japão e Alemanha.

distingue-se do “público-atento” e do “público de massas”, que constitui a base da pirâmide (Risse-Kappen 1991:482). Ao longo deste capítulo serão adoptadas estas tipologias de opinião pública.

É particularmente relevante para a problemática da cooperação para o desenvolvimento a tendência decrescente até 1998 dos orçamentos de ajuda de um número cada vez maior de países da OCDE. Em princípio, tal facto pode ser assumido como uma expressão da mudança da opinião pública no sentido de considerar os países em desenvolvimento e a sua situação menos importantes hoje do que durante a Guerra Fria, em que o volume da ajuda era superior. Naturalmente, esta tendência poderá também indicar que a cooperação para o desenvolvimento é considerada um assunto de *baixa política* ou de importância secundária. Torna-se assim, pouco problemático para os decisores políticos usar os orçamentos de ajuda como ferramentas na gestão de crises económicas e para agradar à opinião pública. Isto é, reduzir os orçamentos da ajuda em momentos de contenção orçamental, ou realocar verbas inicialmente destinadas à cooperação para outros sectores mais convenientes no momento. Parece-me, contudo, correcta a assunção de que as políticas Norte/Sul, incluindo a política de ajuda ao desenvolvimento, são até certo ponto, sensíveis à opinião pública apesar de não constituírem prioridade política (Gorm Olsen 1999:333-335)¹³. Olsen refere que, uma vez terminada a Guerra Fria, a política dirigida aos países em desenvolvimento tornou-se (se bem que longe da exclusividade) alvo de atitudes “morais” e “normativas”. De facto, o final da Guerra Fria entre capitalismo e comunismo reduziu, em geral, a importância político-estratégica dos países em desenvolvimento como aliados na luta contra o opositor. Actualmente, segundo este autor, são os valores morais e humanitários os invocados, mesmo que não sejam estes que presidam efectivamente à decisão política de fornecimento de ajuda. Com o fim do mundo bipolar, as relações internacionais reorganizaram-se

¹³ In Stokke, Olav – *Foreign Aid Towards the Year 2000: Experiences and Challenges*, EADI BOOK Series 18, Frank Cass, London, 1999.

perante um novo enquadramento – *Washington Consensus*¹⁴. Um exemplo é o direito à ingerência humanitária¹⁵, adoptado pela ONU em 1988 e exercido primeiro no Kurdistão em 1991 e depois na Somália em 1992, saudado como um passo em frente do direito internacional, mas também criticado como uma perigosa mistura do coração e da razão de Estado.

A evocação de razões morais tem frequentemente sido usada como base justificativa dos governos doadores para o fornecimento de ajuda externa. Num estudo sobre os argumentos que sustentam a evocação da causa moral pelos governos do Norte e das suas críticas, Roger Riddell¹⁶ analisa em que medida os imperativos morais evocados têm servido de justificação para a actuação dos governos doadores fora das suas fronteiras, sendo a ajuda externa um instrumento efectivo de intervenção directa no sentido de auxiliar os países beneficiários nos seus esforços de desenvolvimento; bem como, quais as críticas dirigidas a esta concepção (Riddell 1987). Os imperativos morais que compelem os governos a agir baseiam-se na existência de um conjunto de circunstâncias que criam essa obrigação: as necessidades das populações que vivem em extrema pobreza nos países em desenvolvimento; as grandes e crescentes desigualdades de recursos disponíveis no Norte e no Sul; e as relações históricas avaliadas como injustas, requerendo uma compensação. Riddell identifica a interligação de três factores: “convicções éticas (a base para a acção); as teorias do desenvolvimento (que explicam como funciona o mundo) e uma determinação da importância da ajuda na prática” (Riddell 1987:16). Os fins justificam os meios que, mesmo quando considerados inadequados, não retiram nem reduzem a obrigatoriedade moral de concessão de ajuda externa. Assim, “com base na teoria intervencionista do desenvolvimento, assente na convicção da existência de uma sólida base moral para o

¹⁴ A designação *Washington Consensus* foi o nome dado em 1989 pelo economista John Williamson ao consenso internacional sobre reformas económicas, traduzido numa lista de 10 recomendações políticas.

¹⁵ Resolução 43/131 do Conselho de Segurança, de 8 de Dezembro de 1988.

¹⁶ Riddell, Roger – *Foreign Aid Reconsidered*, Overseas Development Institute, London, 1987.

fornecimento de ajuda, o potencial governo doador torna-se um doador na prática. A base moral para os fluxos de ajuda é legitimada tanto porque o doador está convencido de que são os seus fundos que, na prática, ajudam a promover o desenvolvimento, como porque está convencido que no futuro, e com base na experiência adquirida com os erros do passado, a sua ajuda contribuirá para a promoção desse mesmo desenvolvimento.” (Riddell 1987:15).

No final da década de 70 e início dos anos 80, os críticos à concessão de ajuda externa, incluindo os críticos da causa moral têm vindo a incrementar as suas posições junto dos governos do Norte, particularmente no Reino Unido, Estados Unidos e Alemanha. Baseadas em três grandes princípios – os governos não têm obrigações morais, apenas os indivíduos; a ajuda externa não produz resultados na forma actual nem sob outra forma; e que os argumentos morais são irrelevantes para a actuação dos governos – as opiniões dos críticos “têm ganho adeptos nos *media* e na opinião pública” (Riddell 1987:74). Esta corrente contesta, sobretudo, qualquer forma de intervenção directa dado que altera o funcionamento do livre mercado, considerado o melhor método para a resolução do problema da pobreza. Consideram também que os governos devem apenas responsabilidade aos cidadãos dos seus países e à resolução prioritária dos seus problemas. A crítica final prende-se com os resultados da ajuda, considerando que esta não chega aos pobres, logo não produz os resultados apresentados como justificação moral para a acção dos governos. Os críticos rejeitam assim, a actuação ao nível governamental, pois está orientada apenas para os interesses das elites e não dos grupos marginalizados – o alvo da acção moral – contribuindo para a corrupção e ineficácia.

Acrescente-se que hoje em dia, a esmagadora maioria dos países pobres tem um fraco impacto na economia dos países ricos da OCDE. Esta relação assimétrica, longe da “interdependência” apregoada, é ainda mais evidente no caso dos PMA, onde se incluem os cinco PALOP. Isto significa que os

países em desenvolvimento já não estão em posição de apelar ao seu valor político-estratégico ou à sua importância económica quando solicitam apoio. Desde que o interesse do mundo rico no mundo pobre se tornou assaz limitado, os países em desenvolvimento passaram a depender largamente da boa vontade política para obtenção de apoio internacional (Olsen 1999:333-335). Se é este o caso, parece óbvio que uma opinião pública positiva face aos países em questão se torne ainda mais importante actualmente do que no passado. Para Olsen, revela-se importante analisar a opinião pública sobre as políticas de ajuda no contexto dos argumentos “morais” e “normativos” que, aparentemente, ganharam uma posição mais sólida na política internacional. Esta nova tendência no desenvolvimento internacional requer, contudo, o reconhecimento de várias circunstâncias suplementares. Torna-se, assim, importante analisar se existe uma relação corrente entre a opinião pública e a política de ajuda e, se tal se verificar, qual a natureza dessa relação.

As motivações da cooperação para o desenvolvimento e o papel da opinião pública

Existem diversos estudos sobre os motivos que sustentam a concessão de ajuda ao desenvolvimento e a formulação de políticas de cooperação. Uma recolha realizada em 1983 dos estudos existentes indica que motivações políticas, estratégicas, comerciais e humanitárias têm servido de base à alocação de apoio aos países pobres (McGillivray e White 1993:2). Apesar dos factores estratégicos adquirirem hoje um peso menor dado o final da Guerra Fria, não parece existirem razões para considerar que esta relação se tenha alterado significativamente nos dias de hoje. Não só as ex-potências coloniais como Portugal, França e Grã-Bretanha, mas também as actuais grandes potências – Estados Unidos, Alemanha e Japão – são movidas por interesses nacionais quando concedem ajuda ao mundo em desenvolvimento. As motivações políticas e, sobretudo, comerciais dos

países doadores em época de globalização económica, perpetuam as relações de cooperação para o desenvolvimento. Para Portugal, o passado histórico colonial reveste-se de um peso significativo na definição das políticas de cooperação, nomeadamente na afectação geográfica da ajuda. Segundo uma análise do Banco Mundial de 1998, apesar das registadas diferenças de comportamento dos diversos doadores, é possível concluir que a ajuda bilateral das ex-metrópoles tem vindo a favorecer mais as antigas colónias do que os países de economia aberta ou as democracias: “uma ex-colónia não democrática recebe cerca do dobro da ajuda de uma não ex-colónia democrática”¹⁷. Como resultado, avança o estudo, muita da ajuda bilateral destina-se a países com má gestão das contas públicas, enquanto que a ajuda multilateral tende a ser direccionada para beneficiários dotados de administrações mais sólidas. Portugal não constitui excepção. Os cinco PALOP são os países que, por razões históricas e culturais, se apresentam como os beneficiários preferenciais da APD portuguesa. Dos PALOP, Moçambique é, à excepção de 1994, o principal destino da cooperação nacional, não como resultado de uma opção política deliberada, mas antes pela influência do peso do reescalonamento concessional da dívida deste país no total da ajuda concedida. A concentração da ajuda nos PALOP e o ritmo irregular¹⁸ que marca a evolução da APD bilateral ao longo dos anos, é reflexo não de uma estratégia empenhada da cooperação portuguesa sujeita às vicissitudes da concessão de apoio a PMA, mas sim à incapacidade dos PALOP, em

¹⁷ In *Assessing Aid, What Works, What Doesn't and Why. A World Bank Policy Research Report*, Oxford University Press, Nova York, 1998:16.

¹⁸ Numa análise geral da APD portuguesa, pode afirmar-se que os fluxos de ajuda aumentaram significativamente de 1990 a 1994, passando de 21,04 milhões de contos para 51,18 milhões, atingindo o seu valor mais alto de sempre. Contudo, esse valor desceu acentuadamente no ano seguinte para 38,61 milhões de contos. Após o decréscimo de 1995 e sobretudo de 1996, a ajuda portuguesa voltou a conhecer uma evolução positiva em 1997 (43,91 milhões de contos), subindo 2,7% em termos reais (por via do aumento da APD multilateral) em 1998 (46,58 milhões de contos), bem como em 1999 com 51,93 milhões de contos. A APD bilateral evolui anualmente a um ritmo irregular. Apresenta uma taxa de crescimento médio anual de 5% entre 1991 e 1997, e atinge neste último ano um montante superior em cerca de 20% ao registado em 1991. A queda brusca verificada em 1995 e 1996 deve-se aos cortes orçamentais sofridos na generalidade dos países da UE, tendo em vista a contenção da despesa pública, no contexto do compromisso de convergência nominal de Maastricht, e reflecte-se de forma semelhante na parcela multilateral da ajuda.

particular de Moçambique, de pagamento de alguns créditos comerciais para, por sua vez, serem refinanciados pelo Estado português (Monteiro 1997:164). De 1990 a 1997, 75% das acções relacionadas com a dívida diziam respeito a Moçambique. A gestão do endividamento dos PALOP a Portugal absorveu, entre 1991 e 1997, 51% do total da APD bilateral. Em 1992, foi atingido o valor mais elevado de sempre: 60 por cento. O alívio da dívida dos cinco assume-se como uma das componentes mais significativas da APD portuguesa e um factor determinante nas oscilações do volume da ajuda¹⁹. Logo, é importante distinguir a concentração da ajuda externa portuguesa nos PALOP, à qual presidem factores históricos, da irregularidade que marca o volume da ajuda ao longo dos anos, resultante da gestão da dívida desses países para com Portugal.

A cooperação para o desenvolvimento resulta também de outras motivações no que respeita a alguns países da OCDE. As nações escandinavas, a Holanda e o Canadá têm, na perspectiva de certos analistas, diferentes razões para oferecerem ajuda. Um estudo sobre os determinantes da política de ajuda no Canadá, Dinamarca, Holanda, Noruega e Suécia revelou algo a que se denominou de “internacionalismo humano” (Stokke 1989:307). O *internacionalismo humano* é definido como “uma aceitação pelos cidadãos dos países industrializados da existência de obrigações éticas face aqueles que se encontram fora das suas fronteiras e que tal impõe obrigações aos seus governos” (Pratt 1989:13). Segundo os autores do estudo, os valores socio-políticos internos dominantes expandem-se abraçando igualmente as relações externas. Estes valores estão incutidos nas políticas sociais dos cinco países acima referidos e reflectem-se exteriormente em forma de uma política social à escala internacional. Porém, é preciso notar que tal não significa que estes cinco

¹⁹ A política geral de Portugal no tratamento da dívida tem consistido na realização de operações de reescalamento no quadro do clube de Paris, ou bilateralmente, em condições determinadas pelo nível de rendimento, endividamento e projecções da Balança de Pagamentos dos países devedores. Para os PALOP, Portugal adoptou, para além dos reescalamentos em condições favoráveis, apoios adicionais à redução da dívida, tais como esquemas de conversão em investimento, o perdão da dívida e a concessão de apoios para pagamento da dívida multilateral.

países obedeçam apenas a pressupostos morais e de justiça social para a concessão de ajuda. O estudo aponta que estes países seguem o conceito de “interesse sistémico” no fortalecimento da paz e estabilidade internacionais, ao canalizarem grande parte da sua APD através do sistema das Nações Unidas, entre outros. De acordo com Olsen, é possível afirmar que, nestes países, a expansão dos princípios internos de solidariedade social é claramente demonstrada através de políticas de ajuda bilaterais, sobretudo com os PMA, enquanto que os interesses sistémicos de paz e estabilidade se englobam na formulação das políticas de ajuda multilateral. Se realmente existe uma correlação entre a política Norte/Sul e a opinião pública, é provável que essa relação seja mais ténue noutros países da OCDE, em particular nas ex-metrópoles coloniais. Para os países nórdicos²⁰, dos maiores doadores em termos relativos (ultrapassando o objectivo das Nações Unidas de 0,7% do PNB), a inexistência de um passado colonial implica, por parte dos governantes, um particular cuidado na auscultação da opinião pública. A falta de laços históricos e culturais que os unam aos países em desenvolvimento, apela à necessidade de cativar a população para esta matéria e de captar o sentido da sua opinião. Porém, vários estudos já realizados não encontram uma relação directa ou significativa. Um estudo levado a cabo na Dinamarca no início dos anos 80, concluía que “a influência da opinião pública na generalidade da política para o desenvolvimento tem sido bastante limitada” e que “a opinião não é um entrave nem um estímulo para a política de ajuda” (Holm 1982:117). Um outro estudo realizado na Alemanha, Estados Unidos, França e Japão, durante a Guerra Fria, concluía não existir uma correlação directa provada entre a opinião pública e a política de ajuda (Risse-Kappen 1991). Porém, o mesmo estudo não exclui totalmente a hipótese de que o *público de massas* pode influenciar a tomada de decisão política. É preciso notar que estes estudos foram realizados antes da queda do muro de Berlim, época na qual a Guerra Fria determinava largamente a direcção que a ajuda ao

²⁰ Dinamarca, Noruega e Suécia.

desenvolvimento deveria tomar com base na importância político-estratégica do beneficiário.

Procurando esclarecer qual a importância da opinião pública para os decisores políticos, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publica em 1998 uma análise da relação opinião pública/política de ajuda, tendo por base a comparação entre os níveis de apoio público e os gastos oficiais em ajuda externa em 1995²¹, e na qual conclui existir uma relação particularmente forte nos países nórdicos (Dinamarca, Noruega e Suécia) e na Holanda. O estudo revelou ainda a existência de um segundo grupo de países com grandes níveis de apoio público à ajuda externa, mas não correspondentes a elevados volumes de APD. Deste grupo constam a Espanha, Irlanda, Itália e Portugal. As razões encontradas estão no facto destes países serem os mais pobres da comunidade doadora, não podendo por isso, “fazer coincidir as boas intenções com os recursos financeiros” (Stern 1998:2), enquanto que sendo também recebedores de ajuda externa (sob a forma de fundos estruturais da União Europeia) torna a opinião pública mais favorável à APD. O estudo conclui, por fim, que “o apoio público à ajuda externa nos países doadores influi na concessão de APD”, sendo que esta relação é “mais forte nos doadores mais generosos” (Stern 1998:3).

Os estudos de opinião mais recentes

Parece agora oportuno analisar alguns estudos de opinião mais actuais, isto é, realizados a partir dos anos 90 nos países da OCDE e cujo contexto já não se enquadra na Guerra Fria.

Em 1998, a OCDE publicou um estudo dedicado à análise da atitude do público dos países doadores do CAD sobre a cooperação para o desenvolvimento, no qual traça o perfil dos 21 Estados Membros do CAD. O estudo apresenta um conjunto de conclusões que retractam uma realidade

²¹ Stern, Marc – *Development Aid: What the Public Thinks*, UNDP/ODS, New York, May 1998.



mais actual. Para o autor, os Membros do CAD não apresentam qualquer sinal de fadiga respeitante à concessão de ajuda humanitária (Smillie *et al.* 1998:25-27)²². Acrescenta ser a *má gestão* do dinheiro da ajuda por vários países doadores que provoca um certo “desencantamento” do público face ao apoio externo, sentimento esse que, de acordo com este analista, difere da fadiga. O estudo em questão sublinha ainda que as causas dos problemas dos países pobres, fortemente mediatizados, ultrapassam em larga escala as competências da ajuda ao desenvolvimento – catástrofes naturais, conflitos armados e escândalos económicos – mas que contribuem sobremaneira para a transmissão da ideia de ineficácia dos programas de ajuda. Outras conclusões adiantadas por Smillie *et al* prendem-se directamente com o apoio da opinião pública. Este apoio, refere, apesar das vicissitudes, mantém-se sólido e estável na grande maioria dos Estados Membros ao longo dos últimos quinze anos. Em certos países doadores, denota-se a preferência pela ajuda de emergência em detrimento do apoio a longo-prazo. O estudo classifica, porém, como “escandalosamente baixa” a parcela de despesas consagradas à informação da opinião pública em matéria de desenvolvimento e de ajuda ao desenvolvimento, tendo em conta o volume orçamental afecto à ajuda externa aos países pobres. Nesta matéria, o trabalho realizado pelas ONGD é considerado substancialmente mais importante do que o esforço despendido pelos governos. O estudo constata, por fim, que os conhecimentos das populações sobre as questões do desenvolvimento são restritos na maior parte dos Estados doadores.

Um estudo das sondagens de opinião realizadas pelo PNUD mostrava que, em 1995, do conjunto de pessoas inquiridas em 19 países, em média, 79% eram favoráveis à concessão de ajuda ao desenvolvimento (UNDP 1996). Uma média superior à registada pelo PNUD em 1993. O estudo indica, por exemplo, que os Estados Unidos registaram a mais baixa taxa de adesão à causa do desenvolvimento, com apenas 45% de opiniões favoráveis,

²² In Smillie, Ian e Helmich, Henny – *L'Opinion Publique et la Coopération au Développement*, OCDE, Paris, 1998.

enquanto, que outros países indicavam valores consideravelmente superiores. É importante analisar com mais detalhe os valores dos Estados Unidos pois são bastante reveladores das tendências da opinião pública do mundo desenvolvido sobre o apoio ao hemisfério Sul. Em 1974, o *Chicago Council on Foreign Relations* encetou a realização de inquéritos de opinião em cada cinco anos sobre as relações externas americanas, constituindo a análise mais regular e sistemática sobre a evolução da opinião pública ao longo do tempo nesta matéria (Smillie 1998:25-27). O inquérito de 1991 registara a mais baixa taxa de adesão depois de 1978: 54% das pessoas interrogadas consideravam necessária uma redução da ajuda económica (contra 29% de respostas favoráveis ao corte das despesas militares). O estudo concluía que os americanos continuavam a manifestar as suas inquietações face aos países em desenvolvimento mas com quase exclusividade para as catástrofes naturais, conferindo pouca atenção ao objectivo mais difícil da ajuda ao desenvolvimento – a melhoria sustentada do nível de vida das populações pobres (*id.*). Este facto revelava um desconhecimento do público americano das questões fulcrais do desenvolvimento, aliado a um sentimento de vulnerabilidade face à sua própria condição económica e social. Por outro lado, constatou-se que a oposição à ajuda externa baseia-se, em grande parte, numa sobreavaliação do volume de ajuda americana. Um estudo realizado em 1995 pela Universidade de *Maryland*, revelou que a maioria dos inquiridos julgava que a ajuda ao desenvolvimento absorvia, em média, 18% do orçamento federal, considerando esta percentagem demasiado elevada. O valor real rondava apenas 1% (*id.*). Mas a sobreavaliação não é apanágio dos americanos. Uma sondagem levada a cabo no mesmo ano na Grã-Bretanha, demonstrou que 64% das pessoas questionadas sobrestimavam as despesas públicas e 34% não avançavam qualquer estimativa declarando-se sem opinião²³ (*id.*). Em 1997, 30% dos cidadãos da União Europeia sobrestimavam o orçamento comunitário consagrado à ajuda ao

²³ NOP Omnibus Consumer Market Research, 1995.

desenvolvimento, enquanto que, em média, 48% das pessoas sobreavaliava a parcela de ajuda no orçamento nacional. Tanto num caso como noutro, a percentagem de respostas correspondentes à realidade atingiu o máximo de 16%²⁴ (*id.*).

Perante o grau de desconhecimento das populações sobre o desenvolvimento e a ajuda consagrada pelas nações ricas, serão as sondagens fiáveis na apreciação do significado da atitude das pessoas? Ou seja, que significado terão as percentagens de apoio ou oposição quando se constata que as populações desconhecem matérias fulcrais para a formulação de uma opinião sobre a matéria? Perante esta realidade, parece mais importante analisar até que ponto se estende o desconhecimento das pessoas e quais as implicações, em lugar de se afirmar a existência de consensos nacionais ou internacionais sobre a concessão de ajuda externa ao desenvolvimento, cujo significado não se encontra clarificado. De acordo com o analista James Fallows, “as sondagens podem significar muito e muito pouco, consoante as pessoas interrogadas saibam ou não daquilo de que estão a falar”. E em relação às opiniões sobre os orçamentos da ajuda externa, acrescenta ser evidente que os indivíduos estão “terrivelmente mal informados e as suas conclusões, como a de que uma redução do orçamento da ajuda externa resolveria o problema do défice orçamental, não devem ser registadas sem uma explicação da realidade orçamental” (Fallows 1997:166-168).

De facto, são preocupantes os elevados níveis de ignorância sobre a matéria. É legítimo concluir que a contínua falta de informação e, sobretudo, de educação para o desenvolvimento das populações acarreta atitudes de indiferença, de manifestação de um apoio não correspondente a uma verdadeira convicção e mesmo de oposição à concessão de ajuda ao desenvolvimento. Na maior parte dos países, as reduções orçamentais da APD suscitam poucos ou nenhuns protestos da parte da população,

²⁴ Eurobarómetro 46.0, Versão 3 A, Janeiro de 1997.

deixando supor, mais uma vez, que o hipotético apoio tem bases pouco sólidas.

Atitudes positivas são reforçadas pelo conhecimento e compreensão públicas das profundas desigualdades entre o Norte e o Sul e da necessidade de interdependência global entre os países ricos e os países pobres. A educação para o desenvolvimento permite ou visa permitir “desencadear um processo de reflexão analítica e crítica” no sentido de “despertar uma tomada de consciência ... da sua própria situação e da dos outros, avaliando estas situações à luz dos critérios de justiça e de solidariedade”²⁵. Do processo de consciencialização resulta a tomada de atitudes, inclusive no domínio da influência do curso das políticas oficiais.

Apesar da dificuldade em quantificar o impacto da educação para o desenvolvimento na formação de uma opinião pública consciente dos problemas que afectam o mundo em desenvolvimento, um estudo recente realizado no Reino Unido conclui que as pessoas estão actualmente mais bem informadas acerca desta questão do que as gerações passadas. Como resultado, respondem melhor aos apelos, tanto em relação à ajuda de emergência como ao desenvolvimento de longo-prazo²⁶.

Existe, contudo, um grande foco de tensão quanto ao teor da mensagem a transmitir ao público. Inicialmente direccionadas para uma perspectiva assistencialista e paternalista, as mensagens sobre os países em desenvolvimento sobretudo difundidas pelas ONGD, exploravam a miséria e degradação, a fome e a guerra, apelando à reacção emocional, à caridade e aos sentimentos de culpa das populações das nações do Norte. Pensava-se assim, sensibilizar eficazmente a opinião pública para a angariação de fundos. Mas a mensagem negativa intrínseca tornou-se “um verdadeiro obstáculo a uma compreensão mais profunda das causas do «subdesenvolvimento»” (Moita 1999). A tensão actual reside na tentativa de

²⁵ In Moita, Luís - *O que é a Educação para o Desenvolvimento?*, CIDAC - Objectivo Cooperação/Jovens, Lisboa, 1999:01.

²⁶ Brann Direct Marketing, *From Philanthropy to Empowerment: Charity Marketing in a Changed Society*, London, 1993.

equilibrar as mensagens para angariação de fundos, direccionadas para a comoção e compaixão do público sensível aos apelos à ajuda humanitária de curto-prazo, e o reconhecimento de que o desenvolvimento a longo-prazo também depende da vontade do mesmo público em costear difíceis e dispendiosas mudanças estruturais. Permanece o dilema entre o apelo à emocionalidade e o entendimento, entre o paternalismo e a compreensão.

1.2. Opinião pública – ambiguidades por interpretar

Julgo difícil admitir a existência de um apoio sólido da opinião pública dos países da OCDE à ajuda ao desenvolvimento ao longo das últimas três décadas. Os apoios, expressos nos estudos de opinião, não poderão ser analisadas sem algumas reservas. As sondagens sobre a opinião pública têm limitações e estão abertas a interpretações erradas ou parciais.

Mas um dos aspectos seguros revelados pelas sondagens é a falta de conhecimentos da opinião pública sobre questões de desenvolvimento e, em contrapartida, o limitado interesse pelo assunto, estando a atenção centrada quase exclusivamente na ajuda humanitária. Outro dado concreto é a sobreavaliação dos gastos orçamentais dos governos doadores em ajuda internacional. Perante tal cenário, há a considerar alguns elementos fulcrais para a obtenção de uma noção mais precisa sobre qual o sentido da opinião pública. Que verdade residirá na ideia amplamente divulgada de “aid fatigue” (Andrew Rice 1996:11-15)²⁷, sobre a ajuda ao desenvolvimento? E, por outro lado, existirão certezas de apoio consistente? Face a estas questões outra se torna inevitável: qual o método mais eficaz de interpretação e estudo da opinião pública sobre a ajuda ao desenvolvimento?

Parece arriscado resumir a complexidade da questão a um único número ou a uma dada percentagem, ao mesmo tempo que é premente uma melhor noção dos níveis de conhecimento dos inquiridos. Nos poucos casos onde

²⁷ In Foy, Colm e Helmich, Henny – *Public Support for International Development*, OCDE, Paris, 1996.

os estudos de opinião analisaram esses níveis de conhecimento os resultados foram desoladores.

Contra ou a favor da ajuda ao desenvolvimento

Para melhor compreensão desta problemática, julgo necessário estabelecer a distinção entre o apoio público à cooperação para o desenvolvimento e a percepção tida, pela opinião pública, das políticas de ajuda dos seus governos. Quando as pessoas se manifestam críticas contra os programas governamentais – um fenómeno comum nos países da OCDE – não estão, necessariamente, a opor-se à ideia de ajuda ao desenvolvimento. Nem, da mesma forma, deve a falta de compreensão pública ser confundida com ausência de valores éticos em favor da ajuda aos povos dos países pobres. Em 1996, a Agência Canadiana de Desenvolvimento Internacional (CIDA) comandou um estudo sobre a atitude do público face ao desenvolvimento internacional, à cooperação e à ajuda externa²⁸. Apesar de certos inquiridos opinarem que o Canadá deveria “se ocupar dos seus assuntos internos”, o estudo demonstrou, que no seu conjunto, os canadianos apoiavam a ideia de “ajudar os pobres a sair da condição de pobreza” (Reid 1996:3)²⁹. Tal como em estudos e sondagens anteriores, de novo, os inquiridos demonstraram dúvida e hesitação quanto aos programas de ajuda externa. Evocaram falta de informação e confessaram-se ignorantes sobre o funcionamento e objectivos dos programas de ajuda. Deixam ainda

²⁸ *Focus Group Study: Final Report. Angus Reid Group for CIDA, Setembro, 1996.*

²⁹ As sondagens e os estudos de opinião e, noutro âmbito, as campanhas de angariação de fundos para ajuda de emergência nos países doadores, têm vindo a demonstrar que as preocupações da opinião pública direccionam-se prioritariamente para as questões da pobreza nos países em desenvolvimento. Apesar do conceito de pobreza da opinião pública estar ligado à ausência meios de subsistência e dos cuidados básicos de saúde e de habitação, a evolução conceptual da pobreza no quadro das instituições internacionais vocacionadas para o desenvolvimento tem registado considerável progresso nas últimas décadas. Inicialmente considerado como um fenómeno unidimensional, baseado no rendimento, verificou-se uma evolução importante no sentido da noção multidimensional que considera a pobreza como resultado de determinantes económicos, mas também de factores sociais, políticos, institucionais e culturais e da interacção entre estes. Esta compreensão permitiu a redefinição de estratégias e políticas no combate à pobreza. (in OCDE/CAD – *DAC Scoping Study of Donor Poverty Reduction Policies and Practices*, Executive Summary, DAC Informal Network on Poverty Reduction, 1999.)

transparecer um cepticismo crescente sobre o impacto favorável da ajuda externa no combate à pobreza. Em geral, mostram-se mais informados dos malogros do que dos sucessos, crendo que a ajuda é desperdiçada (Smillie 1998:27-29). Não só os problemas mundiais tendem a agravar-se, na perspectiva dos inquiridos, como também “o desperdício burocrático e a má gestão” desviam a ajuda dos que mais precisam e deixam caminho aberto para “histórias rocambolescas de tractores enferrujados e vias férreas que não levam a lado algum” (Reid 1996:3).

A atitude do público sobre a ajuda ao desenvolvimento reflecte a sua visão geral da sociedade onde vive (Smillie 1998:28). Os valores aos quais as pessoas se identificam são “a independência, compaixão, responsabilidade colectiva, o investimento nas crianças que constroem a geração futura, ou ainda a democracia” (Reid 1996:4). O especialista canadiano em comunicação e *media*, Eric Young, considera que “a opinião pública não fala de desenvolvimento internacional ... mas nos valores que defendem reside a génese de um renovado apoio ao desenvolvimento ... e a possibilidade de um público interessado no mundo em que vive” (Young 1996:4). O pesquisador americano, Daniel Yankelovich, estima que o fosso existente face à problemática do desenvolvimento se deve a uma “dissonância cognitiva” que advém “das preocupações ligadas aos problemas internos”, “da convicção de desperdício de dinheiro”, “de uma suspeita latente sobre as prioridades dos seus dirigentes” e de “um conjunto de imagens negativas sobre os países em desenvolvimento” (Yankelovich 1996:61)³⁰. Por mais positivos que sejam os resultados da ajuda externa, a opinião pública vê as questões do desenvolvimento com preconceitos acumulados ao longo da sua vida, alimentados por ideias de que a ajuda carece de impacto, que está rodeada de interesses esquivos e que é esbanjada por burocratas e ditadores. As influências negativas e os estereótipos formados, associam-se, reforçando a resistência das pessoas e

³⁰ In Foy, Colm e Helmich, Henny – *Public Support for International Development*, OCDE, Paris, 1996.



limitando a sua capacidade de pensar de outra forma (Smillie 1998:25-29). Neste contexto, as imagens construídas pelos *media* têm uma influência determinante, no sentido em que formam/informam a opinião pública ao constituírem fonte primordial de informação.

Tendências semelhantes manifestam-se um pouco por todo o hemisfério Norte, sobretudo na Europa. Os problemas económicos domésticos aliados à necessidade de rigoroso controlo orçamental para o cumprimento dos critérios de Maastricht, exigido pela integração monetária europeia, e, por outro lado, os problemas de segurança de um continente a braços com vagas de imigração, sobretudo de África e da própria Europa Central e Oriental, remeteram para segundo plano as necessidades de desenvolvimento do Sul. Os elevados índices de desemprego no Norte, sobretudo para a mão-de-obra não especializada, continuam a constituir factores de destabilização social. São frequentemente apontados como motivos de revolta e indignação contra a proveniência de trabalhadores do exterior e como justificação para atitudes xenófobas e racistas face aos povos do Sul. Perante este enquadramento, ajudar os países pobres parece paradoxal e colhe pouco apoio e compreensão quando confrontado com o investimento na melhoria das condições de vida das populações dos próprios países doadores. Para as populações do Norte, as prioridades dos gastos públicos devem centrar-se no combate às assimetrias entre ricos e pobres dentro das suas fronteiras, bem como, na redução do fosso no desenvolvimento regional nos seus próprios países.

Mas, a clara preferência pela resolução dos problemas internos, não impede a adesão ao princípio moral de erradicação da pobreza e promoção do desenvolvimento noutros países. É certo que, na maioria dos países europeus, o apoio da opinião pública à ajuda ao desenvolvimento mantém-se, apesar de tudo, declaradamente forte. Estudos de opinião por toda a Europa mostram que os cidadãos consideram que *algo* deve ser feito para combater a pobreza no mundo e que, não só os governos como as ONG, têm um dever de auxílio para com os pobres. As críticas a projectos falhados

são, com frequência, vistas como ataques directos à concessão de ajuda externa, o que não corresponde inteiramente à verdade.

A apreensão da opinião pública face aos gastos orçamentais em ajuda externa revela, sobretudo, um problema de falta de credibilidade das agências nacionais de cooperação. O criticismo público aos programas governamentais de ajuda não deverá ser confundido com atitudes de oposição ao auxílio aos povos dos países em desenvolvimento. De facto, muitas sondagens demonstram que a opinião pública não confia nas agências governamentais. Um bom exemplo disso reside no estudo realizado pela Comissão Europeia em 1991, o qual mostrava que 41% dos inquiridos consideravam as Nações Unidas e suas agências o canal mais eficiente de distribuição de ajuda ao desenvolvimento; para 19% as ONGD eram as entidades mais eficazes, enquanto que apenas 8% citavam o seu governo. A confiança dos europeus nas agências públicas atingiu o seu máximo na Alemanha com 15%, descendo para 1% na Grécia, 3% em Itália e 5% na Holanda. O maior apoio à ajuda canalizada através da ONU foi assinalado, por outro lado, na Grécia e Espanha (65% e 57% respectivamente), e o mais baixo nível de confiança verificou-se na Alemanha e Grã-Bretanha (30%). A maior confiança nas ONGD registou-se na Irlanda e Grã-Bretanha (33% e 30%), enquanto que a menor deu-se em Portugal e Grécia (3% e 8%). Os níveis de confiança nas ONGD são também fracos na Holanda (15%), Dinamarca (16%) e Bélgica (19%)³¹.

Segundo Ian Smillie, o problema resulta, em parte, da forma como as agências de desenvolvimento justificam os seus esforços aos olhos do público (Smillie 1998:25-43), caindo no que Christian Wilmsen denomina de “armadilha de onipotência” (Wilmsen 1996): atitude paternalista das agências no sentido de convencer a opinião pública de que os seus programas de ajuda vão, por si, resolver os problemas da pobreza no Sul.

³¹ Comissão Europeia – Eurobarómetro 36: *The Way Europeans Perceive The Third World in 1991*, INRA European Co-ordinating Office, Bruxelas, Março de 1992.

Se existisse maior coerência e transparência do esforço de desenvolvimento nos programas de ajuda, e menos ênfase nos interesses comerciais e políticos que caracterizam tantos programas, a credibilidade pública poderia ser maior (Smillie 1996:27-47)³². Nem a despolitização da ajuda, nem a simplicidade da mensagem “ajudem os pobres dando dinheiro”, poderão, por si só, fornecer bases sólidas ao apoio da opinião pública.

³² In Foy, Colm e Helmich, Henny – *Public Support for International Development*, OCDE, Paris, 1996.

IV. O Papel dos *Media*

"E nós (jornalistas) ... E nós, quem? Um amontoado heterogéneo de indivíduos, frequentemente sem qualquer habilitação específica e muito menos especial que, promovidos pela engrenagem da «comunicação» com os outros cidadãos, entende que só deve responder perante uma Opinião Pública que os próprios se encarregam de controlar, manipular e até calar, quando tal é o seu interesse" ³³.

José Manuel Barata-Feyo

1.1. Os efeitos dos *media* na opinião pública e os efeitos cognitivos da comunicação

De acordo com as teorias dos efeitos directos, surgidas após a Segunda Guerra Mundial e baseadas no uso dos meios de comunicação pelos regimes totalitários, os *media* foram durante muito tempo apontados como os principais formadores da Opinião Pública. Verificava-se assim, um efeito unidireccional e directo dos *media* para o público. Estas teorias foram sendo relativizadas à medida que os estudos avançavam e surgiam novas interpretações. A propaganda política – exercida pelo totalitarismo – tinha deste modo, um “efeito de reforço” (das tendências de cada um) “dizendo às pessoas, simplesmente, o que elas pretendiam escutar e ler. A influência era somente parcial” (João Queiroz 1996:31)³⁴. Na década de 60, fértil em comoções políticas, sociais e culturais, a indústria da comunicação conhece uma importante revolução tecnológica: a vulgarização da televisão, que se

³³ In Woodrow, Alain – *Informação, Manipulação* (Prefácio do Tradutor), Publicações D.Quixote, Lisboa, 1991.

³⁴ In Ferin Cunha, Isabel – *Os Africanos na Imprensa Portuguesa: 1993-1995*, Edição CIDAC, Lisboa, 1996.

torna um meio de comunicação de massas por excelência. Os teóricos da influência dos *media* na Opinião Pública passam a defender os *efeitos cognitivos da comunicação* (Saperas, 1993)³⁵, ao considerarem que os efeitos dos *media* se exercem nas formas de concepção e interpretação do mundo a médio e longo prazo e não no comportamento imediato dos indivíduos.

A afirmação da comunicação de massas preconizou o abandono gradual das teorias dos efeitos limitados e o retorno de algumas ideias das teorias dos efeitos directos, culminando na noção de três tipos de efeitos cognitivos (*id.*).

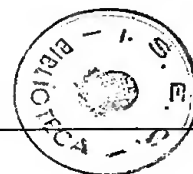
Os *media* estruturam, a Opinião Pública (através da fixação da agenda e da tematização), distribuem socialmente o conhecimento (difundindo o conhecimento de temas de forma diferenciada que leva a um distanciamento cognitivo entre públicos, devido às diferenças socio-económicas e de motivação das audiências) e produzem notícias como construção social da realidade (objectivação da realidade subjectiva através de rotinas instaladas nas empresas jornalísticas: *newsmaking*, fragmentação e descontextualização da realidade, personificação e tipificação do acontecimento, simplificação e reconstrução do real).

Mas os *media* encontram na sociedade onde se inserem factores que influenciam a sua reconstrução do real, nomeadamente, pressões pessoais (notícia como “produto das pessoas e das suas intenções”), sociais (notícia como “produto das organizações e dos seus constrangimentos”) e culturais (notícia como “produto da cultura e os limites do concebível que uma cultura impõe”) (Schudson 1988:20)³⁶.

O pensamento actual sobre o efeito dos *media* na formação de um conjunto de opiniões sobre determinada temática, confere aos meios de comunicação social um papel chave ao considerar que estes determinam a selecção de quais os “assuntos relevantes para discussão, *como vão distribuí-los e como*

³⁵ Saperas, Enric – *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*, Edição ASA, Porto, 1993.

³⁶ In *Revista de Comunicação e Linguagens, Jornalismo*, nº8, Edição Centro de Comunicação e Linguagens (CECL), Lisboa, 1988.



vão apresentá-los”³⁷. Contudo, ao fazê-lo, vão de encontro a ideias e opiniões já latentes nos públicos”. Os *media* surgem assim, como “formadores subteis das opiniões e consciências sociais”. (Queiroz 1996:34). A revolução tecnológica nos *media* e as transformações nos sistemas de comunicação originaram alterações no processo de formação da Opinião Pública, actualmente “massiça” e “generalista”, mas também cada vez mais “simplista” e “superficial” (*id.*).

1.2. Os *media*, a opinião pública e a ajuda ao desenvolvimento – um trio desafinado

A comunicação social, sobretudo a televisão, veicula a maior fonte de informação sobre o desenvolvimento, em geral e a cooperação, em particular. A sondagem de 1991 da Comissão Europeia indicava que 86% dos inquiridos referiam como fonte primordial a informação veiculada pela televisão. Os jornais, rádios e revistas providenciavam informação a, respectivamente, 49%, 30% e 25% dos inquiridos.

Muitos analistas encontram nestas elevadas percentagens e na forma inadequada como os *media* retractam o mundo em desenvolvimento, a origem do fraco nível informativo das populações dos países doadores. Que os *media* se focalizam nos desastres e calamidades já não constitui novidade, mas o que tem vindo cada vez mais a preocupar os estudiosos da matéria, é a manutenção desta característica ou mesmo o seu agravamento. A concorrência comercial que assola o mundo da comunicação social e o cada vez maior braço de ferro pelas audiências, nomeadamente entre as televisões, entre os jornais e entre ambos, retira conteúdo à notícia sobre o desenvolvimento, tornando difícil de entender ou seguir o seu significado, o que não deixa de ser paradigmático em todos os países da OCDE. O problema reside na total ausência de uma consonância entre o público atento, os *media* competentes e esclarecedores, e o

³⁷ Sublinhado do autor.

desenvolvimento compreendido e apoiado: um trio desafinado e desarticulado, em busca de rumo.

Um estudo levado a cabo nos Estados Unidos durante dez anos, sobre a cobertura temática dos países do Sul nos jornais *New York Times* e *Chicago Tribune*, concluiu serem os conflitos os temas dominantes no espectro das notícias. Os autores registaram também a existência de um preconceito estereotipado em relação ao Sul que assumia a forma de “imagens das nações do terceiro mundo como sistemas políticos mergulhados em conflitos” (Riffe e Shaw 1986:617-626). Em 1992, uma análise feita a dez jornais franceses e aos noticiários das 20 horas das duas maiores televisões francesas, durante um período de dois meses, revelou conclusões semelhantes. A imagem transmitida do hemisfério Sul era, no global, negativa. Os países em desenvolvimento apareciam como sociedades caóticas, sendo que a fome, a guerra, as doenças e os desastres naturais constituíam o quotidiano das populações. Histórias comuns relacionavam-se com “a incompetência dos governos (do Sul), com a miséria e submissão dos seus povos, com a ajuda necessitada pelas suas crianças, e com a corrupção das suas administrações” (Borghese 1992)³⁸. O estudo conduzido em Portugal por Isabel Cunha sobre a imagem dos africanos retratada na imprensa portuguesa entre 1993-95³⁹, abrangendo os diários *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *Diário Económico*; e os semanários *Expresso*, *O Diabo*, *O Independente* e *Semanário*, traçou conclusões igualmente reveladoras para a compreensão da realidade portuguesa. Apenas os jornais diários e o semanário *Expresso* mantiveram a regularidade na cobertura de temas relativos aos Africanos; os assuntos predominantes revelam conotações negativas, envolvendo casos de racismo e xenofobia, legalização de imigrantes clandestinos, incidentes entre africanos e a polícia, entre outros. Outras características narrativas

³⁸ Estudo citado na obra de Foy, Colm e Helmich, Henny – *Public Support for International Development*, OCDE, Paris, 1996:27-47).

³⁹ Ferin Cunha, Isabel. – *Os Africanos na Imprensa Portuguesa 1993-1995*, Edição CIDAC, Lisboa, 1996.

prendem-se com a “contínua e constante recorrência a pessoas e instituições de poder”, enquanto que “o cidadão, o imigrante, a pessoa anónima ... têm de uma forma geral pouco espaço e uma referência temporalmente limitada” (Cunha 1996:19-21). Verifica-se ainda “o apelo aos títulos e/ou *leads* eufóricos ou disfóricos”, assim como, a “quase ausência de imagens dos africanos”, sendo, “o Africano, enquanto cidadão ou imigrante ... sempre um complemento do Eu-português, reforçando o estereotipo da marginalidade, da carência e do exótico” (*id.*). No caso concreto em estudo no presente trabalho, verifica-se que a cobertura temática da cooperação portuguesa para o desenvolvimento encontra-se largamente associada a cenários negativos, caóticos, por vezes, dantescos. As guerras civis em Angola e na Guiné-Bissau e os temas a elas ligados, como os desastres humanitários da fome, da doença e da miséria generalizada, os mortos, os feridos e os deslocados de guerra, servem de cenário à notícia sobre a cooperação portuguesa. Neste contexto, a ajuda humanitária é o assunto mais frequente, focado directa ou indirectamente na larga maioria das peças (*vide* capítulo VI).

Após a leitura destes estudos é possível adiantar algumas conclusões: condicionado por imagens de desastres, catástrofes naturais e conflitos, o público é induzido à formação preconceituosa de imagens dos países em desenvolvimento. Em segundo lugar, a mensagem transmitida pelos *media* de evocação constante de pobreza sórdida, de doenças e fome vai ao encontro da ideia, cada vez mais enraizada no público, de que o Sul, em particular África, está irremediavelmente marcada pela miséria e de que para os seus povos não há esperança possível. Terceiro, a mensagem que domina a cobertura da actualidade é a de que o mundo é impossível de compreender, modelar ou controlar, pois a informação sobre o Sul resume-se a um conjunto de desgraças inexplicáveis surgidas sem razão aparente e face às quais não há remédio. O que de um momento para o outro se torna o centro das atenções dos *media*, no momento seguinte passa a ser ignorado. De tal forma que o leitor também aprende a ignorar. São imagens

que incomodam quem as vê mas que não tardarão a desaparecer, suscitando nada mais do que um interesse superficial e efémero. Para o historiador Michael Ignatieff, os *media*, sobretudo a televisão, “faz de nós *voyeurs* perante o sofrimento alheio, turistas no meio de uma paisagem de dor. Colocando-nos frente a frente com o seu destino (dos povos pobres do Sul), apesar das distâncias sociais, económicas ou morais que nos separam deles ... o olhar dos *media* é breve, intenso e impudico” (Ignatieff 1998:11). Por fim, quanto mais este processo se interioriza mais será difícil convencer a opinião pública da necessidade da cooperação para o desenvolvimento. Será contudo, errado colocar todas as responsabilidades nos *media*. Fallows considera que não se pode *matar* o mensageiro sempre que a mensagem não agrada, pois “ao criticar os repórteres ou os redactores pela sua visão negativa, eles vos responderão que não fazem mais do que reflectir o mundo tal como ele é”. “A imprensa”, acrescenta, “declina toda a responsabilidade quanto ao mundo que nos apresenta” e, “perante afirmações de que a abordagem jornalística é superficial ou sensacionalista, os repórteres responderão que já fornecem análises mais detalhadas e aprofundadas do que aquelas que o público terá coragem de ler. Se os jornalistas não evocam crimes e horrores ... e se não traçam o retrato de celebridades nos seus jornais, estes perdem parte do mercado em proveito de concorrentes menos escrupulosos” (Fallows 1997:53). Se bem que a atitude defensiva dos *media* tem justificação, alguns aspectos não podem ser ignorados. A lógica empresarial e a concorrência entre os *media*, provocam hoje o aparecimento de numerosos canais de televisão, jornais e revistas, que transformam notícias em espectáculo. “A rapidez, a excitação e a satisfação a curto-prazo são os ingredientes mais vendáveis” (Smillie 1998:32). A linha que divide as notícias de actualidade do divertimento é ténue, particularmente no que toca às televisões. Se um acontecimento não é mencionado na televisão (guerra em Angola) é como se tivesse deixado de existir. Para Fallows, nada disto é bom jornalismo, uma vez que “o bom jornalismo estabelece ligações, explica o contexto cronológico, geográfico,

temático é humano. Deve ser útil. Cabe-lhe fazer-nos sentir que a vida não se resume a uma série de acontecimentos fortuitos". "Por um acaso", refere, "tudo se produz por surpresa e termina sem ter consequências. As informações devem ajudar o público a compreender o que pode mudar e o que deve perdurar" (Fallows 1997:140).

Mort Rosenblum, editor em 1993 do *International Herald Tribune*, defendia então que os editores e executivos podiam e deviam ser persuadidos pelos leitores a incluir nos seus jornais uma melhor cobertura da temática do desenvolvimento. Para Rosenblum, uma audiência concertada pode funcionar como grupo de pressão sobre os editores, devendo os leitores dizer "o que querem" e então, "se os editores abrirem os portões, o resto se seguirá" (Rosenblum, *Who Stole The News?*, 1993)⁴⁰. Porém, este género de pressão ou contestação sugerida por Rosenblum parece corresponder a uma realidade demasiado simplificada. O público consumidor confia passivamente na mensagem transmitida pelos *media* e não a contesta, pelo menos, ao ponto de tentar alterá-la conscientemente. Os mitos que rodeiam o jornalismo explicam esta atitude de passividade e confiança. Vistos como "Davides" da sociedade confrontando os "Golias", os jornalistas surgem como lutadores pela "transmissão não expurgada de um acontecimento" (Traquina 1988:29). Deste modo, o jornalista é visto pela opinião pública como "o observador neutro, desligado dos acontecimentos e cauteloso em não emitir opiniões pessoais" (*id.*) e, portanto, isento de críticas, com poder para decidir por si próprio. José Barata-Feyo, a propósito do perigo do abuso do poder concedido aos jornalistas, chama a atenção para o reverso da medalha: "somos uma espécie de poder absoluto, com tudo o que o estatuto acarreta: um livre arbítrio total, a dispensa de prestar contas" (Barata-Feyo 1991:13)⁴¹. De facto, os erros e deformações que advêm da transmissão de informações com cobertura deficiente, incompleta ou

⁴⁰ Citado na obra de Foy, Colm e Helmich, Henny – *Public Support for International Development*, OCDE, Paris, 1996.

⁴¹ Prefácio do Tradutor na obra de Woodrow, Alain – *Informação, Manipulação*, Publicações D.Quixote, Lisboa, 1991.

superficial, acarretam consequências nefastas para a formação de uma opinião pública esclarecida. Contudo, as tentativas de alteração de alguns vícios do jornalismo são mal acolhidas pela classe, que reage protestando com veemência contra supostas ingerências no mundo perfeito da objectividade e isenção jornalísticas. Se por um lado, a pressão da opinião pública revela-se uma hipótese algo utópica, por outro lado, o esquema organizacional enraizado nas empresas de comunicação limita a capacidade de mudança da actuação dos *media* pelo *lado de dentro*. Se ambos (opinião pública e *media*) se condicionam mutuamente, ambos deverão consciencializar-se da necessidade de mudança e coincidirem no rumo a tomar. Mas essa consciencialização deve surgir de algum lado. Nesse sentido, caberá à educação para o desenvolvimento o desempenho, *a priori*, de um papel crucial na sensibilização da sociedade no seu todo e na formação de uma consciência global em prol das questões do desenvolvimento, reflectida em todos os quadrantes. O desencadeamento deste processo poderá trazer à opinião pública e aos *media* mais e maior capacidade de análise, reflexão e acção. Poder-se-ia, deste modo, tentar a harmonização de um trio mais afinado e sintonizado em objectivos comuns.

V. Os constrangimentos da imprensa diária portuguesa

"As explicações para as notícias serem o que são só terão interesse se pressupormos que não é óbvio as notícias serem o que são".⁴²

Michael Shudson

1.1. Cooperação para o desenvolvimento – um tema não prioritário

A cooperação para o desenvolvimento é um dos assuntos de mais difícil cobertura nos jornais diários. As novas estratégias de informação e comunicação adoptadas pelos jornais portugueses nos últimos dez anos, em resultado da privatização dos meios de comunicação em geral e da crescente concorrência sobretudo com a televisão, bem como, as dificuldades económicas associadas à necessidade de modernização e reestruturação, fizeram emergir um novo tipo de informação: mais simples e imediato, com uma forte carga visual – novos grafismos, maior importância da fotografia, mais cor e humor –, títulos eufóricos e apelativos, temas polémicos e escandalosos, mais vendável. Tudo dirigido a um público essencialmente urbano que adquire a informação como um produto de consumo rápido (Isabel Cunha 1997:437)⁴³, enquanto os jornais se esforçam por cativar leitores permanentes e não ocasionais.

Mas os *media* estão inseridos na sociedade e, como tal, sujeitos a pressões sociais, económicas e políticas, para além das pressões exercidas pelas

⁴² In *Revista de Comunicação e Linguagens, Jornalismo*, Edição Centro de Comunicação e Linguagens (CECL), Lisboa, 1988.

⁴³ In *Nós e os Outros nos Artigos de Opinião da Imprensa Portuguesa, Lusotopie, Lusotropicalisme, Idéologies Coloniales et Identités Nationales dans les Mondes Lusophones*, Éditions Karthala, Paris, 1998.

audiências e pelos *acontecimentos genuínos* – facto bruto real (MacQuail 1992)⁴⁴. O novo ritmo alucinante do *newsmaking* (Wolf 1994)⁴⁵ (produção de informação) decorrente da necessidade das empresas de comunicação vingarem no mercado competitivo e agressivo do mundo da comunicação de massas como organizações lucrativas e estáveis (uma nova perspectiva comercial), não se compadece com a problemática do desenvolvimento que é, de facto, um processo lento, complexo, quase imperceptível, sem grande visibilidade no momento. Noticiar de forma aprofundada toda a sua amplitude, assim como a problemática da cooperação portuguesa e dos países aos quais se dirige, não é prioridade nas agendas da imprensa nacional e vai contra a *rotina* diária dos *media*. Outras razões prendem-se com a distância geográfica e a falta de momentos mediáticos que fazem a *notícia*. Quando algo acontece que é noticiado, normalmente envolve casos de fracassos e escândalos, guerras sangrentas e genocídios, desastres humanitários de vária ordem. Esta atracção pelo lado negativo dos acontecimentos é explicada por Galtung e Roge⁴⁶. Consideram serem as notícias negativas preferidas às positivas e que um dos factores que faz o acontecimento notícia é a negatividade das suas consequências. Vários factores estão na origem deste fenómeno: as notícias negativas “entram no canal noticioso mais facilmente porque satisfazem melhor o critério de frequência” (Galtung e Roge 1993:69), ou seja, o acontecimento negativo é mais rápido que o positivo, podendo facilmente ser noticiado por completo⁴⁷; as notícias negativas são mais “consensuais e inequívocas” (*id.*), na medida em que existe acordo quanto à interpretação da negatividade do acontecimento; as notícias negativas são mais “consonantes com algumas

⁴⁴ MacQuail, Dennis – *Mass Communication Theory: an introduction*, Sage, London, 1992.

⁴⁵ Wolf, Mauro – *Teorias da Comunicação*, Edição Presença, Lisboa, 1994.

⁴⁶ Galtung, Johan e Roge, Mary in *Jornalismo – Questões, Teorias e “Estórias”*, Edição Veja, Lisboa, 1993, pp.61-73.

⁴⁷ Os autores dão como exemplos a quantidade de tempo necessária para educar e tornar sociável uma pessoa adulta e a quantidade de tempo necessária para a matar num acidente; a quantidade de tempo necessária para construir uma casa e para a destruir pelo fogo, para fazer um avião e o destruir, etc.

pré-imagens do nosso tempo” (*id.*); por fim, são mais “inesperadas” do que as notícias positivas, na medida em que os acontecimentos envolvidos são “mais raros” e “menos previsíveis”, logo “os altos e baixos negativos são mais noticiados que o fluxo positivo estável” (*id.*).

Os exemplos de sucesso nos países em desenvolvimento obedecem a processos demorados. É lentamente que certos países ou regiões evoluem do chamado grupo dos países em desenvolvimento, subindo alguns pontos ou aparecendo numa coluna diferente nos quadros estatísticos e são admitidos no clube dos denominados países de desenvolvimento intermédio antes de, por fim e no melhor dos casos, integrarem o grupo dos países industrializados e desenvolvidos. Este discreto e longo percurso não atrai o trabalho da imprensa, sobretudo a diária, que vive da notícia de curto-prazo.

As notícias publicadas sobre a matéria são muitas vezes distorcidas pela divulgação quase exclusiva da ajuda humanitária e de emergência. Quando a imprensa menciona os países do Sul, dá prioridade, por força das circunstâncias, a notícias de ajuda humanitária na sequência de alguma catástrofe natural ou provocada pelo homem, e se o assunto é a solidariedade internacional, está em grande maioria conotada com a ajuda humanitária. Note-se que as mensagens de cariz humanitário comportam uma forte componente visual, essencial para tornar a informação mais apelativa ao grande público e fornecendo a este a imediata satisfação de ver os resultados concretos dos esforços de ajuda. O discurso jornalístico revela, deste modo, as influências dos métodos do audiovisual – nos seus artigos, os jornalistas privilegiam o facto isolado, o caso concreto, em detrimento da análise aprofundada. As histórias de interesse humanitário mascaram, mais uma vez, a visão global e contextualizada, evitam a análise das causas e a reflexão política. O acontecimento surge isolado, independente e fragmentado do contexto global, “dissociado dos seus elementos contextuais chegando ao mercado isolado desses elementos, incapacitando o público de compreendê-lo num contexto mais geral”

(Marcondes Filho 1986:41-47). Neste sentido, o discurso jornalístico é redutor da realidade e, por isso, simplista e muitas vezes desconexo. A “personalização dos processos sociais” e a “fragmentação” ao simplificarem os factos criam uma noção do mundo onde pessoas e cenários existem por si (Isabel Cunha 1996:60).

Os beneficiários são praticamente reduzidos às suas funções mais básicas: satisfação da fome; tratamento das doenças e ferimentos; abrigo e protecção dos desalojados e deslocados. Perdem a sua autonomia e poder de julgamento. Tornam-se objectos homogêneos e anónimos de uma história sem sentido aparente (Colette Braeckman 1996:121-126)⁴⁸. Paradoxalmente, esta visão simplista do mundo funciona mais como um estímulo do que um obstáculo à ajuda e à solidariedade. Segundo Braeckman, é muito mais seguro e simples despertar interesse em pessoas reduzidas à sua condição de vítimas anónimas do que entrar em considerações sobre a complexidade das situações, ou mesmo dissertar acerca das suas causas e consequências. O esteriótipo assume-se assim, como um instrumento frequente do discurso jornalístico pois simplifica a complexidade do real e do “outro”, tornando a informação mais apreensível (Rodrigues 1994:141-168). Contudo, denota Braeckman, enquanto o lado humanitário da questão serve para colocar de parte a faceta política, as histórias de interesse humano, tão apreciadas pelos jornais, muitas vezes distraem os leitores do essencial do problema.

Com base no estudo de caso – Caso Vuvu⁴⁹ – (Cunha 1996) é possível verificar como um determinado tema é colocado em agenda nos meios de comunicação, trata-se da *tematização* – imposição de temas, assuntos/notícia à opinião pública (Luhmann 1992)⁵⁰. A selecção pode ser feita pela ocorrência de um acontecimento extraordinário, anómalo (critério

⁴⁸ In Foy, Colm e Helmich, Henny – *Public Support for International Development*, OCDE, Paris, 1996.

⁴⁹ Caso Vuvu – duas angolanas, mãe e filha, que vieram juntar-se ao marido e pai residente em Portugal, retidas no aeroporto de Lisboa em Fev’94 por irregularidades no visto de entrada. O caso, não inédito em Portugal, mereceu largo destaque na comunicação social.

⁵⁰ Luhmann, Niklas – *A Improbabilidade da Comunicação*, Edição Vega, Lisboa, 1992.

jornalístico); quando proposta pelo poder político (agenda política sobrepondo-se à mediática); ou ainda escolhida pelos *media* (sobreposição da agenda mediática). O “Caso Vuvu” ilustra ainda as relações entre a agenda mediática, a agenda política e a agenda pública (actualização da opinião pública, que só discutirá o que é fixado pela agenda mediática).

O caso do tratamento da guerra civil na Guiné-Bissau em 1998 nos jornais em estudo (*vide* capítulo VI), permite obter novo exemplo da tematização praticada pelos *media*.

Tendo em conta o funcionamento da tematização, torna-se mais fácil compreender a ausência da problemática da cooperação para o desenvolvimento portuguesa: quando não considerada anómala, quando não seleccionada pelo poder político ou pelos *media*, está longe de constituir um assunto explorado na agenda jornalística e de fazer carreira na imprensa diária nacional.

A ligação entre o desenvolvimento no Sul e a evolução dos países industrializados é apenas mencionada em artigos ocasionais, como aquando da publicação do relatório anual do PNUD, no qual são frequentes o estabelecimento de relações entre o enriquecimento dos países do Norte e a crescente miséria dos países mais pobres do mundo. Os conflitos e os desastres humanitários sem nexos ou racionalidades aparentes, continuam a dominar o espectro das notícias. Não é com ânimo leve que a opinião pública dos países do Norte, como Portugal, aceita críticas ao seu estilo de vida e interioriza a necessidade de mudança urgente de comportamento e padrões de consumo, como condição essencial à sobrevivência condigna de outros povos, distantes e abstractos. É frequente o desenvolvimento e o papel da cooperação aparecerem como um tópico isolado e não como elementos de mudança global, como um desafio que ambos, o Norte e o Sul, enfrentam em pleno século XXI.

1.2. As fontes

A produção da notícia é bastante influenciada pela relação entre o jornalista e as suas fontes de informação já estabelecidas. Três aspectos fundamentais suportam esta afirmação: a relação entre o jornalista e a fonte é mantida sob sigilo e protegida por lei⁵¹. As fontes de informação não são desinteressadas e cabe ao jornalista testar a sua credibilidade. Por fim, existe uma hierarquização nas fontes de informação sendo que quanto mais elevado for o poder hierárquico do informador, melhor é a fonte (Traquina 1988:33-34). Daqui decorre que uma das consequências e implicações da rotinização nos meios de comunicação é a estratificação social do acesso aos *media*. A rotina instalada no processo de recolha e produção da notícia “diminui o acesso aos *media* de e a outras fontes ou a outros agentes sociais”, pelo que “nem todas as fontes são iguais na sua capacidade de acesso” (Cunha 1996:59). Logo, os agentes sociais que não têm acesso regular devem exercer pressão e incomodar para que os seus acontecimentos sejam notícia. Para Molotch e Lester, “aqueles que não têm praticamente nenhum poder devem «perturbar» a ordem social para incomodar as formas habituais de produção de acontecimentos” (Molotch e Lester 1974:108).

No caso da cooperação portuguesa para o desenvolvimento, o governo e as ONGD constituem as principais fontes de informação e a origem de grande parcela das peças sobre o tema. Contudo, é possível verificar um evidente destaque ao papel e iniciativas governamentais. Os *media*, sobretudo a televisão estatal, são um veículo por excelência de divulgação das iniciativas governamentais nesta matéria, que através dela procura promover as suas actividades e políticas de ajuda, nomeadamente perante situações de emergência em que o apoio humanitário fornecido confere ao executivo um carácter humano e generoso, tão apreciado pelos eleitores.

⁵¹ A Lei de Imprensa concede o direito ao jornalista de não revelar a identidade da sua fonte de informação, mesmo em Tribunal.

São, então, usuais as conferências de imprensa, as declarações de responsáveis governamentais e, em contrapartida, as críticas da oposição, brandas, receiam melindrar os sentimentos altruísticos de generosidade que na altura invadem os portugueses. É o condicionamento da agenda dos *media* pela agenda política em pleno funcionamento e da qual a abordagem da guerra civil na Guiné-Bissau é um exemplo paradigmático. A cobertura de situações de emergência envolve também, necessariamente, o papel das ONGD no terreno. É para a sua actuação que se viram muitas das atenções dos jornais. Os repórteres que visitam as zonas de calamidades, dependem com frequência das agências humanitárias para apoio logístico (transporte, comunicações e mesmo alojamento) sendo inevitavelmente influenciados pelos pontos de vista e opiniões dos que facultam este género de ajuda. Os jornalistas são também muitas vezes assistidos por militares e, igualmente aqui, parecem desconhecer até que ponto a sua percepção da realidade pode ser influenciada por este contacto directo. Os próprios repórteres são convidados a visitar as zonas de trabalho e os projectos em curso por ambos, ONGD e militares. A grande consequência da ligação a fontes de rotina é o estabelecimento de uma interdependência. O jornalista entra em contacto pessoal com as fontes, criando relações de confiança e simpatia sendo muito difícil ignorá-las. A interdependência também facilita a fuga de informações (Walter Lippman 1974:156)⁵².

Tendo em consideração que o desenvolvimento resulta de um processo dinâmico envolvendo toda a sociedade, da acção concertada dos governos, das populações e dos doadores internacionais (Braeckman 1996:121-126), é possível concluir que este tipo de abordagem jornalística da cooperação para o desenvolvimento, retractando a ajuda externa como um facto isolado e sem grande conexão com contexto político, cultural e social onde opera, resulta na transmissão de uma mensagem incompleta e parcial.

⁵² In Hoch, Paul – *The Newspaper Game: The Political Sociology of the Press*, Edição Calder Boyars, Londres, 1974.

1.3. Os constrangimentos dos jornalistas

As questões da cooperação para o desenvolvimento são frequentemente deixadas para segundo plano pelos jornalistas portugueses, pois não fazem notícia, não constituem um assunto prioritário nas agendas dos jornais e, em consequência, não são uma aposta na tentativa de ascensão de carreira, nas ambições profissionais. Mais uma vez, o que importa é criar espaço para a notícia, é colocar a baixa política, o escândalo ou a tragédia na primeira página. Mas esta não é apenas uma escolha do jornalista como indivíduo, pois a complexidade e multiplicidade de “factores intervenientes nos sistemas de filtragem ou selecção das notícias” condiciona de modo determinante o trabalho jornalístico (José Oliveira 1988:48)⁵³.

Porém, é possível uma maior compreensão dos constrangimentos que afectam os profissionais da comunicação social se “olharmos o jornalista no seu contexto, ou seja, no seu local de trabalho” (Cunha 1996:56). De facto, os jornalistas no quotidiano da redacção em que trabalham, estão sujeitos a constrangimentos de vária ordem que vão desde as regras organizacionais impostas pela empresa até aos critérios de elaboração da notícia, passando pela definição da agenda. Os constrangimentos organizacionais passam pela submissão do jornalista à política editorial do jornal, imposta por um processo de socialização e incorporação na cultura da empresa. Os critérios de elaboração da notícia estabelecem, por seu lado, o grau de importância da mesma em função do poder hierárquico dos actores, da influência do acontecimento a nível nacional, da quantidade de pessoas directa ou indirectamente envolvidas, e ainda, da possível implicação no desenvolvimento de uma determinada situação. A política e o funcionamento do jornal relacionam-se também com o estabelecimento de uma ordem no espaço e no tempo (Traquina 1988:29-37), ou seja, a divisão do espaço em zonas territoriais de concentração de acontecimentos, como

⁵³ In *Revista de Comunicação e Linguagens, Jornalismo*, nº8, Edição Centro de Comunicação e Linguagens (CECL), Lisboa, 1988.

Lisboa e Porto, a colocação de *sentinelas* junto de entidades importantes, como a Assembleia da República, a especialização temática nas secções dos jornais (sociedade, internacional, economia, entre outras), e o estabelecimento de um processo de selecção de acontecimentos futuros através do serviço de agenda que os calendariza, tentando, de acordo com os critérios da empresa, organizar a incessante afluência de informação às redacções. Ao jornalista torna-se bastante difícil quebrar este esquema organizacional e impor a sua história quando a mesma não se insere em totalidade nesta lógica. Por outro lado, e segundo afirma Traquina, “os jornalistas não são simples observadores passivos mas participantes activos no processo de construção da realidade”, pois “enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia cria o acontecimento (porque é um produto elaborado que não pode deixar de reflectir diversos aspectos do próprio processo de produção)” (Traquina 1993:135)⁵⁴.

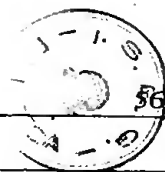
A abundância de diferentes temáticas tratadas numa redacção de um jornal diário leva à rotatividade frequente nos jornalistas e condiciona o cimentar da experiência em determinadas áreas. O desenvolvimento é disso exemplo. A ausência de experiência e perspectiva limita os jornalistas na abordagem a fundo das questões pertinentes. Outros assuntos mais debatidos e com mais historial, como o ambiente ou a SIDA, ganham de imediato importantes destaques na imprensa diária e o interesse dos repórteres, possivelmente porque a ligação entre o que acontece *lá* e *aqui*, ou seja, a inter-relação do fenómeno é mais evidente ou aparente (Braeckman 1996:121-126). É notório que, para as questões ambientais ou relacionadas com a SIDA existe maior mobilização da sociedade civil, não verificada na cooperação para o desenvolvimento, à excepção da recente euforia nacional com o caso de Timor Leste. Uma das explicações possíveis para o fenómeno prende-se com o facto de Timor Leste ainda não registar o síndrome de *aid fatigue*, já crónico em relação aos PALOP e patente no

⁵⁴ In Traquina, Nelson – *Jornalismo – Questões, Teorias e “Estórias”*, Edição Vega, Lisboa, 1993.

crescente cepticismo da opinião pública, que se questiona sobre qual a utilidade de tanto esforço e dinheiro despendidos ao longo de décadas.

Na falta de tempo ou competência para julgar o impacto real da ajuda ao desenvolvimento, os jornalistas evitam polémicas que vão além das circunstanciais, a menos que as anomalias sejam flagrantes.

Outro problema com o qual os jornalistas se deparam prende-se com o facto do desenvolvimento, à semelhança de muitas outras temáticas, estar sujeito a modas e a períodos alternados que correspondem à corrente económica em voga no momento. Houve o período da substituição das importações, a época dos grandes projectos de indústria e infra-estruturas o qual resultou num avultado endividamento externo. Depois veio o tempo do ajustamento estrutural, da prioridade para o pagamento da dívida externa, da redução da despesa pública e da prioridade às exportações como medida de captação de divisas. Foi o fim do proteccionismo e a abertura ao mercado mundial e ao comércio livre, apontados como as únicas vias de crescimento económico sustentado. Enquanto a maioria dos analistas advogava a integração total na economia global (Washington Consensus), outros declaravam impossível aos países pobres atingir o patamar de desenvolvimento das nações ricas e proclamavam o desenvolvimento auto-centrado. Ambas as correntes parecem algo utópicas, porém, foi com base nelas que se formularam políticas económicas, se concedeu e retirou dinheiro, que investimentos tiveram e não tiveram lugar. Confrontada com estas correntes e contra-correntes de pensamento, a comunicação social, raramente tomou um papel dinâmico e analítico (Braeckman 1996:121-126). De novo, a pouca experiência e perspectiva nesta matéria, a fraca qualificação académica e a complexidade de muitos assuntos, limitam o papel dos jornalistas a simples mensageiros das correntes dominantes sem as questionarem e, acima de tudo, sem as avaliarem com precisão.



VI. Mitos, Ficções e Factos da Cooperação Portuguesa

*"Com efeito, em tese, haverá duas maneiras de gerir tal política (política de cooperação para o desenvolvimento): uma mera intermediação de interesses, susceptível de dar uma imagem de coerência e de desígnio global ou, em alternativa, um programa composto por um conjunto de consistente de projectos, com um sistema financeiro de suporte e uma máquina administrativa de sustentação, quer isto dizer uma **Política** – por oposição à sua aparência tradicional de agregado de actos avulsos"⁵⁵*

Carlos Neves Ferreira

O passado colonial, sobretudo a descolonização tardia, deixa antever uma relação próxima, porém difusa, entre os dois pólos: opinião pública e cooperação para o desenvolvimento. Mas, em que se traduz esta relação? E que influência exercem os *media* neste contexto?

1.1. A cooperação portuguesa para o desenvolvimento no *Diário de Notícias* e no *Público*

O período de investigação, correspondente aos anos de 1998 e 1999, abrange um universo de 170 peças jornalísticas, publicadas em dois jornais diários de referência: *Diário de Notícias* e *Público* (Anexo I, Quadros 1 a 6), e organizadas em grelhas temáticas e temporais (Anexo II, Quadros 1 a 4).

Com base nos elementos recolhidos, é possível afirmar que o predomínio das peças sobre a cooperação portuguesa para o desenvolvimento coincide com *acontecimentos reais, genuínos*, agendados ou tematizados pelos *media*. Ou seja, o tema é abordado quando está em agenda, devido a algum

⁵⁵ Introdução do Presidente do ICP, *Relatório de Actividades do Instituto da Cooperação Portuguesa 1997/98*, Edição Instituto da Cooperação Portuguesa, Lisboa, Janeiro de 1999:06.

acontecimento extraordinário, quando apresentado/proposto pelo poder político, ou pelos *media*. O ano de 1998 é disso exemplo claro. O predomínio de peças sobre cooperação, cerca de 52%, está associado ao eclodir da guerra civil na Guiné-Bissau a 7 de Junho desse ano (acontecimento extraordinário). São ainda os meses de Junho e Julho que em 1998 reúnem, consequentemente, o maior número de peças, 48, correspondentes a 50% do total (Anexo III, Quadro 9 e Gráfico 19). Em oposição, os meses de Janeiro a Maio, caracterizam-se por uma quase total ausência de peças, apenas três em Março, todas relativas a iniciativas de cooperação do Hospital Universitário de Coimbra com S. Tomé e Príncipe, publicadas no *Diário de Notícias*. Um novo pico dá-se em Outubro, onde a cooperação portuguesa com Moçambique preenche as páginas dos dois jornais (11 peças) em consequência da visita do Primeiro Ministro português, António Guterres, àquele país (agenda política). O interesse recai, sobretudo, em Cahora Bassa. Novembro traz nova temática, desta feita, a apresentação, pelo Governo, do primeiro *Programa Integrado da Cooperação Portuguesa*⁵⁶, largamente explorado pelo *Diário de Notícias* com a abertura de um *Dossier Cooperação* (agenda política versus agenda mediática), e ignorado pelo *Público* (Anexo II, Quadros 1 e 2).

O ano de 1999, caracteriza-se por uma maior dispersão temporal, temática e geográfica das peças (Anexo III, Gráfico 15), contudo, o pós-guerra na Guiné-Bissau mantém-se como temática transversal subjacente às peças sobre cooperação portuguesa ao longo de todo o ano, sem porém, ter a incidência de 1998: apenas 19 de 74 peças abordavam este assunto, ou seja, 25%.

De uma forma geral, é possível adiantar que cada ano ou mesmo cada conjunto de meses, corresponde a uma problemática central tematizada pelos *media* e logo, mais mediatizada, à qual se associa uma maior concentração de artigos de opinião. A relação entre as grandes tematizações e o crescente número de artigos de opinião é bem patente em 1998: 15

⁵⁶ Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº128/98, de 14 de Outubro.

artigos em contraste com 5 artigos em 1999, nove dos quais sobre o papel de Portugal no conflito guineense (Anexo III, Quadros 10 e 12; Gráficos 18 e 22).

O recurso a títulos e/ou *leads* alarmistas⁵⁷, eufóricos⁵⁸ e melodramáticos⁵⁹ constitui outra característica do discurso jornalístico.

Da análise realizada pode-se afirmar que, em termos globais, ambos os jornais estão bastante equiparados quanto à cobertura dos temas relativos à cooperação portuguesa para o desenvolvimento, obtendo o *Diário de Notícias* uma ligeira vantagem com 89 peças, mais oito que o *Público*. Contudo, as diferenças ressaltam quando verificamos os anos em separado: em 1998, o *Diário de Notícias* supera largamente o *Público* com 61 peças, quase o dobro do *Público*, que regista 35 peças (Anexo III, Quadros 1 e 3). Em 1999, a situação inverte-se com o *Público* a atingir um total de 46 peças, mais 18 que o *Diário de Notícias* (Anexo III, Quadros 5 e 7), o que denota alguma inconstância na cobertura dos temas relativos à cooperação portuguesa por parte de ambos os jornais.

No que se refere às autorias, é possível constatar que 30% das peças não são assinadas, ou seja 51 do total de 170, sendo contudo, o *Público* o jornal com mais autorias (Anexo III, Quadros 13 e 14). Neste jornal, num total de 81 peças, sessenta e cinco têm autorias, sendo os jornalistas que mais escrevem, Jorge Heitor (9 assinaturas), Cesaltina Pinto e Marcelo Mosse (ambos com cinco). No *Diário de Notícias* contabilizam-se 54 autorias para um total de 89 peças, com Carlos Albino a deter 22% do total das peças assinadas (20 assinaturas), um predomínio apenas seguido de longe por

⁵⁷ Exs.: *Público*: "Deslocados da Guiné na colónia balnear de Santa Cruz - «Estamos na salgadeira»" (03 Jul.98); "Governo «faz questão de excluir a HCB» - Moçambique golpeia Cahora Bassa" (25 Maio.99); "PALOP - 239,4 milhões em dívida a Portugal" (01 Out.99); *Diário de Notícias*: "Mulher de Nino gere auxílio humanitário português - O «Ponta de Sagres» prepara-se para deixar sua carga em Bissau. A Cruz Vermelha Internacional já manifestou estranheza" (17 Jul.98).

⁵⁸ Ex.: *Diário de Notícias*: "Em 1999, anda à roda, são 48 milhões de contos - Portugal pela primeira vez faz a sério e com rigor as contas das despesas com a cooperação" (09 Nov.98).

⁵⁹ Exs.: *Diário de Notícias*: "O tiroteio parou à chegada do «Ponta de Sagres» - Vitalino Cruz diz que suspeitas não inviabilizam entrega de ajuda à Cruz Vermelha da Guiné-Bissau, mas admite riscos" (18 Jul.98); *Público*: "Ajuda humanitária portuguesa para um povo africano - «Ponta de Sagres em Bissau»" (17 Jul.98).

Maria João Rocha (7 assinaturas). A constância de Carlos Albino no tratamento desta temática no *Diário de Notícias* é hegemónica apenas em 1998, ano em que soma 17 assinaturas, contra somente três em 1999. De facto, a inconstância das assinaturas de um ano para o seguinte é uma característica saliente nas autorias do *Diário de Notícias*. Somente dois autores assinam peças em ambos os anos: Carlos Albino e Maria João Rocha. No *Público*, predomina a variedade de autores – 40 autorias diferentes para 21 autorias no *Diário de Notícias* –, mas também o número de autores que assinam peças em ambos os anos: Cesaltina Pinto, Joaquim Trigo de Negreiros, Jorge Heitor e Marcelo Mosse. De salientar ainda outra característica exclusiva do *Público* – as co-autorias – num total de cinco peças co-assinadas.

1.1.2. Mitologias e realidades - contradições quotidianas do luso-tropicalismo

O estudo levado a cabo pela OCDE em 1998 contém, à semelhança dos outros doadores, um capítulo consagrado a Portugal⁶⁰. Nesse estudo é citada a publicação *The Reality of Aid* de 1997⁶¹, segundo a qual 93% dos portugueses consideram “importante” a ajuda ao desenvolvimento. Contudo, tanto a OIKOS como o governo português desconhecem a origem deste número, como foi conduzido o estudo e qual o método utilizado⁶². Dúvidas que levam o CAD/OCDE, no último exame à cooperação portuguesa (*id.*), a alertar para a necessidade de realização de uma “extensa sondagem de opinião” (*id.*) de forma a ser auscultado o sentido da opinião pública sobre a cooperação portuguesa para o desenvolvimento. O governo

⁶⁰ Smillies, Ian e Helmich, Henny – *L'Opinion Publique et la Coopération au Développement*, OCDE, Paris, 1998.

⁶¹ *The Reality of Aid*, 1997:122. O capítulo sobre Portugal foi elaborado pela ONGD portuguesa OIKOS.

⁶² *Review of the development co-operation policies and programmes of Portugal, Draft Secretariat Report*, OECD/DAC, Paris, 2001:34.

porém, adianta o documento do exame, declara com optimismo não haver “necessidade para tal sondagem” (*id.*), reafirmando posições já assumidas no passado de que “existe um largo consenso nacional em favor das políticas de desenvolvimento”⁶³.

O autor do estudo realizado pela OCDE em 1998, refere ainda que os *media* consagram um espaço considerável aos PALOP, testemunhando a elevada proporção de portugueses ligados a estes países (Smillie 1998:135-137). Mas a natureza desta relação e o modo como ela é vivida no quotidiano carecem de melhor análise. A ligação de muitos portugueses correspondente a um passado vivido nos PALOP, mas a um presente ausente da realidade africana. Em 1974, mais de um milhão de portugueses vivia em África, tendo a sua esmagadora maioria sido obrigada a regressar após a independência das colónias. A geração já nascida em Portugal ou que regressou demasiado criança para se recordar dos seus países de origem, apenas guarda algumas referências de histórias contadas pelos pais e tende a não perpetuar a forte relação estabelecida pelos seus familiares. As actuais condições de miséria e insegurança quotidiana nos PALOP, apagam qualquer desejo ou hipótese de regresso e de aprofundamento de raízes. São condicionantes provocadoras de um gradual afastamento da realidade africana, pouco apelativa aos jovens portugueses. O regresso dos retornados no início dos anos 70 foi seguido, logo na década de 80, da afluência de um grande número de africanos, sobretudo angolanos e moçambicanos, fugidos das guerras civis que assolaram os dois países. Portugal tornou-se a opção mais lógica por “razões de língua e família” (Cunha 1997:435). De nação colonizadora em vários continentes, exportadora de mão-de-obra, Portugal convertia-se num país de imigrantes. Em simultâneo, persistiam as assimetrias económicas que mantinham o fosso entre as várias regiões do país, mesmo após a entrada de Portugal na Comunidade Europeia. Factos que abalaram o discurso amplamente

⁶³ Smillies, Ian e Helmich, Henny – *L’Opinion Publique et la Coopération au Développement*, OCDE, Paris, 1998:135.

consensual na sociedade portuguesa sobre a capacidade de “tolerância, adaptabilidade e assimilação relativa ao Outro” (*id.*). A convicção nestas características contribuiu também para solidificar ficções sobre quinhentos anos de presença/influência portuguesa ultramarina⁶⁴. Um discurso que, mais uma vez, fora posto à prova quando os portugueses se viram confrontados com um largo número de imigrantes dos PALOP, o que reforçou as práticas quotidianas de exclusão social. Isabel Cunha acrescenta ainda razões adicionais: a legislação restritiva à entrada e permanência de estrangeiros decorrente do Tratado de Maastricht e dos acordos de Schengen, originou, a partir de 1993, a coabitação “na praça pública mediatizada, de dois discursos-padrão sobre as relações do Europeu e do Outro-lusófono: o discurso da tolerância, da assimilação, da revitalização do «lusotropicalismo» promotor da «Comunidade de países de língua oficial portuguesa» e o discurso da execução quotidiana das políticas de exclusão e repressão” (*id.*). Ambos amplamente manifestados na imprensa nacional, sobretudo nos artigos de opinião.

A corrente ideológica *luso-tropicalista* baseia-se no universo ideológico colonial português assente numa imagem de relacionamento de tolerância, adaptabilidade e convívio entre nós (portugueses) e os outros (não-europeus), resultando numa colonização não-segregacionista e não-discriminatória. Mesmo após a independência das ex-colónias, o mito do *luso-tropicalismo* continuou presente nas noções de “lusofonia” e de “universalismo” da cultura portuguesa, largamente veiculadas pela opinião pública (Oppenheimer 1998:473)⁶⁵. Segundo Oppenheimer, tanto os saudosistas do Estado Novo como os seus adversários, a geração antiga

⁶⁴ O discurso sobre quinhentos anos de influência portuguesa ultramarina choca com factos históricos que nos dão conta de que a presença dos portugueses em África é dimensionalmente mais limitada. Até ao século XIX, a colonização restringia-se às zonas costeiras e o interior era praticamente desconhecido. Por exemplo, somente em 1902 é consumada a ocupação efectiva do centro de Angola, na sequência da repressão da revolta do Bailundo e da guerra de ocupação do Huambo. (in Leite, Joana Pereira - *Alguns Dados Cronológicos, Definição de Fronteiras e Política Administrativa Colonial*, documento de estudo de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, ISEG, 1999).

⁶⁵ In *Réalités et Mythes de la Coopération Portugaise - Lusotopie, Lusotropicalisme, Idéologies Coloniales et Identités Nationales dans les Mondes Lusophones*, Éditions Karthala, Paris, 1998.

como a mais recente, os dirigentes de todos os quadrantes políticos, os *media*, e mesmo muitos intelectuais dos PALOP se retratam neste “discurso ideológico” (*id.*). O discurso do *luso-tropicalismo*, revitalizado nos últimos anos com a criação da CPLP, ganhou recentemente novo ânimo através da questão de Timor Leste (analisada mais adiante neste capítulo), e encontra-se também presente na cobertura jornalística da cooperação portuguesa.

O cariz tolerante da colonização portuguesa apregoado no discurso luso-tropicalista e consensual na opinião pública comporta uma forte dimensão mítica, em oposição à carente confirmação histórica. Existem, ao longo da história colonial portuguesa, marcas de repressão e discriminação. Em 1899, por exemplo, foi formalmente legitimado o trabalho forçado através da aprovação do *Regulamento do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas*⁶⁶. Em, 1907, a criação em Moçambique de uma *Secretaria dos Negócios Indígenas*⁶⁷, consagra a aplicação de leis diferentes para os indígenas. Mais recentemente, em 1954, o novo *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias de Guiné, Angola, e Moçambique*⁶⁸, dificulta o abandono do “estatuto de indígena” e a obtenção da plena cidadania, pois conforme o seu artigo 12º: “Consideram-se indígenas das referidas províncias os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, nelas tendo nascido ou vivendo habitualmente, não possuam ainda a cultura e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses”. Apenas sete anos depois, na sequência do eclodir da guerra de independência em Angola, se precipitam as reformas, começando pelo Decreto-lei n.º 3 893 (Setembro de 1961) que declara plenos cidadãos portugueses os habitantes das colónias.

⁶⁶ Decreto de 09/11/1899.

⁶⁷ Decreto de 23/05/1907.

⁶⁸ Decreto-lei n.º 39 666 de 20/05/1954.

A recorrência constante às palavras *Portugal* e *ajuda*⁶⁹ nos títulos e leads das peças jornalísticas analisadas, confere à cooperação portuguesa uma imediata conotação paternalista e missionária à escala nacional associando, por via da identidade nacional, o leitor a este esforço. A ficção colonial paternalista consiste noutra vertente típica do discurso luso-tropicalista. Tem por base a relação entre dominador e dominado assente em noções de dependência e incapacidade de autonomia do colonizado face ao colonizador. Uma relação de “amor na servidão”, como a caracteriza o antropólogo Christian Geffray⁷⁰, na qual a atitude paternalista do colono lhe confere legitimidade e autoridade através da capacidade de despertar o amor dos que domina, um amor desigual sem dúvida, porque assente em laços assimétricos, mas mesmo assim, vividos como um *amor*. O colono assume a figura de um pai, possessivo, dominador e repressivo, mas também condescendente, generoso e protector. O colonizado, veste a pele do filho sujeito à punição e domínio de um pai autoritário, mas ao qual *ama* porque se sente protegido e salvo⁷¹.

⁶⁹ Exs.: *Diário de Notícias*: “Guiné e Portugal de «mãos dadas» - Ministro guineense agradece diplomacia portuguesa e ajuda prestada na resolução do conflito (25 Set.98); “Lisboa vai ajudar mais Bissau” (04 Fev.99); “Portugal ajuda Cabo Verde” (23 Mar.99); “Portugal envia ajuda humanitária para Angola” (28 Dez.99).

⁷⁰ Geffray, Christian – *Le Lusotropicalisme Comme Discours de L'amour Dans La Servitude* - In *Lusotopie, Lusotropicalisme, Idéologies Coloniales et Identités Nationales dans les Mondes Lusophones*, Éditions Karthala, Paris, 1998:361-372.

⁷¹ Geffray ilustra esta análise da essência paternalista do luso-tropicalismo através de uma história que lhe fora contada por um moçambicano de origem portuguesa. É a história de um colono português que pesca com o seu criado moçambicano. Estão no barco, no meio do rio. O criado sempre irrequieto, afugenta os peixes. O colono, furioso, insulta-o e bate-lhe brutalmente obrigando-o a manter-se quieto. O silêncio regressa e a pesca continua. Porém, incapaz de se manter imóvel, o criado canta e dança dentro do barco de tal forma que acaba por cair à água. O português não hesita um segundo, salta à água e salva a vida ao seu criado.

A mesma situação com um colono inglês. Durante a pesca o criado dança e canta. O inglês, serenamente e sem violência manda-o calar várias vezes. Sem sucesso, contudo. O criado acaba por cair à água. O colono inglês deixa-o morrer afogado sem sequer um olhar.

Nesta história, diz-nos Geffray, está patente a valorização do colono português comparativamente ao inglês, a valorização do amor na relação dominador/dominado, por oposição à cruel indiferença do inglês. A distinção é clara, o português mais brutal mas capaz de salvar a vida ao criado, enquanto que o inglês, pouco repressivo e aparentemente mais civilizado, deixa morrer o colonizado sem hesitação.

Denota-se ainda, em outros títulos e *leads*, o apelo ao *luso-tropicalismo*⁷², ou mesmo, ao imaginário e saudosismo colonialista⁷³.

A evocação da cooperação portuguesa como missão e desígnio, associados ao passado histórico, está intrinsecamente ligada à mitologia colonial nacional⁷⁴. A missão de *civilizar os indígenas* no passado é hoje substituída pela missão de terminar com o subdesenvolvimento do sul. Esta analogia, verifica-se no discurso jornalístico em geral e nos artigos de opinião em particular, e funciona como argumento de legitimação da intervenção portuguesa ou mesmo de apelo à acção, nomeadamente em situações de crise como a guerra civil na Guiné-Bissau⁷⁵.

Em adição, o *sucesso* da cooperação portuguesa nos PALOP passa pela “salvaguarda dos interesses portugueses” e pela protecção do “património físico e simbólico português”⁷⁶, factores igualmente justificativos da intervenção de Portugal. Neste prisma, a cooperação desenvolvida por outros países doadores, em especial, pela França, é retractada como concorrencial⁷⁷ ou como uma ingerência nefasta no que é tido como *nosso*

⁷² Ex.: *Diário de Notícias*: “Um adeus muito português a Luanda, Lobito e Huambo – capacetes azuis portugueses regressam de Angola” (27 Jul.98).

⁷³ Ex.: *Público*: “Reabre o aeroporto de Bissalanca – Portugal regressa à Guiné” (27 Jul.99).

⁷⁴ Ex.: *Público*: (Artigo de opinião) “**A política africana**” - «Fique bem claro que a Portugal não interessa, hoje, a Guiné por quaisquer tendências imperialistas. A Portugal interessa a Guiné, em primeiro lugar, pelos próprios guineenses, com os quais se partilha uma comunidade de afectos e de língua, e, depois, pelos interesses portugueses que lá existem e que, julgo eu, se pretende que continuem. Nem se justifica de outro modo a cooperação que se tem mantido, e que é a que mais dinheiro gasta na Guiné-Bissau.», Mário Matos e Lemos (21 Jul.98).

⁷⁵ Exs.: *Diário de Notícias*: (Artigo de opinião) “**Já e em Força**” - «A guerra e a fome na Guiné-Bissau exigem a mobilização de todos os meios. Civis e militares. Sem hesitações ou complexos neocolonialistas.», António Ribeiro Ferreira (22 Jun.98); “**Intervenção de força internacional pode ser pedida se tropa de Dacar ultrapassar Nino Vieira**” - (declarações de um alto funcionário do MNE a propósito da intervenção senegalesa no conflito guineense) « (...), acrescentando que «Portugal não ficará de braços cruzados, se verificar que o Presidente Nino está, em aspectos essenciais, refém do aliado senegalês, levado por excesso de zelo» (25 Jun.98).

⁷⁶ *Diário de Notícias*: “Portugal e o Futuro da Guiné” (18 Jun.98) M. Bettencourt Resendes.

⁷⁷ Ex.: *Público*: “**Centros culturais em territórios de língua portuguesa – Cabo Verde, Primazia à língua**” - « (...) a principal reivindicação prende-se com a falta de recursos para concretizar iniciativas e fazer frente à concorrência – sobretudo do centro cultural francês, cujas acções, principalmente no domínio da música são notórias. » (18 Maio99).

porque trata-se de “um país que fala português”⁷⁸. A *lusofonia*, é assim, um forte elemento aglutinador e, sobretudo, factor de pertença. No entanto, reside aqui um outro mito: o da língua comum. Comum, por ser a língua oficial dos PALOP e de Portugal, mas em todos os cinco países africanos o português restringe-se a uma minoria da população composta pelas elites urbanas e, acima de tudo, esbarra num mosaico étnico-linguístico extremamente diversificado e complexo. Factores da realidade quotidiana que não se compadecem com as representações de *unidade linguística* das elites e dos governantes dos PALOP e de Portugal.

Senão vejamos, Moçambique, marcado pela diversidade linguística⁷⁹; conta com uma variedade de idiomas nacionais que constituem as línguas maternas da maioria da população, e como tal, as mais utilizadas na comunicação diária⁸⁰. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INEM), em 1997, na cidade de Maputo, apenas 25,1% da população tinha o português como língua materna. Para um terço das pessoas mais jovens (dos 5 aos 19 anos) o português é a língua mãe. Esta proporção, adianta o INEM, “baixa para menos de um quinto entre as pessoas do grupo dos 20 aos 49 anos de idade e atinge apenas 10% entre os mais idosos”⁸¹. Perante estes dados, é possível deduzir que, fora da capital, sobretudo nas zonas rurais, a percentagem de população com o português como língua materna seja ainda mais reduzida.

⁷⁸ Ex.: *Diário de Notícias*: (Artigo de opinião) “Já e em Força” – «Paris não dorme e, ao longo destes anos, tem não só consolidado a sua presença na região como a estendeu a um país que fala português (Guiné-Bissau), aproveitando as omissões, hesitações e erros de Lisboa, provocados em grande parte pelas feridas ainda por sarar da Guerra Colonial e dos muitos complexos que dominam as relações com as ex-colónias.», António Ribeiro Ferreira (22 Jun.98).

⁷⁹ Para além do português como língua oficial, Moçambique regista ainda três principais grupos linguísticos africanos: Tsonga, Sena-Nyanja e Makua-Lomwe. (in *Country Profile, Mozambique 1996-97*, The Economist Intelligence Unit, 1997, United Kingdom:2).

⁸⁰ in *II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997, Indicadores Socio-demográficos, Maputo Cidade*, Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, Maputo:24-27.

⁸¹ Idem:25.

A situação na Guiné-Bissau é ainda mais complexa⁸². Mário Matos Lemos, Director do Centro Cultural Português de Bissau entre 1985 e 1998, na sua obra "Política Cultural Portuguesa em África" (1999), realça o facto de que apenas 11% entre mais de um milhão de guineenses falam português.

Em Angola, o português é a língua oficial mas existem mais quatro grandes grupos linguísticos: Umbundo, Kimbundo, Kikongo e Bantu. O grupo étnico Ovimbundu, que fala Umbundu, constituía, pelo census de 1960, 38% da população angolana. O grupo étnico mais influenciado pela língua portuguesa por se concentrar na região de Luanda (muitos apenas falam português), são os Mbundu (25% da população), frequentemente designados por Kimbundu dado que falam Kimbundo. Os Bakongo, falam Kikongo e constituem 13,5% dos angolanos, de acordo com o census de 1960⁸³.

São Tomé e Príncipe não foge à regra da diversidade linguística que caracteriza os PALOP (com excepção para Cabo Verde). Sendo a língua oficial o português, existem ainda outros três grupos linguísticos: *lunga santomé* (crioulo de São Tomé), *ling'lé* (crioulo do Príncipe) e *lunga ngolá* (crioulo dos Angolares)⁸⁴, o que, à semelhança de Moçambique, Angola e Guiné Bissau, permite vislumbrar limitações no uso do português como língua quotidiana generalizada a toda a população.

Em Cabo Verde, apenas o português e o crioulo constituem as línguas faladas naquelas ilhas. Contudo, a imposição do português como língua obrigatória nas escolas acarreta dificuldades acrescidas aos alunos. A política de *assimilação* criada por Salazar nos anos 30, que distinguia os indígenas dos *assimilados*, criou um sistema de ensino bastante selectivo, originando uma elite restrita de cabo-verdeanos e onde a língua portuguesa

⁸² Na Guiné-Bissau falam-se oito línguas diferentes: Português (oficial), Crioulo, Balante, Mandinga, Fula, Mancanha, Pepel e Manjaco. Os Balante são o maior grupo étnico, seguido dos Fula e dos Mandinga. (in *Country Profile, São Tomé and Príncipe, Guinea-Bissau, Cape Verde 1998-99*, The Economist Intelligence Unit, 1998, United Kingdom:25-33).

⁸³ In *Country Profile, Angola 1999-2000*, The Economist Intelligence Unit, 1999, United Kingdom:12.

⁸⁴ In *Country Profile, São Tomé and Príncipe, Guinea-Bissau, Cape Verde 1998-99*, The Economist Intelligence Unit, 1998, United Kingdom:5.

funcionava como um elemento de integração forçada⁸⁵. Mesmo actualmente, a generalidade da população cabo-verdeana, à excepção das elites dos meios urbanos, fala o crioulo como língua materna. O ensino do português nas escolas constitui, assim, um problema na medida em que “para muitos alunos, particularmente os dos meios rurais e/ou socialmente menos favorecidos, a entrada na escola significa o primeiro contacto com uma língua com a qual vão ter de lidar como se da língua mãe se tratasse” (Afonso 1996:94). A perpetuação desta situação, aparentemente ilógica e desconexa com a realidade da maioria da população de Cabo Verde, assegura, contudo, os privilégios da classe urbana dominante. “A necessidade de se considerar o crioulo como língua mãe e o português como língua estrangeira é defendida por muitos”, adianta Afonso, “mas a inércia na tomada de decisão persiste, denunciando uma estratégia de reprodução e/ou legitimação de classe. A manutenção da língua portuguesa como língua veicular na escola beneficia aqueles cuja vivência e cujo crioulo mais proximidades tem com o português, e que são os alunos de origem urbana e em particular os pertencentes às classes sociais ligadas ao aparelho de Estado” (Afonso 1996:95).

É, pois possível identificar no discurso jornalístico a construção ou manutenção de um conjunto de estereótipos, mitos e ficções sobre os países em desenvolvimento e o papel da cooperação portuguesa, baseados em “convicções socialmente existentes” (Queiroz 1996:56), e em preconceitos latentes na sociedade quanto à relação Portugal/PALOP pré e pós-independência.

Assente nos mitos construídos sobre a relação Portugal/PALOP, a política de cooperação portuguesa sustenta esses mesmos mitos, delineando programas e projectos enquadrados em *ilusões luso-tropicalistas*. Uma das principais causas da ineficácia e inconsequência da política de cooperação com os países africanos lusófonos, poderá residir no delineamento de

⁸⁵ Afonso, Maria Manuela – *Educação e Classes Sociais em Cabo Verde*, Tese de Mestrado em Desenvolvimento Social e Económico em África, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa, 1996:84-85.

estratégias desfasadas da realidade actual dos PALOP e apenas consonantes com o imaginário e o ideal do luso-tropicalismo português.

Timor-Leste versus PALOP

A infindável guerra em Angola, a perpetuação da pobreza em todos os PALOP e a frustração perante cenários de miséria e morte transmitidos anos a fio pelos *media* podem estar na origem da interiorização de sentimentos de impotência e, por outro lado, na banalização de tais cenários. Tal hipótese ganha consistência se tivermos em conta a grande mobilização nacional perante a questão de Timor Leste, uma causa nova, onde os portugueses depositaram esperanças paternalistas de reconstituição de uma nação devastada, onde o saudosismo da presença portuguesa no tempo colonial foi associado a uma época de paz para os timorenses, a um passado de domínio português melhor que um presente dominado pela ocupação indonésia. A concepção de colonialismo diferente e único, porque tolerante, intrínseca ao *luso-tropicalismo*, legitima hoje perante a opinião pública a intervenção de Portugal como nação salvadora de um povo em sofrimento.

A causa timorense ganhou ainda rosto em duas figuras carismáticas - Xanana Gusmão e D. Ximenes Belo - livres do estigma de corrupção e má governação que caracteriza muitos dos dirigentes dos PALOP. Uma causa a que os *media* aderiram incondicionalmente reforçando sentimentos e ideias pré-existentes, ou seja, revelando e dando ao público aquilo que já se encontra latente na sociedade. O decréscimo verificado no volume de peças sobre a cooperação portuguesa nos PALOP de 1998 (96) para 1999 (74), deve-se, em grande medida, ao espaço ocupado pela temática de Timor-Leste nas páginas de ambos os jornais estudados. O ano de 1999 foi, sem dúvida, o ano da questão timorense para os *media* nacionais.

A cooperação, no caso timorense, parte da mesma raiz ética que enquadra as relações com os PALOP, contudo, viu reforçada a conotação de

imperativo determinado pela história mas aliado à nobreza do sentimento de ajuda ao povo massacrado de Timor. As motivações políticas da cooperação oficial aliaram-se ao apoio da sociedade civil e o *lusotropicalismo* ressurgiu como uma base ideológica mobilizadora do novo relacionamento e solidariedade entre *povos irmãos*. A cooperação oficial e das ONGD apresentou-se como a guarda avançada da reconstituição das relações entre Portugal e a sua ex-colónia e a base de um futuro projectado como promissor para ambas as partes.

A “narrativa simbólica” do discurso *lusotropicalista* oficial funciona ainda como “factor de agregação nacional” (Cunha 1998:464)⁸⁶ contra influências externas, nomeadamente da Europa. A “intromissão cultural exterior” da Europa comunitária impôs uma “globalização simbólica” que contribuiu para a alteração da relação entre *nós* e os não-europeus (*id.*). Deste modo, o reacender do *lusotropicalismo* com a questão timorense actuou em reforço da identidade nacional em crise, por via da integração no espaço europeu.

A ajuda humanitária

As questões humanitárias da cooperação portuguesa são temática preferencial em 1998, no contexto da guerra civil na Guiné-Bissau. Do conjunto de peças nesse ano (96), dezasseis abordam directamente o tema, correspondendo a 17% do total. Contudo, a quase totalidade das peças relativas ao conflito guineense abordam directa ou indirectamente a ajuda humanitária. Em 1999, apenas três peças focam directamente esta temática, todas relativas a Angola.

Nesta matéria, o papel e iniciativas não-governamentais é frequentemente noticiado⁸⁷, com usual recorrência ao testemunho directo de elementos das

⁸⁶ In *Nós e os Outros nos Artigos de Opinião da Imprensa Portuguesa - Lusotopie, Lusotropicalisme, Idéologies Coloniales et Identités Nationales dans les Mondes Lusophones*, Éditions Karthala, Paris, 1998.

⁸⁷ Exs.: *Público*: “AMI fura bloqueio no leste da Guiné” (24 Jun.98); “Guiné-Bissau – AMI reforça ajuda humanitária” (25 Jun.98); *Diário de Notícias*: “Cruz Vermelha distribui primeira ajuda humanitária – Discutido plano de distribuição de auxílio português” (22 Jun.98).



ONGD no terreno⁸⁸. De novo, a noção de *missão*, intrínseca ao pensamento mítico português, revela-se em pleno. A actividade das ONGD, contada através do recurso sistemático a declarações dramáticas, atinge, no discurso jornalístico, uma importância paralela ao drama vivido pelas populações às quais prestam ajuda. A abordagem do assunto gira, não só em torno do drama do africano anónimo⁸⁹, como também à volta de quem arrisca a vida no apoio a populações condenadas ao infortúnio⁹⁰, tornando-se também actores e heróis da história.

O discurso jornalístico assume, na abordagem da ajuda humanitária, características emotivas, dramáticas⁹¹ e sentimentalistas⁹². Revela ainda um misto de cepticismo quanto à eficácia da ajuda⁹³ (exacerbando a sua

⁸⁸ Exs.: Público: **"AMI fura bloqueio no leste da Guiné"** - «Trabalhámos aqui durante sete anos e foi por esta razão histórica, mas sobretudo porque a situação da população, quase o triplo, é catastrófica que escolhemos o Gabu», justificou o presidente da AMI, Fernando Nobre.» (24 Jun.98); Diário de Notícias: **"Cenas da vida humanitária"** - «Na zona, está a sentir-se a falta de medicamentos», diz o responsável (José Luís Nobre, chefe de equipa da AMI), vestindo com evidente orgulho o seu colete ostentando a bandeira portuguesa» (20 Jul.98).

⁸⁹ Ex.: Diário de Notícias: **"Situação humanitária é preocupante"** - «...muitos guineenses já estão a comer as sementes da lavoura, em vez de as plantarem, o que faz temer uma grave situação de fome generalizada e duradoura na Guiné-Bissau.» (08 Jul.98); Público: **"Ajuda humanitária portuguesa para um povo africano - Ponta de Sagres em Bissau"** - «São 500 toneladas de alimentos e de medicamentos para dezenas de milhares de pessoas, uma pequena parte de todos aqueles que hoje em dia na Guiné-Bissau se encontram em situação de grande carência (...)» (17 Jul.98).

⁹⁰ Ex.: Público: **"CPLP espera «timing certo» para levar a acção humanitária a Angola - Fome mata em Malange"** - «A madre espanhola Teresa Baladero da congregação católica Filhas de São José é uma das pessoas que na cidade de Malange tem o seu dia a dia preenchido com o drama dos deslocados.» (03 Ago.99); Público: **"AMI fura bloqueio no leste da Guiné"** - «O médico Fernando Nobre e o enfermeiro Serafim Jorge foram a guarda avançada do camião carregado de alimentos que, depois de algumas dificuldades na fronteira de Pirada, única que não se encontra debaixo de um forte controlo militar, fez a primeira distribuição de arroz, uma tonelada e meia, exactamente neste posto fronteiriço.» (24 Jun.98).

⁹¹ Ex.: Público: **"AMI fura bloqueio no leste da Guiné"** - (a propósito do possível agravamento da situação humanitária na Guiné-Bissau) «Na época das chuvas a Guiné é um pântano, uma verdadeira bomba bacteriológica. Que dizer então de um tempo em que as chuvas trouxeram também guerra e fome?» (24 Jun.98).

⁹² Ex.: Público: **"Ajuda humanitária portuguesa para um povo africano - Ponta de Sagres em Bissau"** - «Há leite em pó, farinha de milho, açúcar, feijão, conservas de peixe, arroz e sumos para um dos povos mais pobres de toda a África, povo ao qual a independência - proclamada unilateralmente em Setembro de 1973 - não deu a felicidade que esperava.» (17 Jul.98).

⁹³ Exs.: Público: **"CPLP espera «timing certo» para levar a acção humanitária a Angola - Fome mata em Malange"** - «Um responsável da Cruz Vermelha disse ontem ao PÚBLICO que «é muito fácil recolher rapidamente ajuda para Angola», mas mostrou-se céptico em relação à criação de condições para que essa ajuda possa chegar aqueles que dela precisam» (03 Ago.99); Diário de Notícias: **"Cenas da vida humanitária"** - «Passado este tempo (cinco semanas), a AMI não consegue esconder a fragilidade da sua intervenção.» (...) «Entre os sacos à venda estão os da escassa ajuda

insignificância perante a fatalidade e gravidade da situação)⁹⁴ e de admiração pela *nobreza* da tarefa de auxílio às populações vitimadas (referindo a ajuda externa como factor essencial à sua sobrevivência)⁹⁵.

As ONGD

O papel das ONGD ou de entidades privadas na cooperação portuguesa para o desenvolvimento é, comparativamente ao oficial, pouco explorado pelo *Público* e pelo *Diário de Notícias*. Apenas 18 peças elegem como tema a cooperação não-governamental, oito em 1998 e as restantes 10 no ano seguinte, das quais apenas um artigo de opinião⁹⁶, analisado mais adiante neste capítulo. A estreita relação entre a agenda política e a mediática, denota-se também na preferência por fontes de informação oficiais e, por analogia, no menor recurso às ONGD portuguesas como fonte informativa. Um resultado da fraca visibilidade nacional das ONGD, por um lado, e da sua inexistente estratégia de divulgação junto dos *media*, por outro. Uma ausência atenuada sempre que surge a temática da ajuda humanitária. Curiosamente, o estudo realizado em 1998 pela OCDE constata que, se a ligação entre portugueses e africanos é ainda tão sólida, não deixa de ser paradoxal o frágil movimento não governamental para o desenvolvimento em Portugal. Poucas são as ONGD que “possuem capacidades profissionais que lhes permita desempenhar um papel preponderante na concessão de ajuda, e quase nenhuma conta com um número importante de aderentes”

humanitária que passou a fronteira. Ao preço a que chegam ao mercado nunca poderão alimentar as famílias que deixaram Bissau sem um tostão no bolso. Aqueles que verdadeiramente precisavam.» (20 Jul.98).

⁹⁴ Ex.: *Público*: “Angola - Portugal envia auxílio” - «São géneros de primeira necessidade, no valor de 100 mil contos, que possam minorar um pouco o sofrimento de um povo que há mais de 38 anos sofre os efeitos da guerra» (31 Jul.99).

⁹⁵ Ex.: *Público*: “CPLP espera «timing certo» para levar a acção humanitária a Angola - Fome mata em Malange” - «A sua congregação (congregação católica Filhas de São José) tem neste momento a responsabilidade de não deixar morrer à fome cerca de seis mil crianças que dependem totalmente de uma refeição diária confeccionada nas cozinhas humanitárias geridas pelas Filhas de São José» (03 Ago.99).

⁹⁶ *Diário de Notícias*: “O silêncio passivo” - Ana Paula Fernandes (21 Abr.99).

(Smillie 1998:135). De facto, a débil estrutura da rede de ONGD pode ser interpretada como um reflexo da inactividade ou apatia da população portuguesa face aos problemas que assolam os PALOP, dado serem as ONGD “expressões constituintes da sociedade civil”⁹⁷. Por outro lado, o movimento cívico que pressupõe a constituição de ONGD e a participação nas suas actividades é frágil em Portugal, em resultado de uma democracia recente⁹⁸. Assim, é notória a falta de “consciencialização da opinião pública que permita o reconhecimento das acções das organizações não governamentais e a consequente mobilização de estratos sociais que poderiam contribuir para colmatar a falta de recursos financeiros com que se defrontam este tipo de organizações na sociedade portuguesa”⁹⁹.

De pequena dimensão e fracos recursos financeiros e humanos, capacidade reduzida de angariação de fundos e ignoradas pela população portuguesa, as ONGD nacionais não adquirem força suficiente para pressionar regularmente o poder político a tomar decisões. O movimento “incipiente” de organizações “pouco profissionalizadas”, característico da actuação das ONGD portuguesas, tem assim contribuído para a fragilização das suas posições enquanto actores da cooperação, não apenas junto dos órgãos do poder político (capacidade negocial) mas também aos olhos da sociedade civil (apoio da opinião pública) (Ribeiro 1997:17-36). Nesse sentido, é ainda frágil o trabalho de *lobbying*¹⁰⁰ e de *advocacy*¹⁰¹, na medida

⁹⁷ *Guia das ONGD*, Plataforma das ONGD, Lisboa, Dezembro de 1997.

⁹⁸ O movimento das ONGD portuguesa nasce apenas na sequência da revolução de 25 de Abril de 1974.

⁹⁹ Ribeiro, Mário – *Parcerias Estado /ONG, Estudo de Caso*, Colecção Cadernos Nortisul 6, CIDAC, Lisboa, 1997:26.

¹⁰⁰ “O *lobbying* representa a capacidade de um dado grupo para desencadear actividades de pressão político-social, no curto e médio-prazo, por meio de acções concretas determinadas para um período de tempo específico.”, in Queiroz, João e Costa, Paulo - *Manual para a Concepção de um Projecto de Educação para o Desenvolvimento*, CIDAC - Projecto Formar os Jovens para o Desenvolvimento, Outubro 2000:20.

¹⁰¹ “A advocacia representa a capacidade de um dado grupo desenvolver actividades de pressão político social, no longo-prazo, e tem por motivação e estímulo uma causa.”, in Queiroz, João e Costa, Paulo - *Manual para a Concepção de um Projecto de Educação para o Desenvolvimento*, CIDAC - Projecto Formar os Jovens para o Desenvolvimento, Outubro 2000:20.

em que as ONGD portuguesas sentem-se pressionadas para áreas de actuação com maior aceitação pública e política como a ajuda humanitária e de emergência, sobretudo por razões de viabilização financeira (*id.*). Este aspecto repercute-se na imagem/mensagem transmitida à opinião pública. O dilema situa-se na escolha entre uma abordagem que apele ao compromisso humanitário – essencialmente emotiva – e que, ao mesmo tempo, evite paternalismos e apresente a cooperação para o desenvolvimento como um esforço partilhado, baseado numa óptica de benefício mútuo – um apelo mais racional. Contudo, nem todas as ONGD se encontram preparadas para enveredar por mensagens que apesar de comportarem uma forte componente educativa para a opinião pública, a curto prazo, traduzem-se em poucos retornos financeiros.

Luísa Teotónio Pereira, dirigente da ONGD CIDAC¹⁰² e membro do corpo directivo da Plataforma Nacional¹⁰³, assume uma visão menos pessimista. Na sua opinião, o movimento não governamental tem evoluído muito nos últimos anos e, apesar de concordar que a ajuda humanitária e de emergência é a via mais apelativa para as ONGD, adianta que estas continuam, na sua grande maioria, a concentrarem a sua actividade na área da cooperação para o desenvolvimento. A visão de pouco profissionalismo que paira sobre as ONGD portuguesas é, segundo Luísa Pereira, uma “ideia pré-concebida” bastante enraizada nos organismos oficiais, que revela o desconhecimento do trabalho da maioria das organizações não-governamentais e a sua evolução, constituindo um reflexo do “não reconhecimento das ONGD como parceiras e actores da cooperação oficial”¹⁰⁴. Para esta dirigente, a cooperação oficial fomenta um relacionamento “desarticulado e pontual” com as ONGD, consequente da

¹⁰² CIDAC – Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral.

¹⁰³ Entidade representante das ONGD portuguesas.

¹⁰⁴ Entrevista concedida por Luísa Teotónio Pereira a 06 Julho.01.

“política de centralização da cooperação” no Estado e nos seus Ministérios (*id.*).¹⁰⁵

Admitindo que a população portuguesa demonstra um interesse pouco activo pelo desenvolvimento dos PALOP, a julgar pelo fraco movimento cívico traduzido no número restrito de ONGD em Portugal e no seu modesto desempenho, são porém as próprias ONGD - indicam os autores do estudo da OCDE¹⁰⁶ - que assumem uma posição marcadamente crítica quanto ao grau de conhecimento da opinião pública. Estimam que o público português se encontra mal informado e, sobretudo, ausente das actividades que poderiam melhorar os seus conhecimentos sobre a ajuda, o subdesenvolvimento, o diálogo Norte/Sul, o alívio da dívida, as migrações, o racismo, entre outros. Em consequência, e no que aos PALOP diz respeito, a opinião pública portuguesa assume um papel passivo quanto às opções da política de cooperação do governo.

Neste sentido, a conclusão do estudo, relativamente ao apoio nacional às políticas de ajuda do governo, baseada na parcela de 93% de portugueses que consideram “importante” a ajuda ao desenvolvimento, não deixa de ser algo precipitada, na medida em que interpreta essa elevada percentagem como um apoio à política oficial de ajuda externa. Antes de mais, esse dado pode ser interpretado como expressão dos valores éticos e morais de solidariedade associada à ajuda aos povos dos países pobres. É curioso notar que, de acordo com o estudo referido na publicação *The Reality of Aid* de 1997, 69% dos portugueses consideram ser a União Europeia a entidade melhor colocada para oferecer ajuda ao desenvolvimento a África¹⁰⁷, permitindo deduzir uma clara preferência e confiança na União em detrimento dos programas governamentais nacionais dirigidos ao continente africano. Trinta e dois por cento dos inquiridos pensa ainda que

¹⁰⁵ A relação entre o Governo e as ONGD é analisada com maior detalhe na página 83.

¹⁰⁶ Smillies, Ian e Helmich, Henny – *L'Opinion Publique et la Coopération au Développement*, OCDE, Paris, 1998.

¹⁰⁷ *The Reality of Aid*, 1997:121.

a ajuda aos países em desenvolvimento em geral é melhor conduzida pelas instâncias comunitárias.

1.1.3. As fragilidades da cooperação portuguesa para o desenvolvimento – problemas sistémicos ignorados pelos media e pela opinião pública

Uma característica vincada na abordagem jornalística da cooperação portuguesa é o frequente recurso ao papel das instituições governamentais e dos governantes, conferindo-lhes o protagonismo principal. Do mesmo modo, os artigos de opinião denotam preferência pelos temas da cooperação oficial e da relação entre Estados, pelo desempenho dos governantes e pela acção das instituições políticas e governamentais¹⁰⁸.

O caso da guerra civil na Guiné-Bissau, torna-se um exemplo característico ao ser relatado em ambos os jornais através das iniciativas governamentais nacionais em torno da mediação do conflito¹⁰⁹. No que se refere à abordagem da temática, denotam-se, contudo, duas tendências algo distintas seguidas pelos dois jornais. O *Diário de Notícias* caracteriza-se por

¹⁰⁸ Exs.: *Diário de Notícias*: “Portugal e o Futuro da Guiné” - «Eficácia militar, prudência e dinamismo diplomáticos (saliente-se a actuação do embaixador em Bissau) e sentido de Estado dos principais responsáveis políticos fizeram a síntese conseguida, que pôs a salvo milhares de portugueses e outros cidadãos de várias nacionalidades. Simultaneamente, exerceu-se a dissuasão necessária para proteger o património físico e simbólico português em Bissau. É pena que, ao longo das últimas décadas, a cooperação com a África de língua portuguesa não tenha revelado ambição semelhante», M. Bettencourt Resendes (16 Jun.98); “Mexeram sobretudo nos maus hábitos” - «Mas parece que neste ano muito mudou para melhor no ICEP, nas embaixadas, no consulados e nos quintais da cooperação, sobretudo da cooperação económica. Há muito para fazer, mas, para já, mexeram-se em maus hábitos, e os indícios são suficientes para se poder concluir que o sentido de planeamento está gradualmente a ser assumido pelos decisores políticos como profissão de fé.», Carlos Albino (28 Dez.98); *Público*: “Portugal e a guerra em Angola” - «Segundo afirmações do secretário de Estado da Cooperação, Luís Amado, que recentemente esteve em Luanda, em viagem por ele considerada auspiciosa e durante a qual se avistou com o presidente Eduardo dos Santos, o retorno do país à guerra só tem um culpado: a UNITA. Este género de discurso, infelizmente, vem sendo muito repetido e apenas revela uma grande falta de percepção em Portugal sobre o que se passa em Angola», Carlos Pacheco 12 Jul.99).

¹⁰⁹ Exs.: *Diário de Notícias*: “Embaixador português integra equipa de mediação” (22 Jun.98); “Diplomacia impõe-se na Guiné – Jaime Gama e Venâncio de Moura conseguem sentar à mesa pela primeira vez, delegações do Governo e da Junta Militar” (29 Jun.98); “Negociações dão passo atrás – Bissau voltou a ser palco de confrontos e o diálogo lançado por Portugal e Luanda correrá sérios riscos. A fragata portuguesa continua, porém à espera dos representantes dos beligerantes” (01 Jul.98); *Público*: “Guiné-Bissau – Jaime Gama na Gâmbia” (14 Jul.98); “Marcolino Moco reconhece fracasso da missão de paz luso-angolana para a Guiné-Bissau” (14 Jul.98).

uma maior *colagem* à agenda política, ao eleger o papel do executivo português na resolução do conflito como assunto constante e prioritário ao longo de 1998, assumindo ainda, sobretudo através dos artigos de opinião, uma posição de apoio à estratégia governamental seguida¹¹⁰. O *Público* opta por explorar os erros e dificuldades encontradas pelo governo português no processo negocial de mediação do conflito¹¹¹, focando com mais frequência o papel da oposição no acompanhamento da matéria¹¹², bem como, os problemas na distribuição da ajuda humanitária¹¹³. Os artigos de opinião publicados no *Público*, são, por seu lado, e na sua maioria, marcadamente críticos¹¹⁴.

A cooperação portuguesa é ainda noticiada a propósito das visitas oficiais de governantes¹¹⁵. Destacada por ambos os jornais esteve a visita a

¹¹⁰ Exs.: *Diário de Notícias*: (Notícia) **"Intervenção de força internacional pode ser pedida se tropa de Dacar ultrapassar Nino Vieira"** - «Nos meios diplomáticos não se exclui que Portugal, caso venha a pedir uma intervenção da ONU, se disponibilize a integrar com todos os meios necessários uma eventual força internacional humanitária» (...) «Embora a ajuda humanitária às populações indefesas seja a maior prioridade, a diplomacia portuguesa está preparada para em qualquer momento desenvolver uma função de mediação, caso o Presidente Nino Vieira a solicite e a Junta de Ansumane Mané aceite.» (25 Jun.98); (Artigo de opinião) **"Já e em força"** - «Esta é uma daquelas matérias em que o consenso é natural e, por certo, não haverá nenhuma força política que ponha em causa a acção do Governo de António Guterres.», António Ribeiro Ferreira (22 Jun.98).

¹¹¹ Exs.: *Público*: "Secretário de Estado da Cooperação nega boicote franco-senegalês - «Não estamos em competição mesquinha»" (20 Jun.98); "Marcolino Moco reconhece fracasso da missão de paz luso-angolana para a Guiné-Bissau - A mediação «não prosseguiu»" (14 Jul.98).

¹¹² Exs.: *Público*: **"Conselho Nacional do PSD aprovou moção sobre a Guiné - «CPLP assinou certidão de óbito»"** - «O PSD não poupa e a actuação da CPLP a propósito do conflito guineense; ou melhor, a falta de uma actuação. Uma omissão com a qual, como afirmou António Capucho, "a CPLP assinou a sua certidão de óbito»" (21 Jun.98); **"Jaime Gama e Veiga Simão no Parlamento - Depois das tréguas, as explicações"** - «Já quanto ao chefe da diplomacia, é natural que seja confrontado com o falhanço da "missão de bons ofícios" para a paz na Guiné-Bissau que levou a cabo com o ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola, Venâncio de Moura.» (28 Jul.98).

¹¹³ Ex.: *Público*: **"Operações especiais em Bissau/Dificuldades com auxílio humanitário"** - «Na ilha do Sal, em Cabo Verde, Portugal tem 40 toneladas de alimentos e de medicamentos que ainda não arranhou maneira de canalizar para a Guiné-Bissau.» (21 Jun.98).

¹¹⁴ Exs.: *Público*: **"A lição de Bissau"** - «Falhámos a colonização, falhámos a descolonização e falhámos a cooperação. Tudo o resto são basófilas.», Miguel Sousa Tavares (16 Jun.98); **"A política africana"** - «Todavia, os nossos parceiros europeus - e os membros da CPLP - têm todo o direito de pensar que, se num país de tão diminuta importância relativa como a Guiné-Bissau não somos capazes de constituir uma força de interposição crível, então a nossa política de cooperação não tem sentido, não só com a Guiné-Bissau, mas com os outros PALOP.», Mário Matos e Lemos (21 Jul.98).

¹¹⁵ Exs.: 1998 - *Público*: **"Guterres amanhã em Moçambique para visita oficial de seis dias - Investimentos de 19 milhões em três anos"** (05 Out.); **"Dossier" difícil na agenda de Guterres em Moçambique - Cahora Bassa sem solução"** (06 Out.); *Diário de Notícias*: **"Guterres e Chissano estreitam laços - Primeiro-Ministro pronto para abrir novos caminhos à cooperação política e**

Moçambique do primeiro-ministro, António Guterres, realizada em Outubro de 1998, evidenciando um interesse particular dos *media* pela cooperação com aquele país. As atenções recaem, sobretudo, no projecto da barragem hidroeléctrica de Cahora Bassa e na tensão das relações entre os três parceiros no empreendimento (Portugal, Moçambique e África do Sul), devido à recusa de Pretória de actualização das tarifas da energia. Este assunto foi abordado directa ou indirectamente em sete das onze peças que versaram a visita oficial. Em 1999, os problemas de rentabilização de Cahora Bassa foram tema de três peças do *Público*. Questões que não suscitaram, porém, quaisquer artigos de opinião.

Da análise realizada, constata-se ainda que grande parcela das abordagens à cooperação portuguesa diz respeito à descrição isolada e descontextualizada de iniciativas diversas da cooperação oficial e não-governamental nos PALOP, como o início de determinados projectos ou a assinatura de acordos e protocolos¹¹⁶. Esta descontextualização revela-se, sobretudo, no carácter limitado da informação veiculada: dez das 24 notícias curtas seleccionadas versavam estes temas. É noticiado o início ou implementação de um dado projecto, o seu funcionamento e objectivos, sem o inserir no quadro da problemática da cooperação nacional, no contexto do país beneficiário em particular e nos países em desenvolvimento, em geral.

económica" (06 Out.); "20,6 milhões para triénio 1999-2001 – Os dois governantes assinam protocolo de cooperação para apoiar Maputo em áreas estratégicas" (07 Out.); "Angola disposta a reabrir «dossiers» com Lisboa – Lello abriu caminho, Amado prepara deslocação e Gama poderá visitar Angola antes do final do ano. Guterres vai a seguir" (09 Out.). 1999 – *Público*: "Luís Amado termina visita oficial a Luanda – Meio milhão de contos para Angola" (20 Maio); "Maria de Belém terminou visita a Moçambique – Cooperação na área da saúde põe tónica na formação" (16 Jul.); *Diário de Notícias*: "Lisboa «estrutura apoio» a São Tomé – Documento final deverá ser assinado durante uma visita de António Guterres a realizar em Abril" (02 Fev.); "Príncipe perfeito em dificuldades – Guterres liderou comitiva de autarcas que assinaram protocolos de cooperação apoiados pelo ICP" (14 Abr.).

¹¹⁶ Exs.: 1999 *Diário de Notícias*: "Príncipe perfeito em dificuldades – Guterres liderou comitiva de autarcas que assinaram protocolos de cooperação apoiados pelo ICP" (14 Abr.); "Portugal e São Tomé cooperaram na área da educação" (15 Abr.); "Cem mil contos para apoiar saúde em Moçambique – Ministros de Moçambique e Portugal assinam protocolo. Verbas vão para projectos em Maputo, Gaza e Nampula" (12 Jul.); "Cooperação cria central de abastecimento" (16 Set.); *Público*: "Formadores preparam africanos – Melhor ensino para os PALOP" (17 Jun.); "Formação de profissionais em Maputo – Dentistas portugueses vão apoiar Moçambique" (11 Set.); "Docentes para Cabo Verde" 28 Out.); 1998 *Diário de Notícias*: "Faculdade de farmácia envia docentes para Moçambique" (15 Out.); *Público*: "Criação de emprego – Portugal apoia PALOP" (13 Nov.).



A constatação destas características, permite aferir que os jornalistas ignoram as questões técnicas que envolvem a cooperação portuguesa contribuindo para a falta de esclarecimento da opinião pública nesta matéria. Do estudo realizado em 1998 pela OCDE¹¹⁷, ressalta uma ideia fundamental: a confiança na eficácia dos programas governamentais encontra-se claramente reduzida. As fraquezas sistémicas da própria cooperação portuguesa não estão alheias a esta realidade, constituindo razões plausíveis para a falta de resultados. Porém, os jornais não se debruçam sobre estas questões de fundo (situadas em Portugal), preferindo noticiar factos mais mediáticos, como as situações de guerra, pobreza, doenças ou calamidades naturais (situadas nos PALOP). Tais opções transmitem noções parciais e redutoras da realidade, contribuindo para a formulação de ideias preconceituosas e estereotipadas dos PALOP, na medida em que insistem na exploração de temáticas negativas e de uma parte da realidade em detrimento de outra. Numa análise aos factores que reduzem a eficácia da ajuda ao desenvolvimento para África e com especial enfoque na África sub-sahariana, Anthony Killick (1991) encontra efeitos limitativos não só na óptica dos países beneficiários como também nos países doadores e na sua interligação, resultando que “elevadas quantidades de ajuda destinadas à África sub-sahariana foram ineficazes em termos de desenvolvimento, tanto a nível de programas como de projectos”, sendo que na génese de problema está a “«primazia da política»”: “os problemas fundamentais não são tecnocráticos mas residem nas estruturas do poder, na tomada de decisão e na sua execução”¹¹⁸.

A excepção a este procedimento jornalístico verificou-se a quando da publicação do *Dossier Cooperação* na sequência da apresentação do *Programa Integrado da Cooperação Portuguesa*, analisado mais adiante neste capítulo.

¹¹⁷ Smillies, Ian e Helmich, Henny – *L'Opinion Publique et la Coopération au Développement*, OCDE, Paris, 1998.

¹¹⁸ Killick, Anthony – *The Developmental Effectiveness of Aid to Africa*, 1991.

Outros temas relativos à cooperação portuguesa são esporadicamente noticiados por ambos os jornais ao longo do período em estudo, como o acordo cambial com Cabo Verde¹¹⁹, a dívida dos PALOP a Portugal¹²⁰ ou a apresentação, pelo Governo, do documento estratégico da cooperação portuguesa¹²¹.

O CAD/OCDE, no recente exame realizado à cooperação portuguesa em 2001¹²², renova críticas feitas a quando dos exames anteriores em 1993¹²³ e 1997¹²⁴. É curioso notar que os mesmos problemas persistem ao longo dos anos podendo-se retirar três ilações: que o sistema de ajuda praticado após as independências das antigas colónias justificava, em 1993, críticas severas do CAD; que a reestruturação em 1994, da qual resultou o Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP), não remediou os males identificados; e que pouca ou nenhuma evolução se verificou nas estratégias e políticas de ajuda ao desenvolvimento.

A seguir se analisam as críticas mais frequentemente apontadas à cooperação portuguesa e o paralelismo encontrado nas peças em análise:

Desarticulação administrativa e a ineficiência da coordenação inter-ministrial: A dispersão dos meios financeiros pelos diversos ministérios, não

¹¹⁹ *Diário de Notícias*: "Portugal ajuda Cabo Verde – O ministro das Finanças, Sousa Franco, garantiu apoios directos ao país africano, ligado a Portugal por um acordo cambial que atraiu investimento externo e ajudou a estabilizar a economia" (23 Mar.99); *Público*: "Moeda cabo-verdiana alarga operações" (07 Jul.98).

¹²⁰ *Diário de Notícias*: "Portugal quer reforçar perdão da dívida – Lisboa vai aumentar a sua participação no fundo destinado aos países pobres muito endividados" (30 Set.99); *Público*: "PALOP – 239,4 milhões em dívida a Portugal" (01 Out.99).

¹²¹ *Diário de Notícias*: "Gama quer pôr fim às críticas na OCDE – Governo submete documento de estratégia a discussão e propõe-se aumentar financiamento da ajuda ao desenvolvimento", (26 Maio99).

¹²² In *Review of the development co-operation policies and programmes of Portugal, Draft Secretariat Report*, OECD/DAC, Paris, 2001.

¹²³ In *Aid Review 1993/94, Report by the Secretariat and questions for the review of Portugal* - OECD/DAC, Paris, 1993.

¹²⁴ In *Série des examens en matière de coopération pour le développement – Portugal*, n°22, OCDE/CAD, Paris, 1997.

tem permitido pôr em prática políticas coerentes, impedindo também uma melhor coordenação da cooperação e a definição de um plano estratégico viável. Por outro lado, o Ministério das Finanças, por via dos avultados montantes dos reescalamentos da dívida dos PALOP a Portugal, assumiu o protagonismo da cooperação não reconhecendo legitimidade à competência coordenadora do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Ausência de planeamento eficiente e de avaliações rigorosas dos resultados da ajuda: A enorme dispersão dos projectos reflecte lacunas no planeamento e acompanhamento da ajuda, a inexistência de documentos estratégicos que definam prioridades e meios organizacionais, revela descoordenação e incoerência ao nível da formulação de políticas e programas e sua execução. Por outro lado, a falta de mecanismos de avaliação sistemáticos, contribui para a ineficácia e a ausência de rigor na afectação dos montantes indicia desperdício de dinheiros públicos. O PIC – Programa Integrado da Cooperação – iniciado em 1999 e a recente criação de um orçamento integrado para a cooperação vieram colmatar algumas destas fragilidades, sobretudo no planeamento e programação da ajuda. O PIC consiste ainda na listagem dos projectos programados pelos ministérios e por outras entidades públicas, onde é possível ver o que cada um pretende gastar anualmente em cooperação.

Ambos os temas captaram a atenção do *Diário de Notícias*, sendo abordados directa ou indirectamente em oito peças. A apresentação do *Programa Integrado da Cooperação*, em Novembro de 1998, mereceu a apresentação de um *Dossier Cooperação*¹²⁵ e um artigo de opinião¹²⁶ no *Diário de Notícias*. As características narrativas e interpretativas do autor são marcantes nos diversos textos, sendo ténue a distinção entre o discurso adoptado em notícia e o discurso usado no artigo de opinião, de autoria

¹²⁵ In *Diário de Notícias*, 09 de Novembro de 1998.

¹²⁶ “Cooperação nos eixos excepto as Finanças”, Carlos Albino, *Diário de Notícias*, 02 Nov.98.

comum ao mesmo jornalista. Abordada com aparato¹²⁷, ironia¹²⁸ e humor¹²⁹, de cariz tendencialmente elogioso à iniciativa governamental noticiada¹³⁰, a temática central vê-se associada a temáticas paralelas. Assim, para além do PIC, são referenciados vários outros temas/problemas. De ordem administrativa: falta de transparência no sistema de cooperação versus má gestão; descoordenação entre os diversos organismos. De ordem política: não reconhecimento pelo Ministério das Finanças (principal executor) da competência coordenadora do Ministério dos Negócios Estrangeiros; ausência de definições estratégicas da política de cooperação; críticas da OCDE. De ordem funcional: a inexistência de mecanismos sistemáticos de avaliação e controlo da eficácia ao nível da programação e execução dos projectos e programas. E de ordem qualitativa: peso da componente financeira da ajuda.

¹²⁷ Títulos: "Em 1999, anda à roda, são 48 milhões"; "Aplicamos em África 67 milhões de contos", Dossier Cooperação, *Diário de Notícias*, 09 Nov.98.

¹²⁸ "**Em 1999, anda à roda, são 48 milhões**" - (a propósito da falta concretização de compromissos assumidos na cooperação portuguesa) «Na África, por exemplo, onde são raros os exemplares que cumprem compromissos e fazem promessas honradas por factos, pouco a pouco os portugueses foram ganhando a fama de outros conhecidos europeus, em que apenas se acredita com obra à vista e dinheiro nas mãos, pois a palavra é um *pro forma* sem valor vinculativo»; "**Ministério das Finanças é o principal executor**" - «Portanto, com mais ou menos dinheiro, todos (os Ministérios) fazem cooperação, embora algumas verbas inscritas pouco mais dêem do que para pagar viagens esporádicas de políticos e deslocações obrigatórias de técnicos.»; "**Moçambique e Angola com o maior peso**" - «Curiosa é a definida verba de 3 024 119 contos do Fundo (Fundo para a Cooperação Económica) para indefinidos «projectos a definir nos PALOP» e a verba contada até um dos 1251 contos para «acções diversas». Abstracções dispensáveis», Dossier Cooperação, *Diário de Notícias*, 09 Nov.98.

¹²⁹ "**Em 1999, anda à roda, são 48 milhões**" - (a propósito da necessidade de definição estratégica da política de cooperação) «Não se diz que de outra forma será deitar 48 milhões de contos à rua, mas será seguramente permitir que muito milhão leve sumiço, ou seja, ineficaz como os talentos bíblicos enterrados algures.», Dossier Cooperação, *Diário de Notícias*, 09 Nov.98.

¹³⁰ Artigo de opinião: "**Cooperação nos eixos excepto as Finanças**" - « (...) as inofensivas três letras do PIC representam o primeiro gesto do Estado em estabelecer rigor, transparência e planeamento em 47 milhões de contos (...)»; «Jaime Gama e Luís Amado arregaçaram as mangas e aí temos dois instrumentos inequivocamente transparentes: um levantamento da situação relativo ao ano corrente (o PIC 98), aprovado pelo governo em Julho) já a indicar metodologia para o futuro e, enfim, com previsão folgada o PIC 99.», *Diário de Notícias*, 02 Nov.98; "**Em 1999, anda à roda, são 48 milhões**" - «Já se pode afirmar com segurança que as verbas destinadas pelo Estado português em contribuições para a cooperação multilateral somam 4,9 milhões de contos, que para a cooperação bilateral são canalizados 21 milhões de contos e que a dotação para a cooperação financeira é de 21,7 milhões de contos (...).», Dossier Cooperação, *Diário de Notícias*, 09 Nov.98.

Contudo, a abordagem nas diferentes peças gira em torno de um ponto chave: os montantes envolvidos¹³¹. As verbas afectas à programação e execução, os compromissos assumidos ou o dinheiro despendido, e, implicitamente, os custos que acarretam aos contribuintes, são temática recorrente e de maior relevância. Denota-se uma tentativa de simplificação e resumo da problemática à questão do volume de dinheiros públicos envolvidos, tornando a questão mais apelativa ao leitor comum, não necessariamente interessado na cooperação para o desenvolvimento, mas sensível à hipótese de desperdício de *milhões* no apoio a causas além fronteiras.

O peso da componente financeira da ajuda: as acções relacionadas com a dívida atingem, na APD portuguesa, montantes excepcionalmente elevados. Em 1998 e 1999, as operações relacionadas com a dívida ascenderam em desembolsos brutos, a uma média, de 44% da APD bilateral, um valor sete vezes superior à média do CAD nesse período (7%)¹³² (Anexo IV, Quadro 1 e Gráfico 1). Esta proporção já era extraordinariamente elevada em 1994/95 (39%). A parcela mais significativa respeita a operações de reescalonamento ou conversão da dívida resultante de empréstimos contraídos no sector privado, ou à assunção de créditos à exportação garantidos pelo Estado português através da Companhia de Seguros de Crédito à Exportação (COSEC) e transferidos para a gestão do Ministério das Finanças. Tal como

¹³¹ **“Aplicamos em África 67 milhões de contos”** - «São 67 milhões de contos praticamente destinados para a África lusófona» ; **“Em 1999, anda à roda, são 48 milhões”** - «É muito dinheiro e mais será se aos 48 milhões se somar os 19 milhões para o alívio da dívida a Moçambique, pelo que assim, em 1999 anda a roda da cooperação com um total geral de 66,7 milhões de contos.» (...) «O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE há muito que vinha a despachar advertências para Lisboa (desde 1993...) para que se pusesse cobro à falta de avaliação e rigor nas contas da cooperação (...)» ; **“Moçambique e Angola com o maior peso”** - «Moçambique é o destino da maior dotação no âmbito da cooperação bilateral: 4,9 milhões de contos. Segue-se Angola com 3,8 milhões de contos, e para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé são destinadas verbas praticamente equivalentes (entre 1,2 e 1,5 milhões de contos).», Dossier Cooperação, *Diário de Notícias*, 09 Nov.98; (Artigo de opinião) **“Cooperação nos eixos excepto as Finanças”** - (...) as inofensivas três letras do PIC representam o primeiro gesto do Estado em estabelecer rigor, transparência e planeamento em 47 milhões de contos, muitos dos quais, em anos anteriores, descambaram para uma espécie de sacos azuis?», *Diário de Notícias*, 02 Nov.98.

¹³² Fonte: CAD/OCDE.

já havia sido mencionado em exames anteriores, o último exame do CAD¹³³ critica o repetido uso do alívio da dívida em empréstimos comerciais na sequência de investimentos não viáveis. O sector privado, adianta o CAD, beneficiou de empréstimos garantidos pelo Estado cujos riscos não foram adequadamente avaliados. As consequentes perdas derivadas de negócios não lucrativos têm vindo a ser subsequentemente absorvidas pelos contribuintes portugueses e classificadas como APD. Para o CAD, não é claro se Portugal tem vindo a tomar precauções no sentido de prevenir uma futura acumulação da dívida à qual se seguirá um novo alívio da dívida. O Comité adverte ainda Portugal a “reconsiderar seriamente as suas políticas de alívio da dívida no contexto do desenvolvimento socio-económico sólido e sustentável de cada país beneficiário, em particular no combate à redução da pobreza” (CAD/OCDE 2001:26).

A cooperação financeira, nomeadamente a componente relativa à dívida dos PALOP a Portugal foi tema de duas peças¹³⁴, ambas a propósito do perdão da dívida feito por Portugal no âmbito da iniciativa do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional de redução da dívida dos países altamente endividados, ou iniciativa HIPC (Heavily Indebted Poor Countries), da qual Moçambique é um dos beneficiários. O perdão da dívida de Moçambique a Portugal ao nível da iniciativa HIPC foi ainda abordado indirectamente a propósito da hidroeléctrica de Cahora Bassa¹³⁵.

A entrada em vigor, a Julho de 1998, do acordo cambial assinado entre os governos português e cabo-verdiano, que liga a moeda de Cabo Verde à moeda portuguesa através de uma paridade fixa, foi objecto de uma peça¹³⁶

¹³³ In *Review of the development co-operation policies and programmes of Portugal, Draft Secretariat Report*, OECD/DAC, Paris, 2001:24-26.

¹³⁴ *Diário de Notícias*: “Portugal quer reforçar perdão da dívida – Lisboa vai aumentar a sua participação no fundo destinado aos países pobres muito endividados” (30 Set.99); *Público*: “PALOP – 239,4 milhões em dívida a Portugal” (01 Out.99).

¹³⁵ *Público*: “Estratégia para 20 anos – Cahora Bassa define objectivos” (08 Jul.99).

¹³⁶ *Público*: “Moeda cabo-verdiana alarga operações” (07 Jul.98).

no *Público*. O tema foi retomado em 1999, pelo *Diário de Notícias*, a quando da visita do ministro das Finanças, Sousa Franco, a Cabo Verde¹³⁷.

As dificuldades de relacionamento com as ONG: Apenas em 1994 foi criada uma Unidade de Ajuda Humanitária no âmbito do ICP, passando a Direcção de Serviços em 1997. De 1994 data também o primeiro “Estatuto das ONGD” (lei 19/94, de 24 de Maio), revogado em 1998 (lei 66/98, de 14 Outubro), dado a anterior lei se mostrar “inadequada”¹³⁸. Para a Plataforma Nacional, porém, as ONGD continuam a funcionar como *ornamento* da cooperação oficial, apesar de ser reconhecida a necessidade de melhorias no funcionamento e organização das mesmas¹³⁹. Persistem os problemas traduzidos nos parcos financiamentos, na falta de diálogo com o Governo, na ausência de um organismo consultivo da cooperação oficial com assento para as ONGD e nas lacunas em matéria legislativa.

Apesar do financiamento público às ONG ter vindo a aumentar nos últimos anos, os montantes mantêm-se baixos quando comparados com outros países doadores do CAD/OCDE e assumem um “carácter casuístico e uma periodicidade irregular” (Ribeiro 1997:25). As ONGD, em consequência, dependem largamente dos fundos provenientes da União Europeia e, em menor escala, do financiamento privado. Em 1995 e 1996, o montante de co-financiamentos governamentais foi de 30% do custo total do projecto apresentado pela ONGD (*id.*). De acordo com um estudo realizado pelo ICP ao financiamento nacional¹⁴⁰ das ONGD e ONG e destinado aos países em desenvolvimento e países em transição nos anos de 1997 e 1998¹⁴¹, mais de 60% dos donativos são de fonte privada e apenas cerca de 30% de

¹³⁷ *Diário de Notícias*: “Portugal ajuda Cabo Verde – O ministro das Finanças, Sousa Franco, garantiu apoios directos ao país africano, ligado a Portugal por um acordo cambial que atraiu investimento externo e ajudou a estabilizar a economia” (23 Mar.99).

¹³⁸ In *Relatório de Actividades do Instituto da Cooperação Portuguesa 1997/98*, Introdução, Edição Instituto da Cooperação Portuguesa, Lisboa, Janeiro de 1999:09.

¹³⁹ In *Review of the development co-operation policies and programmes of Portugal, Draft Secretariat Report*, OECD/DAC, Paris, 2001:34-35.

¹⁴⁰ O estudo exclui o financiamento proveniente dos organismos da União Europeia.

¹⁴¹ O estudo teve por base um inquérito feito a 125 ONG, das quais responderam 47. Foram ainda consideradas 16 ONG financiadas pelo ICP.

entidades públicas¹⁴². Tendo em conta que em Portugal não existe tradição de angariação de fundos junto do público, que a maior parte das ONGD dispõe de um restrito número de associados – factores que limitam o financiamento privado – e que, por outro lado, a parcela de fundos públicos mantém-se reduzida, então é possível concluir que a sobrevivência das ONGD portuguesas depende quase exclusivamente do dinheiro da UE. Se por um lado, tal permite às ONGD a manutenção de um carácter autónomo e independente face ao Estado, por outro, repercute-se nas suas definições estratégicas. A escolha de áreas de intervenção que captem mais fundos – governamentais, comunitários e privados –, como a ajuda humanitária e de emergência, tem constituído a opção mais imediata não só para as novas organizações como para as que tradicionalmente, operam noutros campos. Para Luísa Pereira, a falta de apoio financeiro do Estado constitui o lado mais visível do não reconhecimento das entidades oficiais do potencial papel de parceria das ONGD. Na sua opinião, esse relacionamento é hoje mais fomentado em Portugal porque existe um consenso internacional quanto à importância das ONGD como actores da cooperação e não por constituir uma visão estratégica da política de cooperação portuguesa, dado que as ONGD “ainda não estão inscritas na agenda da cooperação oficial”¹⁴³. Este problema traduz-se não apenas no baixo volume de subsídios mas também “na falta de regras e critérios na atribuição de financiamentos por parte do ICP”, devido à pouca coerência de objectivos na atribuição de subsídios e à dispersão de verbas por uma variedade de entidades não-governamentais, sendo que o próprio ICP tem dificuldade em classificá-las como ONGD e em verificar se os projectos por aprovar estão no âmbito da cooperação para o desenvolvimento (*id.*). Uma das soluções propostas por Luísa Pereira, vai no sentido da criação de linhas de financiamento em que parte estaria afectada a determinados sectores coincidentes com as políticas e estratégias da

¹⁴² In Figueiredo, Alexandra e Ribeiro, Mário – *A Cooperação Não Governamental no Esforço Global da Cooperação Portuguesa 1998* – Direcção de Serviços de Programação, Avaliação e Documentação, Instituto da Cooperação Portuguesa, Lisboa, 1999:24.

¹⁴³ Entrevista concedida por Luísa Teotónio Pereira a 06 Julho.01.

cooperação oficial, enquanto outra parte seria aberta para apresentação de projectos em áreas de actuação definidas livremente pelas ONGD.

A falta de diálogo com o Governo, tem vindo – apesar de tudo – a registar progressos, na opinião do movimento não governamental. Existem alguns reflexos disso, impulsionados, na opinião de Luísa Pereira, pelo novo Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros e Cooperação e mais recentemente, pelo novo Presidente do ICP. O primeiro reflexo é a constituição de um grupo de trabalho sobre matéria legislativa entre a Secretaria de Estado da Cooperação, o ICP e a Plataforma. O segundo passa pelo estabelecimento de reuniões de trabalho bi-anuais (iniciadas em Maio de 2001) entre a Plataforma e o ICP, nas quais se discutem problemas e se estabelecem agendas de trabalho, constituindo “importantes momentos de reflexão comum que ultrapassam o trabalho burocrático/administrativo”(id.). O terceiro é a assinatura, em Junho de 2001, do primeiro protocolo entre as ONGD e o MNE visando “manter uma colaboração na definição de políticas e estratégias e na sua execução, concertando posições e promover os apoios necessários à concretização de projectos ou programas ou outras actividades a desenvolver pelas ONGD”¹⁴⁴. Uma colaboração que se baseia na fomentação de “parcerias estratégicas”¹⁴⁵, mas sobretudo no apoio à *internacionalização* das ONGD portuguesas, através da criação pelo MNE de “mecanismos legais e financiamentos apropriados ao apoio a programas e projectos” com vista à sua “participação activa (...) no quadro dos programas internacionais”¹⁴⁶. Neste domínio compete ainda ao MNE colaborar na “organização de encontros e missões (das ONGD) com as suas congéneres estrangeiras”, bem como, “integrar uma representação da Plataforma Portuguesa em

¹⁴⁴ *Protocolo de Cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD)*, Lisboa, 20 de Junho de 2001, Cláusula 1ª.

¹⁴⁵ Idem, Cláusula 3ª.

¹⁴⁶ Idem, Cláusula 2ª.

delegações que se desloquem em visitas oficiais ou a Conferências (...) organizadas por instituições estrangeiras e internacionais.”¹⁴⁷.

O presente protocolo reflecte, acima de tudo, a necessidade premente das ONGD portuguesas em assegurar e expandir o seu contacto com as instâncias comunitárias – importante fonte de financiamento – beneficiando para isso do suporte governamental. O Presidente da Plataforma, no seu discurso a quando da assinatura do referido protocolo, expressou “sérias preocupações” quanto ao futuro das ONGD “tanto a nível comunitário como na esfera nacional”¹⁴⁸. Priorizando os problemas de relacionamento com a União Europeia, Ahmed Zaky realçou a crescente “competição” na obtenção dos fundos comunitários, a redução das linhas orçamentais comunitárias acessíveis às ONGD, para além da “carga burocrática na CE” e do “ambiente hostil” entre a Comissão e as ONGD em resultado de divergências sobre as “novas políticas propostas pela Comissão”, nomeadamente quanto à ajuda ligada¹⁴⁹. O cenário pouco animador justifica um apoio forte do Estado português às ONGD nacionais face à Comissão Europeia, apoio esse, que na visão de Luísa Pereira, tem vindo a ser omissor por parte do ICP. Segundo esta dirigente “o Estado encontra-se alienado destes problemas e o apoio tem vindo a ser prestado unicamente pela Representação Permanente de Portugal junto da Comissão”¹⁵⁰.

Considerando ainda que a nível nacional a “realidade não é animadora”¹⁵¹, Ahmed Zaky destaca a insuficiência dos fundos do ICP, a impossibilidade (até à data) do estabelecimento de uma “parceria com a Agência Portuguesa de Ajuda ao Desenvolvimento (APAD) para a implementação de projectos

¹⁴⁷ Idem, Cláusula 6ª.

¹⁴⁸ Discurso do Presidente da Plataforma Nacional das ONGD na assinatura do *Protocolo de Cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD)*, Lisboa, 20 de Junho de 2001:01.

¹⁴⁹ Idem:01-02.

¹⁵⁰ Entrevista concedida por Luísa Teotónio Pereira a 06 Julho.01.

¹⁵¹ Discurso do Presidente da Plataforma Nacional das ONGD na assinatura do *Protocolo de Cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD)*, Lisboa, 20 de Junho de 2001:02.

nos sectores sociais”, a dificuldade de acesso pelas ONGD aos fundos da Cooperação inter-ministrial, o qual se encontra “praticamente vedado”¹⁵².

Ahmed Zaky lamenta ainda a alienação da sociedade civil portuguesa que, na sua opinião, “salvo em causas com grande impacto mediático, não está especialmente sensibilizada para apoiar os projectos de desenvolvimento.”¹⁵³

As lacunas em matéria legislativa constituem outra grande preocupação das ONGD, nomeadamente a necessidade de revisão do *Estatuto das ONGD* (Lei nº66/98) e a publicação da *Lei do agente e do promotor da cooperação para o desenvolvimento* (estatuto do cooperante, do voluntário e do mecenato para a cooperação), cuja proposta de texto foi apresentada em 1990 pela Plataforma à Assembleia da República e que até hoje se encontra em negociação.

O relacionamento entre a cooperação oficial e as ONGD não constitui, porém, temática de interesse nos jornais em estudo, mesmo quando é abordado o assunto da ajuda humanitária, em que o trabalho conjunto entre governo e ONGD é referido em diversas peças. No artigo de opinião do *Público*¹⁵⁴, assinado por Ana Paula Fernandes, porém, o sucesso da actividade das ONGD encontra-se dependente do apoio governamental. Citando o exemplo de Angola, as dificuldades de actuação das ONGD no terreno encontram explicação na guerra¹⁵⁵, mas sobretudo, na falta de vontade política do governo (ICP) em apoiar financeiramente os seus projectos, colocando, assim, entraves às manifestações de solidariedade do povo português das quais as ONGD são expressão¹⁵⁶. Um reflexo, segundo

¹⁵² Idem:02.

¹⁵³ Idem:03.

¹⁵⁴ *Público*: “O silêncio passivo”, Ana Paula Fernandes (21 Abr.99).

¹⁵⁵ «As que permanecem no cenário de guerra têm sentido enormes dificuldades logísticas.» (id.)

¹⁵⁶ «Estas organizações da sociedade civil portuguesa, até agora sem nenhum apoio financeiro suplementar do governo português para projectos de ajuda humanitária, são a face mais visível da solidariedade do povo português com o povo angolano.» (...) «Não se pode aceitar tanta demora. O Governo deve agir rapidamente. Os financiamentos pendentes no Instituto da Cooperação Portuguesa devem ser atribuídos, com a brevidade possível.» (id.)

a autora, do “esquecimento” a que Angola está votada e que se traduz também no silêncio dos *media*¹⁵⁷. Um “silêncio passivo”, contudo, não atribuído à própria sociedade civil portuguesa no seu papel de potencial financiadora/viabilizadora das actividades das ONGD, nomeadamente em acções de ajuda humanitária.

No que diz respeito às restantes críticas/problemas fundamentais, não foram focados nas peças em análise.

A fragilidade da componente multilateral: não há aproveitamento das oportunidades fornecidas pelos organismos multilaterais, nomeadamente das que decorrem da condição de Portugal como Estado membro da União Europeia. O problema reside, em grande parte, na descoordenação no financiamento das agências internacionais e na dificuldade de gestão dos fundos a nível local, nos países beneficiários. Segundo o CAD, continuam por definir critérios e objectivos claros no que toca à articulação dos financiamentos (CAD/OCDE 2001:21-23). Por seu lado, o ICP admite a necessidade de melhor coordenação com as agências e com os outros doadores na administração dos *Trust Funds* no terreno, o que deriva de um melhor conhecimento das regras operacionais e dos procedimentos das instituições internacionais. Verifica-se ainda uma deficiente dotação dos meios humanos e materiais ao nível da representação portuguesa junto dos organismos multilaterais, sobretudo ao nível das instituições financeiras (*id.*).

Necessidade de modernização e valorização profissional da administração: É patente a necessidade de modernizar a gestão da ajuda, o que requer o reconhecimento da importância do Ministério dos Negócios Estrangeiros nesta matéria. O ICP, por seu lado, não dispõem de um núcleo de profissionais de desenvolvimento capaz de liderar o processo de coordenação da ajuda, apesar do esforço de formação dos quadros mais jovens.

¹⁵⁷ «A comunicação social portuguesa pouco fala do que se passa. Umas breves notícias aqui, uma notícias de última página acolá.» (*id.*).

Peso e conteúdo dos sectores prioritários: A principal característica da APD bilateral portuguesa prende-se com o excessivo peso da dívida, invulgarmente elevado quando comparado com a média do CAD e que tem como imediata consequência um baixo peso relativo das outras componentes da ajuda (Anexo IV, Quadro I e Gráfico 1). As operações relacionadas com a dívida desvirtuam anualmente a APD portuguesa limitando o investimento noutros sectores da ajuda ou o reforço da cooperação técnica. Outra característica relaciona-se com os reduzidos montantes afectos à ajuda de emergência (1%) em 1998/99 em oposição a 10% de média do CAD. As infra-estruturas e serviços sociais é o segundo maior sector, atingindo em 1998/99, 22% da APD bilateral, contudo, cerca de metade do valor registado em 1994/95. Apesar da cooperação portuguesa destacar a educação e a saúde como sectores prioritários da política de ajuda, incidem aqui algumas das críticas mais pertinentes à estrutura de distribuição sectorial da ajuda bilateral: os desembolsos destinados à educação e saúde básicas, à população, água e saneamento, têm sido praticamente inexistentes. Esta opção revela uma deficiente orientação da política de ajuda portuguesa face aos consensuais objectivos da comunidade doadora internacional de redução da pobreza. De acordo com o CAD/OCDE, na prática, as prioridades dadas pelas autoridades portuguesas nesta matéria são reduzidas e não correspondem a objectivos claramente definidos, dado que a maioria dos projectos não aparenta comportar um mensurável impacto na redução da pobreza (CAD/OCDE 2001:06-09). Nas suas críticas o CAD/OCDE vai mais longe, considerando que “a ajuda (portuguesa) não é canalizada para os pobres e, em sua vez, muitas intervenções tendem a beneficiar as elites locais e a classe-média” (CAD/OCDE 2001:08).

Insuficientes iniciativas de educação para o desenvolvimento: o estudo realizado pela OCDE em 1998 considera “limitadas” as iniciativas governamentais neste domínio, uma crítica renovada no exame do CAD realizado em 2001. Opinião diferente expressa o governo português ao

realçar que “numerosas iniciativas públicas e privadas (no que concerne à educação para o desenvolvimento) foram lançadas e diversas actividades institucionais foram levadas a cabo ao mais alto nível”¹⁵⁸. São citados como exemplo a realização de colóquios, filmes e publicações, o financiamento de um centro de documentação de ONGD, o apoio à publicação e distribuição de obras sobre o desenvolvimento, a atribuição de prémios aos melhores alunos de licenciatura e mestrado na área do desenvolvimento¹⁵⁹ e cooperação, realização de estágios e uma página na *internet*.

Apesar do desdobramento de iniciativas, estas concentram-se quase exclusivamente no *público-atento*, na camada restrita da população interessada nas questões específicas do desenvolvimento. A sensibilização, por parte da agência governamental e/ou via ONGD, do público em geral e dos estudantes do ensino básico, secundário e universitário e dos próprios profissionais da comunicação social, em particular, é praticamente inexistente. É neste *público-alvo* que reside o desafio da educação para o desenvolvimento e não face aqueles já sensibilizados para a problemática do mundo em desenvolvimento e da cooperação internacional. Por outro lado, o criticismo subjacente no discurso das ONGD portuguesas às políticas oficiais de ajuda e a proposta de modelos alternativos de desenvolvimento, poderá funcionar com um entrave ao financiamento público a projectos de educação para o desenvolvimento não-governamentais. O governo poderá ver com alguma relutância o financiamento de projectos que despertam um sentido crítico, na opinião pública, face à política oficial de cooperação.

O governo permanece indiferente às opiniões da população portuguesa: está em falta a realização de um estudo sobre o que pensam os portugueses da política de cooperação para o desenvolvimento, e sobre qual a sua atitude perante um aumento ou decréscimo da APD, uma prática comum noutros países doadores. Tanto o executivo actual como o anterior não consideram

¹⁵⁸ *L'Opinion Publique et la Coopération au Développement*, OCDE, Paris, 1998:135.

¹⁵⁹ A atribuição dos referidos prémios foi suspensa no quadro da restrição orçamental de 2001.

necessária a realização de um estudo de opinião, convencidos do amplo apoio nacional aos programas de ajuda, ou, receosos da não confirmação dessa opinião. Vítima do próprio luso-tropicalismo ideológico, o governo toma publicamente como dado adquirido a existência de um consenso generalizado na sociedade portuguesa, com base nos laços históricos, culturais e linguísticos entre Portugal e os PALOP. Mas, como muitas vezes sucede com posições apriorísticas, a convicção oficial no consenso público pode não ter total correspondência com o pensamento dos portugueses.

O apoio expresso ou tácito da opinião pública à ajuda externa, quando confrontada com a escolha sobre as prioridades dos gastos orçamentais, tende a relativizar-se expressando uma negatividade anteriormente oculta. Em 1990, por exemplo, 35% da população Dinamarquesa considerava que o Estado gastava “demasiado dinheiro” na cooperação para o desenvolvimento apesar de ser maioritariamente a favor da ajuda aos países em desenvolvimento (Andersen e Christiansen 1991:268). A mesma contradição poderá verificar-se em muitos outros países da OCDE, incluindo Portugal. Este cenário indica uma potencial aceitação de reduções nas verbas orçamentais ajuda externa. Mais uma vez, os cortes orçamentais praticados pelos governos doadores podem interpretar-se como um reflexo de uma opinião pública concordante, ou pelo menos, de uma opinião pública cansada dos *insucessos* da ajuda externa e mais preocupada com os problemas internos do seu país. Quaisquer que sejam as circunstâncias, a actual situação reflecte que, em matéria de política de cooperação, o *público-tema* tem sido incapaz de mobilizar o *público de massas* na defesa das questões da ajuda internacional, resultando na indiferença, passividade e apatia da sociedade civil.

Devido à ausência de informação sistemática sobre a maioria dos países da OCDE, nomeadamente Portugal, em matéria de apuramento do sentido da opinião pública sobre a ajuda aos países em desenvolvimento, uma análise mais profunda impõe-se, assente num maior e mais aprofundado número de estudos de opinião. De salientar que alguns estudos medem a existência

de uma opinião que tanto é declaradamente positiva como se pode revelar negativa se confrontada com outras escolhas. É bem possível que sondagens mais pormenorizadas (como a realizada na Dinamarca), ao permitirem aos inquiridos a opção de colocarem por ordem de importância as despesas públicas, revelem um quadro mais negro do pensamento das populações face à ajuda externa e uma atitude pública menos compadecida com as agruras dos povos dos países em desenvolvimento. Este facto poderá constituir um grande desafio para as agências de cooperação, na medida em que terão de investir sobremaneira em medidas de educação para o desenvolvimento, por um lado, e empenhar-se na eficácia dos projectos e na obtenção de resultados visíveis à opinião pública, por outro. Perante este enquadramento e tomando como válida a hipótese de Risse-Kappen de que a influência da opinião pública nos governos é determinada: a) pela natureza das instituições políticas, sobretudo, quanto ao grau de centralização do processo de tomada de decisão política e; b) pelo nível de organização da sociedade civil, o qual suporta os movimentos de pressão social (Risse-Kappen 1991:484-486), é possível adiantar que a opinião pública portuguesa não é factor preponderante para os decisores políticos em matéria de cooperação com os PALOP. Existirão duas razões fundamentais. A primeira reside no carácter centralizado e elitista do aparelho de estado no que concerne à política externa. O MNE concentra a formulação da política oficial de cooperação e a coordenação dos programas de ajuda através da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. Uma concentração contrastante com a descentralização verificada ao nível da execução dos programas, dispersa por 17 ministérios sectoriais. Por outro lado, em todos os quadrantes políticos constata-se um acordo tácito quanto à política oficial de cooperação com os PALOP, expresso a quando do exame do CAD em 1997 (CAD/OCDE 1997:20). Este “largo consenso” (*id.*) luso-tropicalista traduz-se ainda na reduzida frequência com que a questão é debatida no Parlamento.

A segunda razão prende-se com a alienação da sociedade civil, que imediatamente se traduz na débil rede de ONGD portuguesas. Sendo que as próprias estimam que o público português se encontra mal informado e alheio aos problemas que afectam o mundo em desenvolvimento em geral e os PALOP em particular.

Aparentemente, esta situação é aceite pela sociedade civil – partidos políticos, ONGD, opinião pública em geral - , logo, nenhum destes actores desencadeia tentativas significativas no sentido de influenciar o governo, resultando numa relação vertical cuja influência corre do topo para a base e não em sentido inverso.

VII. CONCLUSÃO

As ambiguidades na opinião pública quanto ao apoio ou oposição à ajuda ao desenvolvimento resultam na dificuldade de interpretação correcta do seu significado. Um olhar a longo prazo permite verificar que, apesar do decréscimo na Europa do apoio público à ajuda nos últimos cinco anos, este mantém-se superior ao registado em 1981 e 1987¹⁶⁰. As sondagens de opinião nos países doadores revelam, porém, extensas lacunas de conhecimento da opinião pública face ao desenvolvimento em geral e aos programas de ajuda em particular, aliados a sentimentos de vulnerabilidade quanto à sua própria condição económica e social. Para além disso, permanecem dúvidas sobre a eficácia, qualidade e resultados da ajuda externa, traduzidas na falta de confiança nos programas governamentais e nas agências de cooperação nacionais. Logo, impõe-se uma distinção clara entre o apoio público à cooperação para o desenvolvimento e a percepção da opinião pública das políticas e programas governamentais de ajuda externa. As críticas ou dúvidas expressas pela opinião pública não devem ser confundidas com ausência de valores éticos ou morais de erradicação da pobreza e promoção do desenvolvimento noutros países. Na base do cepticismo público estão os receios de conjunturas político-económicas internas desfavoráveis, a falta de informação e de qualidade informativa, as suspeitas sobre a eficácia da ajuda e de corrupção, bem como, o conjunto de imagens negativas, estereótipos e preconceitos acumulados sobre os países em desenvolvimento e as relações Norte/Sul. Neste contexto, o papel dos *media* adquire um peso fundamental na medida em que constituem a principal fonte de informação sobre o desenvolvimento em geral e a cooperação em particular e, nesse sentido, formarem/informarem a opinião pública.

¹⁶⁰ Comissão Europeia - Eurobarómetro 44.1: *The way Europeans perceive developing countries in 1995*, INRA European Co-ordinating Office, Bruxelas, Março 1998.

O fraco grau de esclarecimento das populações dos países doadores está, em grande medida, ligado à forma inadequada como os *media* retratam o mundo em desenvolvimento e a cooperação para o desenvolvimento.

Em Portugal, a abordagem da cooperação portuguesa para o desenvolvimento pelos jornais *Diário de Notícias* e *Público* é condicionada por dois conjuntos de factores que atribuem ao discurso jornalístico um carácter estereotipado, simplista, descontextualizado, fragmentado e de conotação negativa. O primeiro, verifica-se ao nível do trabalho jornalístico - selecção e produção da notícia. O segundo, dá-se ao nível das mensagens implícitas no discurso - construção e perpetuação de imagens associadas ao imaginário luso-tropicalista, com base em preconceitos ou em convicções latentes na sociedade portuguesa relativamente aos PALOP.

As novas estratégias de informação resultantes da privatização dos meios de comunicação e da concorrência desenfreada, aliados às pressões sociais, económicas, políticas e das audiências, impõem aos jornais portugueses uma estratégia essencialmente comercial que se reflecte nos mecanismos de selecção e produção da notícia. Tanto a problemática do desenvolvimento como as questões de fundo que rodeiam o funcionamento da cooperação portuguesa, não encontram lugar neste esquema organizacional na medida em que carecem dos elementos mediáticos que fazem a notícia. Esta temática surge, sobretudo, ligada a cenários de forte componente negativa, como a guerra e a corrupção ou os desastres humanitários de vária ordem, onde a ajuda humanitária e de emergência são, então, tónica constante. Os títulos de cariz eufórico e alarmista contribuem sobremaneira para a transmissão desta imagem. Ao público, é providenciada a satisfação da atracção quase *voyeurista* pela negatividade dos acontecimentos (fome, doença, guerra) e, em paralelo, a compaixão e a necessidade de ver resultados imediatos e concretos da ajuda (satisfação das necessidades básicas dos beneficiários). Esta imagem apela aos sentimentos, dispensando e incapacitando o leitor da análise, da reflexão e da compreensão dos elementos contextuais globais. A descrição isolada e

descontextualizada de iniciativas diversas da cooperação portuguesa (assinatura de acordos e protocolos, arranque de projectos), a dependência da agenda política e o frequente uso da notícia curta, conferem ainda um carácter limitado e fragmentado à informação veiculada.

A fragmentação e descontextualização do discurso jornalístico associa-se ao recurso a estereótipos, visando a simplificação da complexidade do real (problemática do desenvolvimento e da ajuda externa) e do “outro” (o africano beneficiário da ajuda), tornando a informação rápida e facilmente consumível.

A simplificação, que se pode considerar também temática, revela desconhecimento dos jornalísticas das questões técnicas que envolvem a cooperação portuguesa, e consequentemente a redução de muitos problemas às questões dos montantes envolvidos e dos custos para os contribuintes, pendendo para uma noção redutora e parcial, em suma, para a falta de esclarecimento da opinião pública.

É possível concluir que os constrangimentos resultantes da selecção e produção da notícia especificamente relacionados com a problemática do desenvolvimento em geral e da cooperação portuguesa em particular, contribuem para o condicionamento da opinião pública. Esse condicionamento manifesta-se na formulação preconceituosa de ideias sobre os países em desenvolvimento e suas populações, na interiorização de frustração e cepticismo sobre a utilidade e eficácia da ajuda externa e, por fim, na adopção de atitudes de indiferença que se traduzem em frágeis manifestações de apoio ou mesmo em oposição à concessão de ajuda ao desenvolvimento. Um público pouco esclarecido ou detentor de um conhecimento parcial, limitado e desconexo destes assuntos, dificilmente assumirá uma posição apoiante consistente da causa da cooperação para o desenvolvimento.

É coincidente o predomínio de peças sobre a cooperação portuguesa com *acontecimentos reais*, agendados ou tematizados pelos jornais em estudo. Da mesma forma, a cada ano ou conjunto de meses corresponde uma



problemática central à qual se associa um maior número de artigos de opinião. O eclodir do conflito na Guiné-Bissau a 7 de Junho de 1998, colocou em agenda a cooperação portuguesa em ambos os jornais (acontecimento real/extraordinário), contudo, a abordagem do assunto ao longo do ano obedeceu à definição da agenda política, verificada através do frequente recurso ao papel das instituições governamentais e ao desempenho dos governantes no acompanhamento do conflito e no fornecimento de ajuda externa. Duas ilações podem ser retiradas: grande dependência dos *media*, em matéria de cooperação, de fontes oficiais e, conseqüentemente, da fixação da agenda política. Por outro lado, a fraca capacidade de imposição das ONGD no espaço mediático, em resultado do ténue movimento não governamental para o desenvolvimento em Portugal e da inexistente estratégia de divulgação junto dos *media*. O papel das ONGD surge, em grande medida, a propósito da ajuda humanitária e quase sempre na sequência de um acontecimento anómalo.

A variação do número de peças e de assinaturas em ambos os jornais ao longo do período em análise, revela inconstância na cobertura dos temas relativos à cooperação portuguesa.

No que se refere às mensagens implícitas no discurso jornalístico, denota-se, em especial nos artigos de opinião, o apelo ao imaginário *lusotropicalista*, assim como, ao universo simbólico colonial, actualmente convertidos às noções de *lusofonia* e *universalismo* que ornamentam as relações de cooperação entre Portugal e os PALOP. Revitalizado nos últimos anos com a criação da CPLP e a exigência de independência de Timor-Leste, o discurso luso-tropicalista mantém-se como base ideológica subjacente à abordagem da cooperação portuguesa com os PALOP, sobretudo, como razão justificativa da intervenção de Portugal nas ex-colónias em momentos de crise, não só por via da mediação de conflitos como também por intermédio da ajuda humanitária. A cooperação portuguesa adquire uma conotação missionária, paternalista e de desígnio histórico de combate ao subdesenvolvimento no presente. Esta ficção ideológica apela ainda à acção

sem *complexos colonialistas*, embora estes estejam presentes mesmo por via de um *luso-tropicalismo* encapotado. Nesta óptica, os desígnios da cooperação portuguesa em prol dos PALOP são confundidos com a defesa dos interesses nacionais naqueles países e com a protecção e difusão do que é *português*, na medida em que actuam como reforço da identidade nacional em crise, acentuada pela integração recente no espaço europeu. Assim, a cooperação de outros doadores é tida como intromissão ilegítima e concorrencial à presença portuguesa e, sobretudo, uma ameaça à *língua comum*, à *lusofonia* como elemento aglutinador e factor de pertença. Por outro lado, a orientação ideológica luso-tropicalista é disfuncional para a eficácia desenvolvimentalista da cooperação portuguesa, na medida em que desloca o discurso para fora da tecnicidade própria a este campo de actuação internacional. Daí, a verificação de um conjunto de fraquezas técnicas frequente alvo de críticas.

Por fim, a eficácia do recurso a esse “universo de referência” como elemento agregacional pode ser questionado quando dirigido ao português do pós-25 de Abril, que não viveu o simbolismo ligado à época colonial e que se move cada vez mais à vontade no espaço global. A indiferença relativamente aos PALOP, característica desta geração, reflecte a ausência de identificação com esse universo referencial e perspectiva o futuro reequacionar do pensamento mítico nacional.

ANEXOS

ANEXO I

QUADRO 1
JORNAL PÚBLICO 1998 - TIRAGEM E CIRCULAÇÃO

PERIODICIDADE: Diária

PERÍODO AUDITADO: Janeiro a Dezembro de 1998

MÉDIA DA CIRCULAÇÃO TOTAL POR EDIÇÃO:

49,176 exemplares.

MÉDIA DA CIRCULAÇÃO PAGA POR EDIÇÃO:

47,136 exemplares.

ANO	MÊS	EDIÇÕES	TIRAGEM	CIRCULAÇÃO MÉDIA POR EDIÇÃO			
				VENDAS	ASSINATURAS	OFERTAS	TOTAL
1 9 9 8	JAN	30	58,805	43,522	968	2,008	46,498 *
	FEV	28	59,183	43,148	985	2,020	46,153 *
	MAR	31	59,342	44,776	989	2,006	47,771 *
	ABR	30	58,618	42,968	991	1,997	45,956
	MAI	31	59,972	44,628	973	2,022	47,623
	JUN	30	63,163	44,788	1,007	2,054	47,849
	JUL	31	66,944	48,197	951	2,036	51,184
	AGO	31	67,046	49,478	847	2,026	52,351
	SET	30	64,749	49,305	899	2,064	52,268
	OUT	31	62,445	48,494	948	2,089	51,531
	NOV	30	63,791	48,599	973	2,100	51,672
	DEZ	30	61,227	46,193	1,000	2,061	49,254

Obs: Os valores indicados no quadro acima são valores médios por mês.

* Elementos auditados pela "BDO BINDER & CO."

QUADRO 2
JORNAL PÚBLICO - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA CIRCULAÇÃO

AVEIRO	4%	GUARDA	1%	VILA REAL	1%
BEJA	1%	LEIRIA	2%	UISEU	1%
BRAGA	4%	LISBOA	42%		
BRAGANÇA	1%	PORTALEG.	0%	AÇORES E MADEIRA	1%
C.BRANCO	1%	PORTO	23%		
COIMBRA	4%	SANTARÉM	2%		
ÉVORA	1%	SETÚBAL	4%	OUTROS E ESTRANG.	1%
FARO	4%	V.CASTELO	2%		

QUADRO 3
JORNAL PÚBLICO 1999 - TIRAGEM E CIRCULAÇÃO

PERIODICIDADE: Diária

PERÍODO AUDITADO: Janeiro a Dezembro de 1999

MÉDIA DA CIRCULAÇÃO TOTAL POR EDIÇÃO:

54,097 exemplares.

MÉDIA DA CIRCULAÇÃO PAGA POR EDIÇÃO:

51,992 exemplares.

MÉDIA DA CIRCULAÇÃO TOTAL POR EDIÇÃO (período homólogo 1998):

49,176 exemplares.

ANO	MÊS	EDIÇÕES	TIRAGEM	CIRCULAÇÃO MÉDIA POR EDIÇÃO			
				VENDAS	ASSINATURAS	OFERTAS	TOTAL
1999	JAN	30	63,124	48,579	965	2,068	51,612
	FEV	28	62,870	47,741	1,008	2,078	50,827
	MAR	31	63,090	49,072	1,028	2,110	52,210
	ABR	30	65,834	50,398	1,024	2,084	53,506
	MAI	31	68,139	50,336	1,021	2,148	53,505
	JUN	30	68,816	50,057	1,045	2,124	53,226
	JUL	31	70,321	51,822	995	2,123	54,940
	AGO	31	71,182	52,834	926	2,109	55,869
	SET	30	73,855	54,662	969	2,113	57,744
	OUT	31	74,655	54,202	1,002	2,084	57,288
	NOV	30	72,919	52,564	1,051	2,113	55,728
	DEZ	30	68,022	49,557	1,040	2,114	52,711

Obs: Os valores indicados no quadro acima são valores médios por mês.

QUADRO 4
JORNAL PÚBLICO 1999 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA CIRCULAÇÃO

AVEIRO	4.43%	GUARDA	0.66%	VILA REAL	1.12%
BEJA	0.71%	LEIRIA	2.02%	VISEU	1.43%
BRAGA	4.24%	LISBOA	42.54%		
BRAGANÇA	0.71%	PORTALEG.	0.43%	AÇORES E MADEIRA	0.87%
C.BRANCO	0.84%	PORTO	23.58%		
COIMBRA	3.56%	SANTARÉM	1.69%		
ÉVORA	1.03%	SETÚBAL	4.41%	OUTROS E ESTRANG.	0.61%
FARO	3.67%	V.CASTELO	1.50%		

Editor: Público-Comunicação Social, S.A.

QUADRO 5
JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS 1998 - TIRAGEM E CIRCULAÇÃO

PERIODICIDADE: Diária

PERÍODO AUDITADO: Janeiro a Dezembro de 1998

MÉDIA DA CIRCULAÇÃO TOTAL POR EDIÇÃO:

51,965 exemplares.

MÉDIA DA CIRCULAÇÃO PAGA POR EDIÇÃO:

49,613 exemplares.

ANO	MÊS	EDIÇÕES	TIRAGEM	CIRCULAÇÃO MÉDIA POR EDIÇÃO			
				VENDAS	ASSINATURAS	OFERTAS	TOTAL
1 9 9 8	JAN	31	69,571	47,363	457	2,266	50,086 *
	FEV	28	71,410	45,664	461	2,381	48,506 *
	MAR	31	72,068	47,913	467	2,265	50,645 *
	ABR	30	73,307	51,276	468	2,306	54,050
	MAI	31	75,530	50,890	474	2,328	53,692
	JUN	30	72,937	48,078	480	2,418	50,976
	JUL	31	73,692	49,513	479	2,379	52,371
	AGO	31	76,332	52,930	473	2,356	55,759
	SET	30	73,541	49,527	479	2,448	52,454
	OUT	31	71,033	49,096	485	2,341	51,922
	NOV	30	75,461	50,282	497	2,386	53,165
	DEZ	31	72,161	47,099	506	2,345	49,950

Obs: Os valores indicados no quadro acima são valores médios por mês.

Os valores relativos ao mês de Setembro (Vendas), foram corrigidos pelo Editor, uma vez que na N.I. Anterior, os dados fornecidos eram ainda previsões facultadas pela distribuidora.

QUADRO 6
JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS 1998 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA CIRCULAÇÃO

AVEIRO	2%	GUARDA	1%	VILA REAL	1%
BEJA	1%	LEIRIA	2%	UISEU	1%
BRAGA	1%	LISBOA	65%		
BRAGANÇA	0%	PORTALEG.	1%	AÇORES E MADEIRA	1%
C.BRANCO	1%	PORTO	5%		
COIMBRA	2%	SANTARÉM	3%		
ÉVORA	1%	SETÚBAL	8%	OUTROS E ESTRANG.	1%
FARO	4%	V.CASTELO	1%		

* Elementos auditados pela "BDO BINDER & CO."

QUADRO 7
JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS 1999 - TIRAGEM E CIRCULAÇÃO

PERIODICIDADE: Diária

PERÍODO AUDITADO: Janeiro a Dezembro de 1999

MÉDIA DA CIRCULAÇÃO TOTAL POR EDIÇÃO:

57,439 exemplares.

MÉDIA DA CIRCULAÇÃO PAGA POR EDIÇÃO:

55,019 exemplares.

MÉDIA DA CIRCULAÇÃO TOTAL POR EDIÇÃO (período homólogo 1998):

51,965 exemplares.

ANO	MÊS	EDIÇÕES	TIRAGEM	CIRCULAÇÃO MÉDIA POR EDIÇÃO			
				VENDEAS	ASSINATURAS	OFERTAS	TOTAL
1999	JAN	31	70,084	47,583	497	2,624	50,704
	FEV	28	70,325	48,370	502	2,671	51,543
	MAR	31	70,852	50,893	522	2,634	54,049
	ABR	30	74,875	51,926	527	2,479	54,932
	MAI	31	83,362	55,414	530	2,386	58,330
	JUN	30	80,688	57,501	555	2,244	60,300
	JUL	31	83,468	58,793	557	2,322	61,672
	AGO	31	83,217	57,322	552	2,394	60,268
	SET	30	84,588	60,965	553	2,448	63,966
	OUT	31	86,488	59,866	545	2,305	62,716 *
1999	NOV	30	81,116	54,521	560	2,289	57,370 *
	DEZ	31	74,930	50,620	556	2,246	53,422 *

Obs: Os valores indicados no quadro acima são valores médios por mês.

* Elementos auditados pela "BDO BINDER & CO."

QUADRO 8
JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS 1999 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA CIRCULAÇÃO

AVEIRO	1.51%	GUARDA	0.51%	VILA REAL	0.33%
BEJA	0.92%	LEIRIA	2.19%	UISEU	0.83%
BRAGA	1.13%	LISBOA	65.33%		
BRAGANÇA	0.24%	PORTALEG.	0.66%	AÇORES E MADEIRA	1.11%
C.BRANCO	0.92%	PORTO	4.85%		
COIMBRA	2.13%	SANTARÉM	2.57%		
ÉVORA	1.14%	SETÚBAL	8.33%	OUTROS E ESTRANG.	0.52%
FARO	4.19%	V.CASTELO	0.59%		

Editor: Diário de Notícias, S.A.

ANEXO II

TEMAS	DIA	TIPO DE PEÇA	TÍTULO	PAÍS	AUTOR
AN					
a					
AIO	sem textos				
	5	Notícia	Governo reestrutura apoio aos PALOP com programas integrados - Cooperação com São Tomé e Príncipe	S. Tomé e Príncipe	A.P.
	10	Notícia	Hipótese colocada pelo secretário de Estado Teixeira dos Santos - Cahora Bassa abre a privados	Mozambique	Marcelo Mosse (em Maputo)
	17	Notícia	Mais de 600 homens no "Plano Regresso"	Guiné-Bissau	Joaquim Trigo de Negreiros
	19	Opinião	A lição de Bissau	Guiné-Bissau	Miguel Sousa Tavares
	20	Notícia	Secretário de Estado da Cooperação nega boicote franco-senegaleses - "Não estamos em competição mesquinha"	Guiné-Bissau	Joaquim Trigo de Negreiros
	21	Reportagem	Operações Especiais em Bissau / Dificuldades com auxílio humanitário	Guiné-Bissau	Pedro Rosa Mendes (enviado a Bissau)
	21	Notícia	Conselho Nacional do PSD aprovou moção sobre a Guiné - "CPLP assinou carta de ódio"	Guiné-Bissau	Eunice Lourenço
	22	Opinião	Três lições da Guiné	Guiné-Bissau	Luis Salgado de Matos
	24	Reportagem	AMI tura bloqueio no leste da Guiné	Guiné-Bissau	Eduardo Dâmaso (enviado a Bissau)
	25	Notícia curta	Guiné-Bissau AMI reforça Ajuda Humanitária	Guiné-Bissau	não identificado
	26	Notícia	MNE minimiza relatório	Guiné-Bissau	Pedro Rosa Mendes (enviado a Bissau)
	30	Reportagem	Governo da Guiné-Bissau e Junta Militar voltam hoje à mesa das negociações - Rebeldes só querem militares portugueses	Guiné-Bissau	Pedro Rosa Mendes (enviado a Bissau)
	3	Reportagem	Deslocados da Guiné na Colónia Balaier de Santa Cruz - "Estamos na salgedeira"	Guiné-Bissau	José Bento Amaro
	7	Notícia	Moeda cabo-verdeana alarga operações	Cabo Verde	José Vicente Lopes (na Cidade da Praia)
		Notícia	Guiné-Bissau - Jaime Gama na Gâmbia	Guiné-Bissau	Jorge Heitor
	14	Notícia	Marcelino Moco reconhece fracasso da missão de paz luso-angolana para a Guiné-Bissau - A mediação "não prosseguir"	Guiné-Bissau	João Pedro Henriques e Helena Pereira
	15	Reportagem	Conselho de Ministros da CPLP em torno da guerra na Guiné-Bissau - Saudades da mediação	Guiné-Bissau	Helena Pereira (na Cidade da Praia)
	16	Reportagem	Conflito na Guiné-Bissau - CPLP "passa" para a ONU	Guiné-Bissau	Helena Pereira (na Cidade da Praia)
	17	Reportagem	Ajuda humanitária portuguesa para um povo africano - "Ponta de Sagres" em Bissau	Guiné-Bissau	Jorge Heitor
	21	Opinião	A política africana	Guiné-Bissau	Mário Matos e Lenos
	28	Notícia	Jaime Gama e Veiga Simão no Parlamento - Depois das tréguas, as explicações	Guiné-Bissau	não identificado
	4	Notícia curta	Guiné-Bissau Solidariedade na Expo	Guiné-Bissau	não identificado
	5	Notícia	Guiné-Bissau - A serenidade à beira do abismo	Guiné-Bissau	Jorge Heitor
	25	Notícia	Críticas aos Estados Unidos, a Portugal e à Rússia - UNITA corta relações com "tróika" de observadores	Angola	não identificado
	21	Notícia	Ministro quebra silêncio na quarta-feira em Nova Iorque - Gama vai falar de Angola na ONU	Angola	não identificado
	5	Notícia	Guérras amantã em Moçambique para visita oficial de seis dias - Investimentos de 19 milhões em três anos	Mozambique	Rui Flores
	6	Reportagem	"Dossier" difícil na agenda de Guterres em Moçambique - Cahora Bassa sem solução	Mozambique	Lurdes Ferreira com Cesalina Pinto
		Notícia	Energia de Cahora Bassa entra no Zimbábue - África do Sul acredita em acordo com Portugal	Mozambique	Adrian Hadland (na Cidade do Cabo e Lusa)
	7	Reportagem	Tensão protocolar à chegada	Mozambique	Cesalina Pinto (em Maputo)
	8	Notícia	Guterres reuniu-se ontem em Maputo com Presidente sul-africano - Mandela diz que Savimbi é "criminoso de guerra"	diversos	Cesalina Pinto / Marcelo Mosse
	9	Notícia	Guterres em Moçambique - Dia de festa e de "grifes"	Mozambique	Cesalina Pinto (em Moçambique)
	26	Notícia	Prorrogado o cessar-fogo na Guiné - "Nino" e Mané aceitam conferência	Guiné-Bissau	Jorge Heitor
	13	Notícia curta	Criação de emprego - Portugal apoia PALOP	PALOP	J.M.R.
	26	Notícia curta	Escola e posto médico em questão - Apoio a Moçambique	Mozambique	não identificado
	24	Notícia	Governo dá razão às reclamações das construtoras que trabalham em Angola - Recuo nos seguros	Angola	Lurdes Ferreira

MES	DIA	TIPO DE PEÇA	TÍTULO	PAIS	AUTOR
JAN	sem textos				
FEV	sem textos				
M		Notícia	Médicos em comissões temporárias em S. Tomé - Especialistas dos HUC estão a formar profissionais são-tomenses para colmatar as carências cirúrgicas mais prementes	S. Tomé e Príncipe	Paula Carmo
A		Notícia	Os "desertadores" do sangue - Insuficientes renas de S. Tomé, em tratamento nos hospitais de Coimbra, estão sem perspectivas de regresso ao seu país	S. Tomé e Príncipe	Paula Carmo
R		Notícia	Coimbra gere verbas da cooperação multinacional - O protocolo termina em 1999, mas os HUC esperam que seja temporariamente alargado, "para bem dos são-tomenses"	S. Tomé e Príncipe	Paula Carmo
Ç	6	Notícia			
O					
ABR	sem textos				
MAI	sem textos				
	18	Opini./Editorial	Portugal e o futuro da Guiné	Guiné-Bissau	M. Bettencourt Resendes
	19	Notícia curta	Ajuda - Médicos / ONG / Doações	Guiné-Bissau	não identificado
			Embaixador português integra equipa de mediação - Governo exige rendição dos revoltosos e promete clemência ou, em alternativa, o acantonamento e posterior saída do país	Guiné-Bissau	não identificado
		Notícia	Cruz Vermelha distribui primeira ajuda humanitária - Discutido plano de distribuição de auxílio português	Guiné-Bissau	não identificado
		Notícia	Portugal e França na Guiné - Durão Barroso defende união de esforços para a resolução do conflito	Guiné-Bissau	não identificado
J	22	Opini./Editorial	Já em força	Guiné-Bissau	António Ribeiro Ferreira
U					
N					
H					
O					
		Notícia	Luis Anadão leva propostas a Bruxelas - Veiga Simão quer silenciar informações sobre apoio humanitário que podem "inviabilizar tudo"	Guiné-Bissau	Fernando de Sousa (delegado em Bruxelas)
		Notícia	Situação humanitária pode "agravar-se muitíssimo" - União Europeia anunciou em Bruxelas uma ajuda humanitária à Guiné-Bissau num valor aproximado de 200 mil contos	Guiné-Bissau	Fernando de Sousa (delegado em Bruxelas)
24		Notícia	Intervenção de força internacional pode ser pedida se tropa de Dacar ultrapassar Nino Vieira	Guiné-Bissau	Carlos Albino
25		Notícia	Sousa Franco avisa Bissau em 1979 - Despacho sobre nota confidencial do Banco de Portugal "por lapso"	Guiné-Bissau	Carlos Albino
		Notícia	publicado na folha oficial inquiriu cooperação lusófona	Guiné-Bissau	não identificado
26		Notícia curta	Emergência - Hospital Maria Pia / UNICEF / Apelo	Guiné-Bissau	não identificado
		Notícia	Diplomacia impõe-se na Guiné - Jaime Gama e Venâncio de Moura conseguem sentar à mesa, pela primeira vez, delegações do Governo e da Junta Militar	Guiné-Bissau	não identificado
29		Opinião	A Guiné-Bissau só falou rojar-se aos pés	Guiné-Bissau	Carlos Albino
		Notícia curta	Cooperação entre autarquias reúne Norte a Cabo Verde	Cabo Verde	não identificado
1		Notícia	Negociações dão passo atrás - Bissau voltou a ser palco de confrontos e o diálogo lançado por Portugal e Luanda correrá sérios riscos. A fragata portuguesa continua, porém, à espera dos representantes dos dois beligerantes	Guiné-Bissau	não identificado
8		Notícia	Situação humanitária é preocupante - Muitas pessoas já estão a comer as sementes para a lavoura.	Guiné-Bissau	não identificado
13		Opinião	A fome é uma questão de tempo	Guiné-Bissau	Carlos Albino
14		Opinião	Quer dizer que ainda estamos na fase do padrão e da cruz	PALOP	Adriano Moreira
		Opinião	Uma intervenção necessária	Guiné-Bissau	
		Opinião	Lisboa reacende guerra da paternidade - Brochura do MNE insiste na polémica luso-brasileira sobre a alicria da ideia CPLP. Na pior altura	não especificado	Carlos Albino
15		Notícia	Grupo de contacto mais alargado - CPLP chegou a acordo sobre o "alto nível" da delegação, que vai comprometer na missão os seis Estados lusófonos	Guiné-Bissau	Carlos Albino (na Praia)
		Notícia	Mulher de Nino gere auxílio humanitário português - O "Porto de Sagres" prepara-se para deixar a sua carga em Bissau. A Cruz Vermelha Internacional já manifestou estranheza	Guiné-Bissau	Eduardo Mascarenhas
17		Notícia			

J U L H O	18	Notícia	O tremio parou a chegada do "Ponta de Sagres" - Vitalino Cruz diz que suspeitas não inviabilizam entrega de ajuda à Cruz Vermelha da Guiné-Bissau, mas admite riscos	Guiné-Bissau	Eduardo Mascarenhas
	20	Notícia	Cenas da vida humanitária - Rivalidade e sobrecarga são algumas das características das relações estabelecidas pelas organizações presentes no terreno	Guiné-Bissau	Luís Neves (em Gabu)
		Opinião	Obsessão de visibilidade mas com vistas curtas	não especificado	Carlos Albino
A G O	21	Notícia curta	Luís Amado questiona UE sobre corredores de ajuda - Culpas de Dacar e papel de Paris debatidos no MNE	Guiné-Bissau	Carlos Albino
	27	Notícia	Um adeus muito português a Luanda, Lobito e Huambo - Capacetes azuis portugueses regressam de Angola	Angola	Ivone Ferreira
	4	Opinião	Chegou a hora	Guiné-Bissau	António Ribeiro Ferreira
O S T O	11	Notícia	Guineenses à espera de visto	Guiné-Bissau	não identificado
	13	Notícia	Senegaleses retêm camiões - ajuda alimentar portuguesa "presa", apesar de luz verde de Nino e Mané	Guiné-Bissau	não identificado
	17	Notícia	CEDAO quer mais destaque na crise guineense - "Comissão dos sete" e contra realização das negociações na ilha do Sal e tem "uma visão diferente" da mediação lusófona	Guiné-Bissau	João de Barros (Director do Diário de Bissau)
S E T E	18	Notícia	Nino Vieira elogia Portugal - Presidente guineense quer empresários de volta após resolução da crise	Guiné-Bissau	não identificado
	8	Opinião	As lições da crise guineense	Guiné-Bissau	João de Barros
	18	Notícia curta	Ministro quer cooperação com Cabo Verde	Cabo Verde	José Medeiros Ferreira
E T E		Opinião	Silêncio	Angola	não identificado
		Notícia	Guiné e Portugal de "mãos dadas" - Ministro guineense agradece a diplomacia portuguesa a ajuda prestada na resolução do conflito	Guiné-Bissau	António Ribeiro Ferreira
	25	Notícia	Guiné e Portugal de "mãos dadas" - Ministro guineense agradece a diplomacia portuguesa a ajuda prestada na resolução do conflito	Guiné-Bissau	não identificado
		Notícia	Gulterres e Chissano estreitam laços - Primeiro-Ministro pronto para abrir novos caminhos à cooperação política e económica	Mozambique	Maria João Rocha
	6	Notícia	Portugal lidera lista de países com projectos em África	Diversos	Maria João Rocha
O U T U B R O		Notícia	A sombra de Cahora Bassa	Mozambique	Maria João Rocha (em Maputo)
	7	Notícia	20,6 milhões para treino 1998-2001 - Os dois governantes assinam protocolo de cooperação para apoiar Maputo em áreas estratégicas	Mozambique	Maria João Rocha
		Notícia	Uma hora com Mandela no meio da crise - Encontro, não agendado, com o Presidente sul-africano salvou o dia a António Gulterres	Mozambique	Maria João Rocha
	8	Notícia	Governos e empresários intensificam cooperação - Ministro Pina Moura anuncia concessão de crédito. AIPortense pretende criar pólo industrial na Matola	Mozambique	Maria João Rocha (em Maputo)
	9	Notícia	Angola disposta a reabrir "dossiers" com Lisboa - Lello abriu caminho, Amado prepara deslocação e Gama poderá visitar Angola antes do final do ano. Gulterres vai a seguir	Mozambique	Maria João Rocha (em Maputo)
	15	Notícia curta	A facilidade de Farmácia envia docentes para Moçambique	Angola	Carlos Albino
N O V E M B R O	28	Reportagem	Um cibercafé no Mindelo / Uma sala num centro cultural	Mozambique	Luísa Melo
		Opinião	Cooperação nos eixos excepto as Finanças	Cabo Verde	Nuno Galopim (no Mindelo)
	2	Notícia	Um passo decisivo na direcção certa" - Jaime Gama felicitou as duas partes pelo acordo e promete continuação da ajuda portuguesa	não especificado	Carlos Albino
			DOSSIER COOPERAÇÃO: Aplicamos em África 67 milhões de contas - Portugal pela primeira vez faz a sério e com rigor as contas das despesas com a cooperação	Guiné-Bissau	não identificado
			DOSSIER COOPERAÇÃO: Em 1998, anda à roda, são 48 milhões - Cooperação bilateral para programas e projectos (21 milhões de contas) iguala a cooperação financeira. É uma distorção	não especificado	
			DOSSIER COOPERAÇÃO: Moçambique e Angola com o maior peso - Lisboa com novas acções no Gana, Guiné Equatorial, Senegal, Malawi, Gabão e Suazilândia, além do previsto em Marrocos, Mali e Mauritânia	diversos	
9			DOSSIER COOPERAÇÃO: Empréstimos atingem soma de 17 milhões de contas	não especificado	
			DOSSIER COOPERAÇÃO: Ministério das Finanças é o principal executor - Quem tem a fama é o MNE, com 13 milhões de contas para activar três organismos autónomos	não especificado	Carlos Albino
			MNE quer rigor nos municípios - Projectos com poderes locais em África, segundo Amado, devem obedecer a critérios de racionalidade e Gama garante sustentação orçamental na assinatura de protocolo com a ANIMP	não especificado	não identificado
25		Notícia			

continuação QUADRO 2, JORNAL DN 1998 - GRELHA TEMÁTICA E TEMPORAL				
D	Notícia	Técnica foi ensaiada em São Tomé para a malária - Grupo de investigadores portugueses juntou ao selado no terreno imagens de satélite, para avaliar o efeito da desflorestação	S. Tomé e Príncipe	Filomena Naves
E		Gabru recebe ajuda das ONG - Populações deslocadas pela guerra na guiné-Bissau vão poder contar, por mais algum tempo, com a presença das equipas humanitárias	Guiné-Bissau	Lumena Raposo
Z	Notícia	Alp aposta em estratégia global - Associação terá quota de 10% da futura feira internacional, um projecto apoiado por Cabo Verde, Portugal e Macau	Cabo Verde	Eva Cabral
E	Notícia	Temos de pensar mais em Angola	Angola	Carlos Albino
M	Opinião	Mexeram sobretudo nos maus hábitos	não especificado	Carlos Albino
B	Opinião	Angola exige dólares - Embarcada de Portugal deve 28 mil contos de telefones, mas só pretende pagar em quantias, alegando que também aceita moeda local	Angola	Ivone Ferreira (correspondente em Luanda)
R				
O	Notícia			

TOTAL DE PEÇAS: 61

ANEXO II
QUADRO 3
JORNAL PUBLICO 1999 - GRELHA TEMATICA E TEMPORAL

MÊS	DIA	TIPO DE PEÇA	TÍTULO	PAIS	AUTOR
JAN	sem textos				
FEV	sem textos				
MAR	17	Notícia	Timor e Africa - Portugal quer melhor cooperação	diversos	Bárbara Reis (em Nova York)
	22	Notícia	Na República da Guiné-Bissau só 11 por cento falam português	Guiné-Bissau	Jorge Heitor
	19	Notícia	Moçambique - Joaquim Chissano visita Portugal	Moçambique	Marcelo Mosse (em Maputo)
	21	Opinião	O silêncio passivo	Angola	Ana Paula Fernandes
	29	Notícia	Guterres com a OIKOS	não especificado	não identificado
M	30	Notícia	Jovens rotários de Viana em Moçambique - Uma tonelada de solidariedade	Moçambique	António Gonçalves
	1	Notícia	Dívida a Portugal totalizava 340 milhões em 1998 - Cahora Bassa com mais prejuízos	Moçambique	S.O.
	3	Notícia	Aumentam gemações entre o Ribatejo e Cabo Verde - A "morabeza" dos ribatejanos	Cabo Verde	Manuel Fernandes Vicente
	4	Notícia	Mesa-redonda organizada pelo PNUD em Genebra - Portugal tenta ajudar a Guiné	Guiné-Bissau	Jorge Heitor
	5	Notícia curta	Guiné vai receber 830 mil contos	Guiné-Bissau	não identificado
A		Notícia	Guiné-Bissau - Veiga Simão adia viagem	Guiné-Bissau	Isabel Braga
			Centros Culturais em Territórios de Língua Portuguesa - Angola, O centro mais activo	Angola	Reginaldo Silva (em Luanda)
			Centros Culturais em Territórios de Língua Portuguesa - Guiné-Bissau, Cultura sem estratégia	Guiné-Bissau	António Soares Lopes (em Bissau)
			Centros Culturais em Territórios de Língua Portuguesa - Cabo Verde, Primazia à língua	Cabo Verde	José Vicente Lopes (na Cidade da Praia)
			Centros Culturais em Territórios de Língua Portuguesa - S. Tomé e Príncipe, Enfrentar a francofonia	S. Tomé e Príncipe	Manuel Barros (em S. Tomé)
O	18	Notícia	Centros Culturais em Territórios de Língua Portuguesa - Moçambique, Maputo é o centro	Moçambique	Kathleen Gomes (em Maputo)
	20	Notícia	Luis Amado termina visita oficial a Luanda - Meio milhão de contos para Angola	Angola	Reginaldo Silva (em Luanda)
	25	Notícia	Governo "faz questão de excluir" a HCB - Moçambique golpeia Cahora Bassa	Moçambique	Marcelo Mosse (em Maputo)
			Fundação Portugal-Africa e Associação Industrial Portuguesa colaboram com Governo de Moçambique -		
			Profissionalizar com artes e ofícios	Moçambique	Cesaltina Pinto
J	7	Notícia	Formadores preparam africanos - Melhor ensino para os PALOP	PALOP	Isabel Leiria
	17	Notícia	Projectos de educação multicultural para combater o insucesso - A pensar nos imigrantes	PALOP	Bárbara Wong
	21	Notícia	Desentendimento entre Instituto da Cooperação Portuguesa e ESE de Setúbal - Manuais à espera em Bissau	Guiné-Bissau	Isabel Leiria
			Cooperação para o desenvolvimento de Africa - "Telemedicina" em Cabo Verde graças à Fundação Gulbenkian	Cabo Verde	Jorge Heitor
	27	Notícia		PALOP	não identificado
U	4	Notícia curta	Lusovisão nasce na RTP-Africa	Moçambique	Marcelo Mosse (em Maputo)
	8	Notícia	Estratégia para 20 anos - Cahora Bassa define objectivos	Angola	Carlos Pacheco
	12	Opinião	Portugal e a guerra em Angola	Guiné-Bissau	não identificado
	14	Notícia curta	Guiné-Bissau Aeroporto reabre no dia 27	Moçambique	Maria João Guimarães (em Maputo)
	16	Notícia	Maria de Belém terminou visita a Moçambique - Cooperação na área da saúde põe tónica na formação	Cabo Verde	Lucinda Canelas (na Cidade Velha)
L			Siza Vieira apresentou ontem plano de salvaguarda da Cidade Velha, em Cabo Verde - As pessoas não vivem em museus		
			Liga Internacional de Combate à Fome reúne 40 contentores para recolha de lixo - Missão de limpeza em Bissau	Guiné-Bissau	A.C.F.
	23	Notícia	Centro interpretativo no Tarrafal	Cabo Verde	Lucinda Canelas
			Associação portuguesa apoia planeamento familiar em São Tomé e Príncipe -	S. Tomé e Príncipe	Joana Ferreira da Costa (em S. Tomé)
			Odete, filhos e netos, sem marido	Guiné-Bissau	não identificado
H	24	Notícia curta	Guiné-Bissau - Começa o regresso de refugiados	Guiné-Bissau	não identificado
	27	Notícia curta	Reabre o aeroporto de Bissalanka - Portugal regressa à Guiné	Guiné-Bissau	Jorge Heitor (em Bissau)
	29	Reportagem	Reabertura de Bissalanka traz novo ânimo à Guiné - Era Bissau e chovia...		
			Angola - Portugal envia auxílio	Angola	não identificado
	31	Notícia			

AGO	3	Notícia	CPLP espera o "timing certo" para levar a acção humanitária a Angola - Fome mata em Malange	Angola	José T. de Negreiros com Reginaldo Silva
SET	11	Notícia	Formação de profissionais em Maputo - Dentistas portugueses vão apoiar Moçambique	Moçambique	em Luanda
O	1	Notícia	PALOP - 239,4 milhões em dívida a Portugal	PALOP	A.C.
U	2	Notícia	Angola - Exército português nega acusações da UNITA	Angola	Clara Teixeira e Helena Garrido
T	7	Notícia	Protocolo de cooperação assinado ontem - Portugal e Cabo Verde unidos pelo património	Cabo Verde	não identificado
U	10	Notícia	Jornalistas dos PALOP protestam contra discriminações - RTP/Africa deve abrir-se às produções privadas	PALOP	Lucinda Canelas
B			Ansumane Mané falou de Bissau durante visita a unidade militar especial em Lamego - "Não estranharia se Portugal enviasse tropas"		LUSA
R	24	Notícia	Docentes para Cabo Verde	Guiné-Bissau	Celeste Pereira
O	28	Notícia curta	Presidenciais e legislativas na Guiné-Bissau - Portugal oferece boletins de voto	Cabo Verde	não identificado
NOV	17	Notícia	Cardoso e Cunha recebeu 150 mil contos, mais 50 mil do que o montante máximo previsto - Empresários portugueses na Guiné pediram cinco milhões	Guiné-Bissau	Jorge Heitor
DEZ	13	Notícia		Guiné-Bissau	Isabel Braga

TOTAL DE PEÇAS: 46



MÊS	DIA	TIPO DE PEÇA	TÍTULO	PAÍS	AUTOR
J A N	25	Notícia	Guineenses resolvem problemas com criatividade - Face carência de habitação, a Associação de Solidariedade Social respondeu com a construção de prédios, tendo feito há uma semana a entrega das primeiras chaves. Também dá apoio jurídico, medicamento e aposta na formação profissional	Guiné-Bissau	não identificado
F E V E		Notícia	Lisboa "estrutura apoio" a São Tomé - Documento final deverá ser assinado durante uma visita de António Guterres a realizar em Abril	S. Tomé e Príncipe	não identificado
			Tratar crianças de Angola - Governo português vai apoiar menores que tenham sido vítimas de minas anti-pessoais. O programa prevê a assistência clínica aos jovens (até 14 anos) nas instalações do Hospital Militar de Coimbra		
M A R	2	Notícia	Lisboa vai ajudar mais Bissau - Oposição guineense em Portugal pediu audiência a Jaques Chirac	Angola	João Figueira
	4	Notícia curta	Portugal ajuda Cabo Verde - O ministro das Finanças, Sousa Franco, garantiu apoios directos ao país africano, ligado a Portugal por um acordo cambial que atraiu investimento externo e ajudou a estabilizar a economia	Guiné-Bissau	não identificado
A B R	23	Notícia	Príncipe perfeito em dificuldades - Guterres liderou comitiva de autarcas que assinaram protocolos de cooperação apoiados pelo ICP	Cabo Verde	não identificado
	14	Notícia	Portugal e São Tomé cooperam na área da educação	S. Tomé e Príncipe	Maria João Rocha
R	15	Notícia curta	Refugiados de Bissau chegaram a Lisboa	S. Tomé e Príncipe	não identificado
M A I	10	Notícia curta	Mais um pequeno esforço, Luís Amado	Guiné-Bissau	não identificado
	17	Opinião	Gama quer pôr fim às críticas na OCDE - Governo submete documento de estratégia a discussão e propõe-se aumentar o financiamento da ajuda ao desenvolvimento	Mocambique	Carlos Albino
A J O	26	Notícia	Gama estreita-se na defesa - Ministro recebe homólogo de Angola. Em cima da mesa temas bilaterais, com especial incidência na cooperação técnico-militar	não especificado	não identificado
	31	Notícia curta	Finanças 1: Instituto da Cooperação 4	Angola	não identificado
J U N	14	Opinião	Mocambique estreia hoje as emissões via satélite - RTP-Africa será retransmitida paralelamente através da rede da televisão moçambicana	Diversos	Carlos Albino
	25	Notícia	Recolha de livros para Mocambique foi um êxito - A Fundação Bissaya Barreto lançou a ApoioAfrica para recolher materiais escolares. Agora, só falta marcar a data de entrega	Mocambique	não identificado
J U L	6	Notícia	Mestrado em Mocambique com apoio de Lisboa - Institutos superiores Politécnico e Universitário de Mocambique e de Ciências do Trabalho e da Empresa assinam protocolo	Mocambique	não identificado
L A G	7	Notícia	Cem mil contos para apoiar saúde em Mocambique - Ministros de Mocambique e Portugal assinam protocolo. Verbas vão para projectos em Maputo, Gaza e Nampula	Mocambique	não identificado
H O U	12	Notícia	Bengela à espera de verbas - Um milhão de dólares é o montante previsto para a construção de uma escola portuguesa na cidade. Falta ultrapassar a instabilidade do país	Mocambique	não identificado
	8	Notícia	Cooperação cria central de abastecimento	Angola	Ana Mafalda Inácio (em Mocambique)
A G O	16	Notícia curta	UNITA volta a acusar Portugal - "Não é fortuita" a coincidência da visita do chefe do Exército português com a "mais violenta e bárbara ofensiva", diz o movimento de Savimbi	Angola	não identificado
S E T	29	Notícia	Portugal quer reforçar perdão da dívida - Lisboa vai aumentar a sua participação no fundo destinado aos países pobres muito endividados	Mocambique	não identificado
	30	Notícia	ONG lusófonas trocam experiências - Organizações não governamentais dos PALOP debatem em Lisboa, por iniciativa da ACEP, projectos de desenvolvimento	Angola	R.R.
O U T	1	Notícia	Uma universidade lusófona para a Guiné-Bissau - O ministro da Educação do país prevê a abertura da instituição de ensino superior para os primeiros meses do ano 2000	Diversos	Manuela Alves
	11	Notícia	Mocambique e Leiria vão cooperar no superior - Universidade Mondale e politécnico querem realizar projectos de investigação conjuntos e planos de intercâmbio entre alunos	Guiné-Bissau	não identificado
U N D	22	Notícia	Embaixador de Portugal entrega livros de ensino do português	Mocambique	João Figueira
	25	Notícia curta	Amado discute África, Timor e UE em Roma	Diversos	não identificado
B O R	28	Notícia curta	As enxadas do embaixador António Dias	Guiné-Bissau	não identificado
	15	Opinião	Quinze estudam novo reforço da cooperação com os países ACP	Guiné-Bissau	Carlos Albino
N O V	7	Notícia	Portugal envia ajuda humanitária para Angola	diversos	não identificado
D E Z	28	Notícia curta		Angola	não identificado

TOTAL DE PEÇAS: 28

ANEXO III

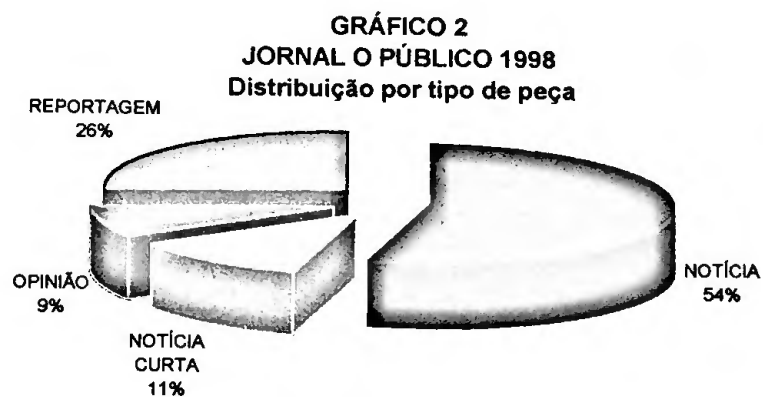
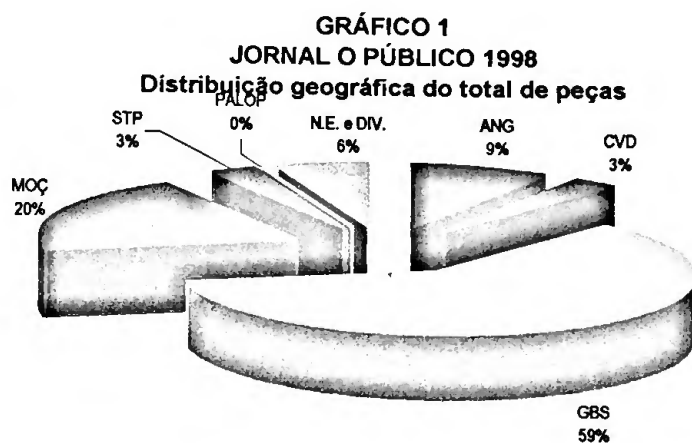
QUADRO 1
JORNAL O PÚBLICO 1998
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E MENSAL DAS PEÇAS

	ANG	CVD	GBS	MOÇ	STP	PALOP	N.E. e DIV.	TOTAL
JAN								0
FEV								0
MAR								0
ABRIL								0
MAIO								0
JUN			10	1	1			12
JUL		1	8					9
AGO	1		2					3
SET	1							1
OUT			1	5			1	7
NOV				1			1	2
DEZ	1							1
TOTAL	3	1	21	7	1	0	2	35

QUADRO 2
JORNAL O PÚBLICO 1998
DISTRIBUIÇÃO MENSAL POR TIPO DE PEÇA

	NOTÍCIA	NOTÍCIA CURTA	OPINIÃO	REPORTAGEM	TOTAL
JAN					0
FEV					0
MAR					0
ABRIL					0
MAIO					0
JUN	6	1	2	3	12
JUL	4		1	4	9
AGO	2	1			3
SET	1				1
OUT	5			2	7
NOV		2			2
DEZ	1				1
TOTAL	19	4	3	9	35

ANEXO III



ANEXO III

GRÁFICO 3
JORNAL O PÚBLICO 1998
 Distribuição geográfica e mensal das peças

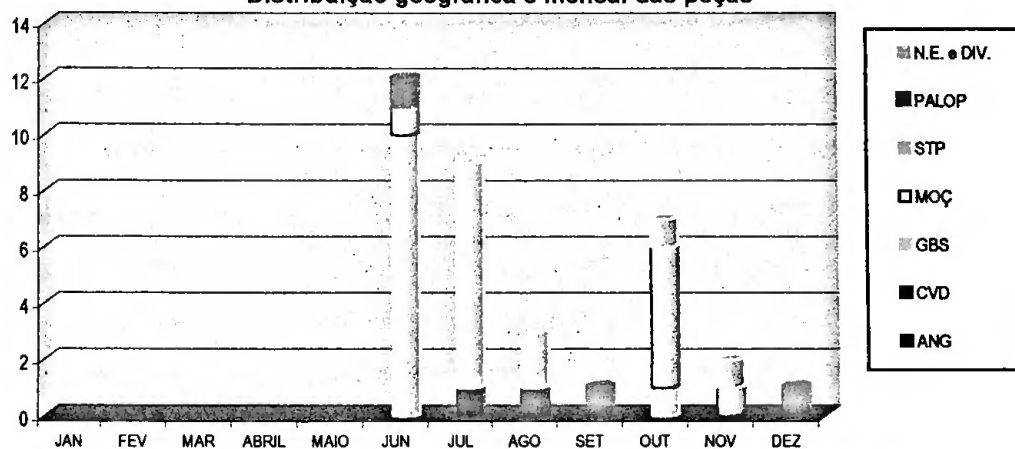
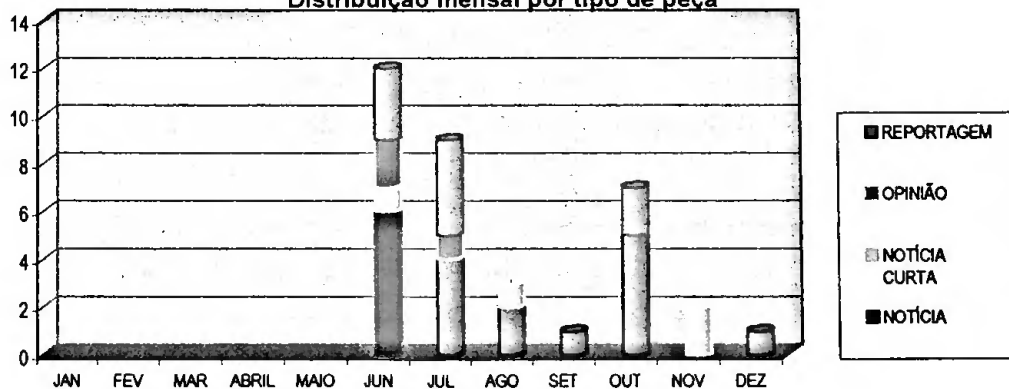


GRÁFICO 4
JORNAL O PÚBLICO 1998
 Distribuição mensal por tipo de peça



ANEXO III

QUADRO 3
JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS 1998
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E MENSAL DAS PEÇAS

	ANG	CVD	GBS	MOÇ	STP	PALOP	N.E. e DIV.	TOTAL
JAN								0
FEV								0
MAR					3			3
ABRIL								0
MAIO								0
JUN			13					13
JUL	1	1	9			1	2	14
AGO			5					5
SET	1	1	1					3
OUT	1	1		6			1	9
NOV			1				7	8
DEZ	2	1	1		1		1	6
TOTAL	5	4	30	6	4	1	11	61

QUADRO 4
JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS 1998
DISTRIBUIÇÃO MENSAL POR TIPO DE PEÇA

	NOTÍCIA	NOTÍCIA CURTA	OPINIÃO	REPORTAGEM	TOTAL
JAN					0
FEV					0
MAR	3				3
ABRIL					0
MAIO					0
JUN	8	2	3		13
JUL	8	2	4		14
AGO	4		1		5
SET	1	1	1		3
OUT	7	1		1	9
NOV	7		1		8
DEZ	4		2		6
TOTAL	42	6	12	1	61

ANEXO III

GRÁFICO 5
JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS 1998
Distribuição geográfica do total de peças

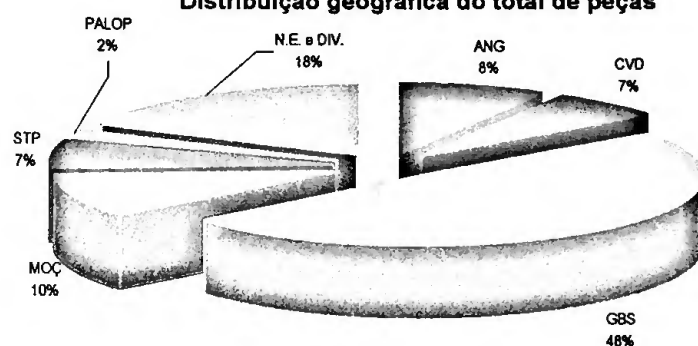
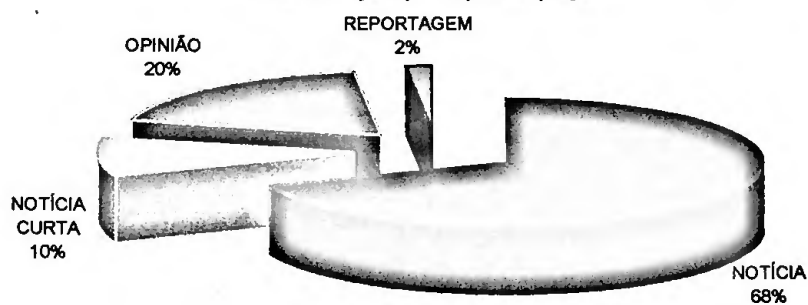


GRÁFICO 6
JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS 1998
Distribuição por tipo de peça



ANEXO III

GRÁFICO 7
JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS 1998
 Distribuição geográfica e mensal das peças

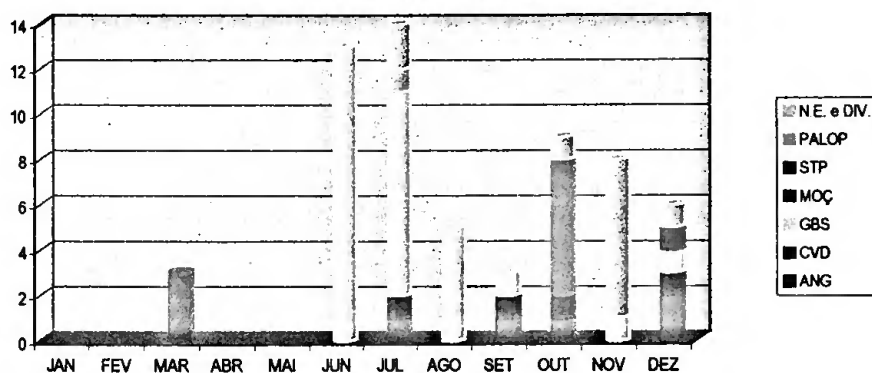
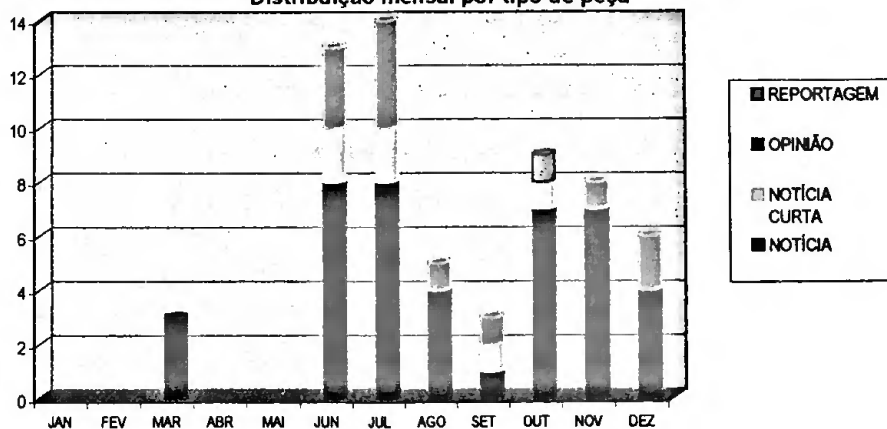


GRÁFICO 8
JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS 1998
 Distribuição mensal por tipo de peça



ANEXO III

QUADRO 5
JORNAL O PÚBLICO 1999
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E MENSAL DAS PEÇAS

	ANG	CVD	GBS	MOÇ	STP	PALOP	N.E. e DIV.	TOTAL
JAN								0
FEV								0
MAR			1				1	2
ABRIL	1			2			1	4
MAIO	2	2	4	3	1			12
JUN		1	1	1		2		5
JUL	2	2	5	2	1	1		13
AGO	1							1
SET				1				1
OUT	1	2	1			2		6
NOV			1					1
DEZ			1					1
TOTAL	7	7	14	9	2	5	2	46

QUADRO 6
JORNAL O PÚBLICO 1999
DISTRIBUIÇÃO MENSAL POR TIPO DE PEÇA

	NOTÍCIA	NOTÍCIA CURTA	OPINIÃO	REPORTAGEM	TOTAL
JAN					0
FEV					0
MAR	2				2
ABRIL	3		1		4
MAIO	11	1			12
JUN	5				5
JUL	7	4	1	1	13
AGO	1				1
SET	1				1
OUT	5	1			6
NOV	1				1
DEZ	1				1
TOTAL	37	6	2	1	46

ANEXO III

GRÁFICO 9
JORNAL O PÚBLICO 1999
Distribuição geográfica do total de peças

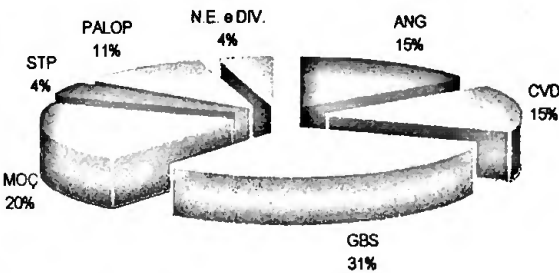
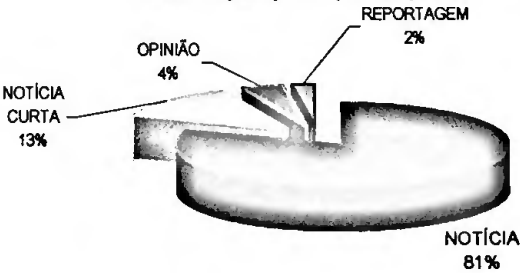


GRÁFICO 10
JORNAL O PÚBLICO 1999
Distribuição por tipo de peça



ANEXO III

GRÁFICO 11
JORNAL O PÚBLICO 1999
Distribuição geográfica e mensal das peças

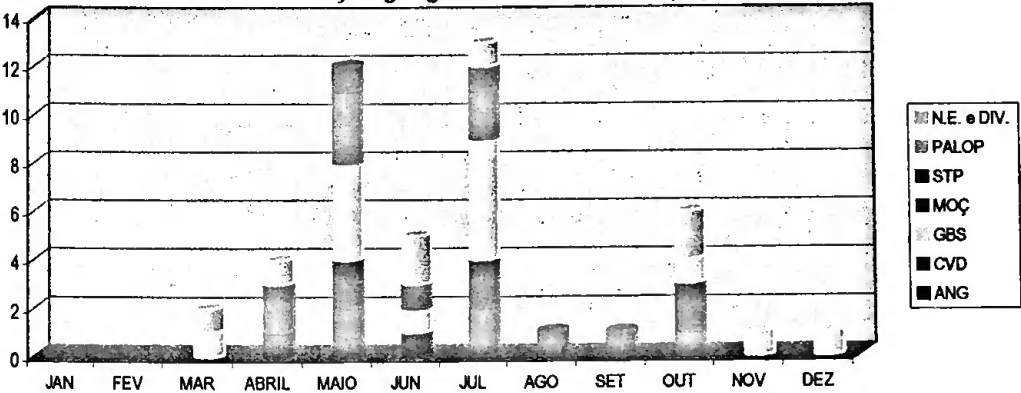
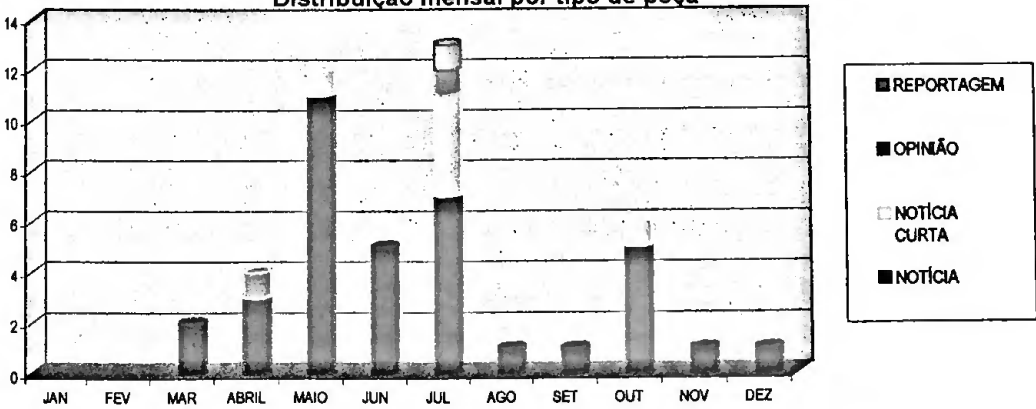


GRÁFICO 12
JORNAL O PÚBLICO 1999
Distribuição mensal por tipo de peça



ANEXO III

QUADRO 7
JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS 1999
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E MENSAL DAS PEÇAS

	ANG	CVD	GBS	MOÇ	STP	PALOP	N.E. e DIV.	TOTAL
JAN			1					1
FEV	1		1		1			3
MAR		1						1
ABRIL					2			2
MAIO	1		1	1			1	4
JUN				1			1	2
JUL				3				3
AGO	1							1
SET	1			1			1	3
OUT			2	1		1	1	5
NOV			1				1	2
DEZ	1							1
TOTAL	5	1	6	7	3	1	5	28

QUADRO 8
JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS 1999
DISTRIBUIÇÃO MENSAL POR TIPO DE PEÇA

	NOTÍCIA	NOTÍCIA CURTA	OPINIÃO	REPORTAGEM	TOTAL
JAN	1				1
FEV	2	1			3
MAR	1				1
ABRIL	1	1			2
MAIO	1	2	1		4
JUN	1		1		2
JUL	3				3
AGO	1				1
SET	2	1			3
OUT	3	2			5
NOV					0
DEZ	1	1	1		3
TOTAL	17	8	3	0	28

ANEXO III

GRÁFICO 13
JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS 1999
Distribuição geográfica do total de peças

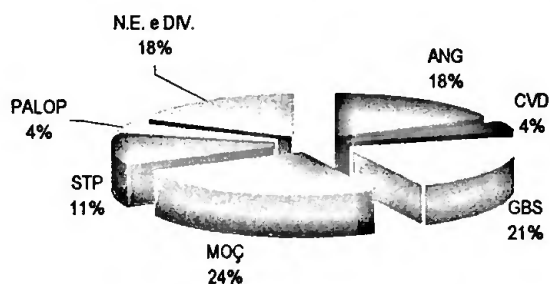
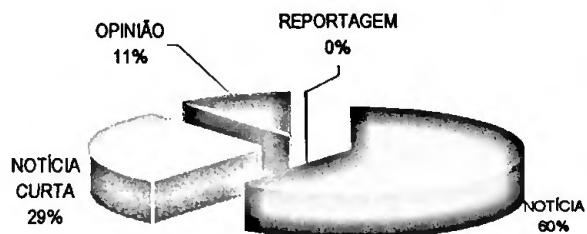


GRÁFICO 14
JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS 1999
Distribuição por tipo de peça



ANEXO III

GRÁFICO 15
JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS 1999
Distribuição geográfica e mensal das peças

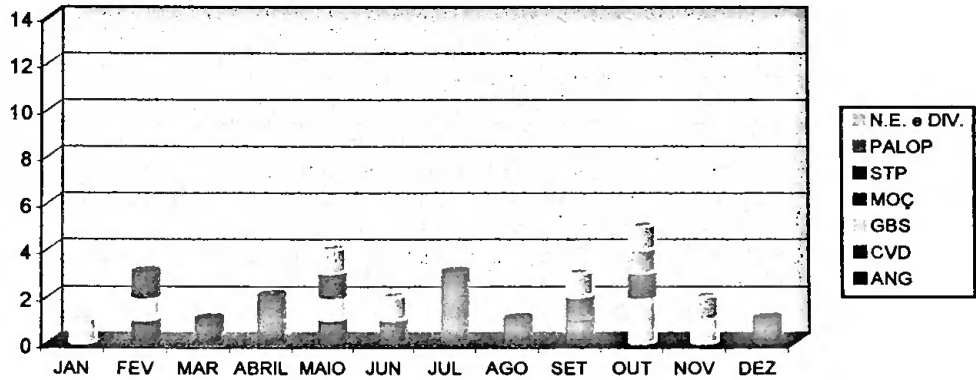
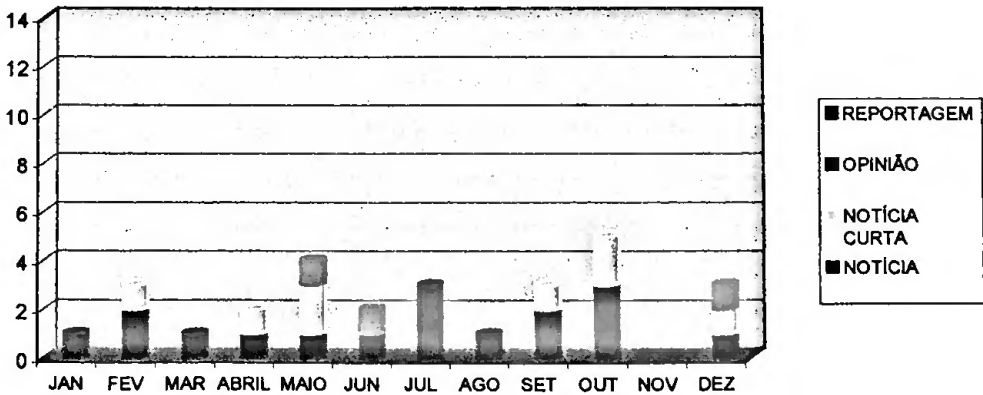


GRÁFICO 16
JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS 1999
Distribuição mensal por tipo de peça



ANEXO III



QUADRO 9
DIÁRIO DE NOTÍCIAS E PÚBLICO 1998
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E MENSAL DAS PEÇAS

	ANG	CVD	GBS	MOÇ	STP	PALOP	N.E. e DIV.	TOTAL
JAN								0
FEV								0
MAR					3			3
ABRIL								0
MAIO								0
JUN			23	1	1			25
JUL	1	2	17			1	2	23
AGO	1		7					8
SET	2	1	1					4
OUT	1	1	1	11			2	16
NOV			1	1			8	10
DEZ	3	1	1		1		1	7
TOTAL	8	5	51	13	5	1	13	96

QUADRO 10
DIÁRIO DE NOTÍCIAS E PÚBLICO 1998
DISTRIBUIÇÃO MENSAL POR TIPO DE PEÇA

	NOTÍCIA	NOTÍCIA CURTA	OPINIÃO	REPORTAGEM	TOTAL
JAN					0
FEV					0
MAR	3				3
ABRIL					0
MAIO					0
JUN	14	3	5	3	25
JUL	12	2	5	4	23
AGO	6	1	1		8
SET	2	1	1		4
OUT	12	1		3	16
NOV	7	2	1		10
DEZ	5		2		7
TOTAL	61	10	15	10	96

ANEXO III

GRÁFICO 17
1998 DIÁRIO DE NOTÍCIAS E PÚBLICO
Distribuição geográfica do total de peças

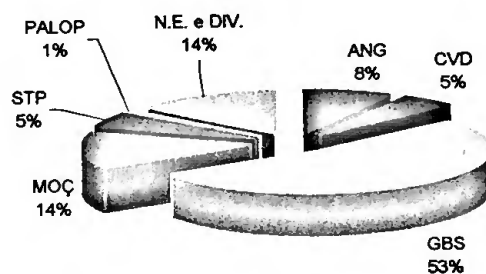
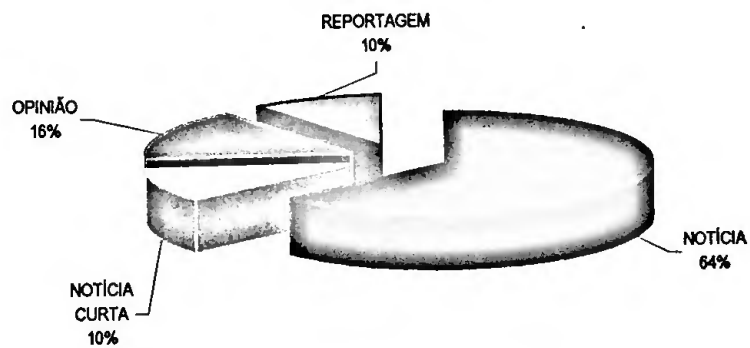


GRÁFICO 18
1998 DIÁRIO DE NOTÍCIAS E PÚBLICO
Distribuição por tipo de peça



ANEXO III

GRÁFICO 19
1998 DIÁRIO DE NOTÍCIAS E PÚBLICO
Distribuição geográfica e mensal das peças

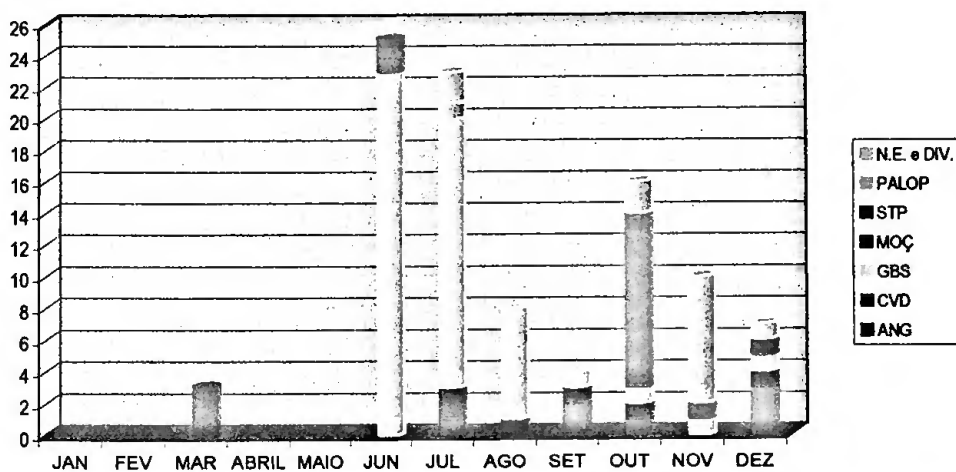
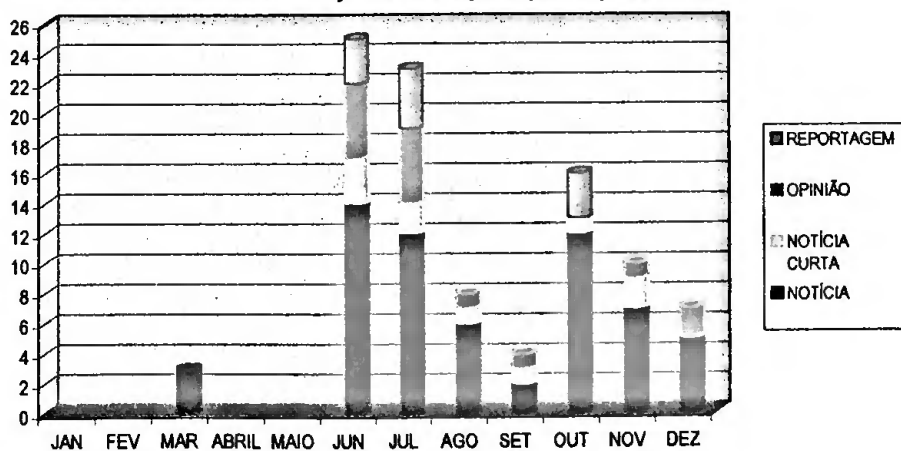


GRÁFICO 20
1998 DIÁRIO DE NOTÍCIAS E PÚBLICO
Distribuição mensal por tipo de peça



ANEXO III

QUADRO 11
DIÁRIO DE NOTÍCIAS E PÚBLICO 1999
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E MENSAL DAS PEÇAS

	ANG	CVD	GBS	MOÇ	STP	PALOP	N.E. e DIV.	TOTAL
JAN			1					1
FEV	1		1		1			3
MAR	1		1				1	3
ABRIL	1			2	2		1	6
MAIO	3	2	5	4	1		1	16
JUN		1	1	2		2	1	7
JUL	2	2	5	5	1	1		16
AGO	2							2
SET	1			2			1	4
OUT	1	2	3	1		3	1	11
NOV			2				1	3
DEZ	1		1					2
TOTAL	13	7	20	16	5	6	7	74

QUADRO 12
DIÁRIO DE NOTÍCIAS E PÚBLICO 1999
DISTRIBUIÇÃO MENSAL POR TIPO DE PEÇA

	NOTÍCIA	NOTÍCIA CURTA	OPINIÃO	REPORTAGEM	TOTAL
JAN	1				1
FEV	2	1			3
MAR	3				3
ABRIL	4	1	1		6
MAIO	12	3	1		16
JUN	6		1		7
JUL	10	4	1	1	16
AGO	2				2
SET	3	1			4
OUT	8	3			11
NOV	1				1
DEZ	2	1	1		4
TOTAL	54	14	5	1	74

ANEXO III

GRÁFICO 21
1999 DIÁRIO DE NOTÍCIAS E PÚBLICO
Distribuição geográfica do total de peças .

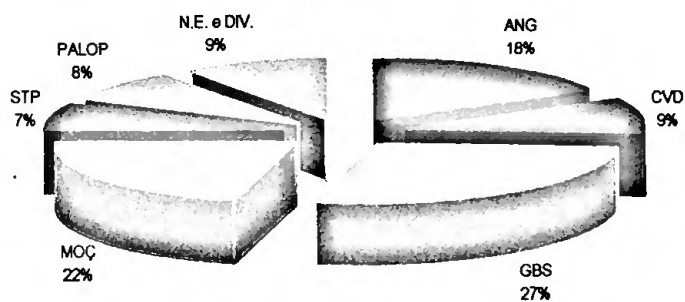
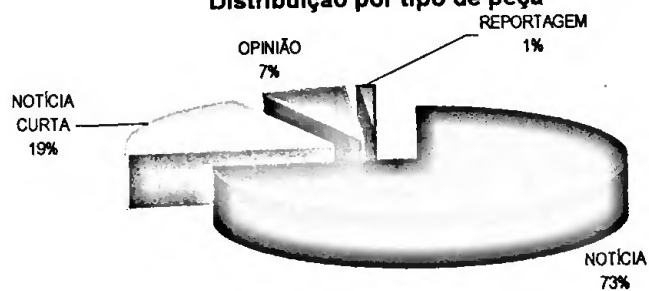


GRÁFICO 22
1999 DIÁRIO DE NOTÍCIAS E PÚBLICO
Distribuição por tipo de peça



ANEXO III

GRÁFICO 23
1999 DIÁRIO DE NOTÍCIAS E PÚBLICO
Distribuição geográfica e mensal das peças

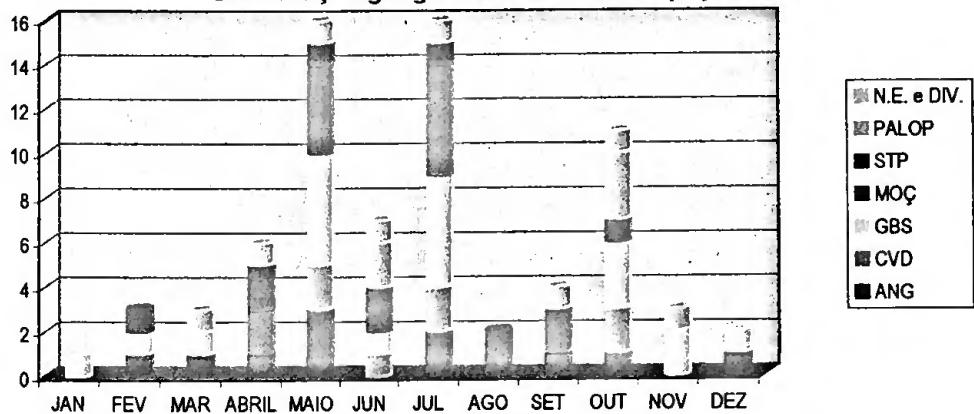
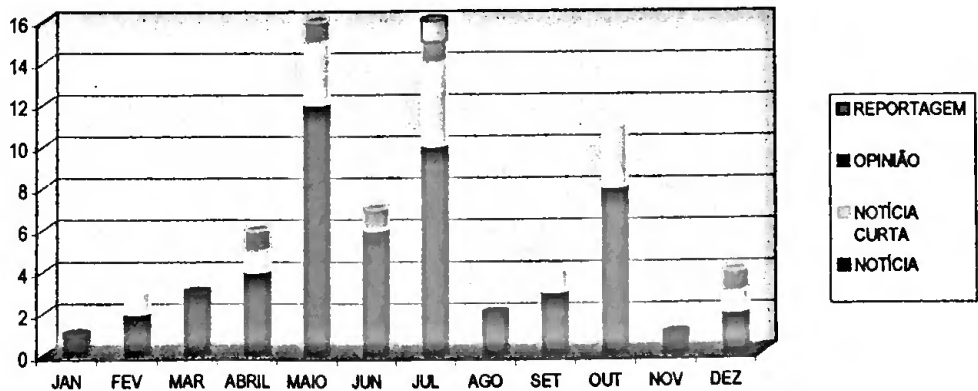


GRÁFICO 24
1999 DIÁRIO DE NOTÍCIAS E PÚBLICO
Distribuição mensal por tipo de peça



ANEXO III**QUADRO 13****AUTORIAS - JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS 1998/99**

AUTORES	PEÇAS			
	1998	1999	TOTAL	%
Adriano Moreira	1		1	1%
Ana Mafalda Inácio		1	1	1%
António Ribeiro Ferreira	3		3	3%
Carlos Albino	17	3	20	22%
Eduardo Mascarenhas	2		2	2%
Eva Cabral	1		1	1%
Fernando de Sousa	2		2	2%
Filomena Naves	1		1	1%
Ivone Ferreira	2		2	2%
João de Barros	1		1	1%
João Figueira		2	2	2%
José Medeiros Ferreira	1		1	1%
Luís Naves	1		1	1%
Lúisa Melo	1		1	1%
Lumena Raposo	1		1	1%
M. Bettencourt Resendes	1		1	1%
Manuela Alves		1	1	1%
Maria João Rocha	6	1	7	8%
Nuno Galopim	1		1	1%
Paula Carmo	3		3	3%
R.R.		1	1	1%
Não assinadas	16	19	35	39%
TOTAL	61	28	89	100%

ANEXO III

QUADRO 14
AUTORIAS - JORNAL PÚBLICO 1998/99

AUTORES	PEÇAS			
	1998	1999	TOTAL	%
A.C.		1	1	1%
A.C.F.		1	1	1%
A.P.	1		1	1%
Adrian Hadland	1		1	1%
Ana Paula Fernandes		1	1	1%
António Gonçalves		1	1	1%
António Soares Lopes		1	1	1%
Bárbara Reis		1	1	1%
Bárbara Wong		1	1	1%
Carlos Pacheco		1	1	1%
Celeste Pereira		1	1	1%
Cesaltina Pinto a)	4	1	5	6%
Clara Teixeira c)		1	1	1%
Eduardo Dâmaso	1		1	1%
Eunice Lourenço	1		1	1%
Helena Garrido c)		1	1	1%
Helena Pereira b)	3		3	3%
Isabel Braga		2	2	2%
Isabel Leiria		2	2	2%
J.M.R.	1		1	1%
Joana Ferreira da Costa		1	1	1%
João Pedro Henriques b)	1		1	1%
Joaquim Trigo de Negreiros c)	2	1	3	3%
Jorge Heitor	4	5	9	10%
José Bento Amaro	1		1	1%
José Vicente Lopes	1	1	2	2%
Kathleen Gomes		1	1	1%
Lucinda Canelas		3	3	3%
Luís Salgado de Matos	1		1	1%
Lurdes Ferreira b)	2		2	2%
Manuel Barros		1	1	1%
Manuel Fernandes Vicente		1	1	1%
Marcelo Mosse b)	2	3	5	6%
Maria João Guimarães		1	1	1%
Mário Matos e Lemos	1		1	1%
Miguel Sousa Tavares	1		1	1%
Pedro Rosa Mendes	3		3	3%
Reginaldo Silva c)		3	3	3%
Rui Flores	1		1	1%
S.O.		1	1	1%
Não assinadas	6	10	16	19%
TOTAL	38	48	86	100%

a) três co-autorias em 1998

b) uma co-autoria em 1998

c) uma co-autoria em 1999

ANEXO IV

ANEXO IV

QUADRO 1
DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA APD BILATERAL PORTUGUESA

SECTORES	1994-95		Desembolsos brutos, média de dois anos		
	MUSD	%	1998-99	Média do CAD %	
			MUSD	%	
INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	62	39	51	22	31
EDUCAÇÃO	38	24	18	8	10
da qual: Educação Básica	0	0	0	0	1
SAÚDE	6	4	8	3	4
da qual: Saúde Básica	0	0	0	0	2
POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA	—	—	0	0	2
ÁGUA E SANEAMENTO	0	0	1	0	5
GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	13	8	11	5	5
OUTROS SERVIÇOS SOCIAIS	5	3	13	6	5
INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS	13	8	26	12	19
TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	1	1	5	3	9
COMUNICAÇÕES	9	6	7	3	1
ENERGIA	1	1	0	0	6
BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	2	1	0	0	1
NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS	—	—	14	6	2
SECTORES DE PRODUÇÃO	9	6	8	3	9
AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS	2	1	3	1	7
INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO	3	2	3	1	2
COMÉRCIO E TURISMO	4	3	2	1	0
OUTROS	0	0	—	—	0
MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL	1	1	30	13	8
AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA EM PRODUTOS	0	0	4	2	8
ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA	62	39	100	44	7
AJUDA DE EMERGÊNCIA	4	3	2	1	10
CUSTOS ADMINISTRATIVOS	5	3	5	2	6
APOIO ÀS ONG	1	1	3	1	2
TOTAL BILATERAL AFECTADO/ESPECIFICADO	157	100	229	100	100
<i>Para referência:</i>					
TOTAL BILATERAL	196	68	230	75	71
do qual: não afectado/não especificado	39	14	2	1	5
TOTAL MULTILATERAL	92	32	75	25	29
TOTAL APD	288	100	305	100	100

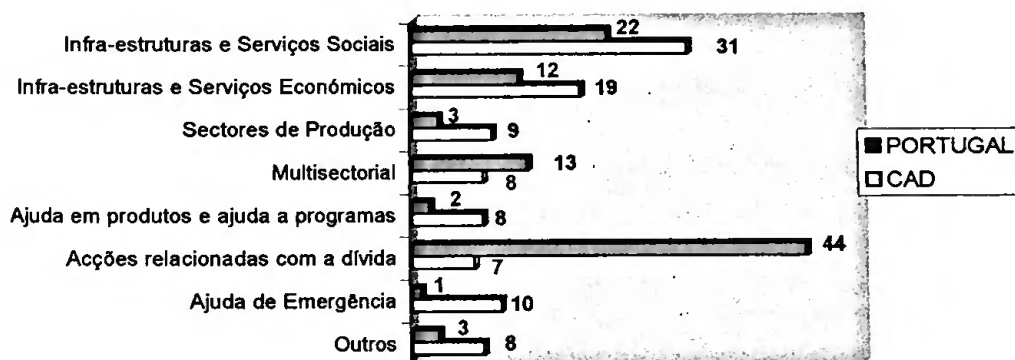
Nota: preços e taxas de câmbio correntes

Fonte: CAD/OCDE 2001

ANEXO IV

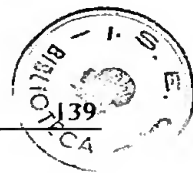
GRÁFICO 1
DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA APD BILATERAL PORTUGUESA %
(1998/99)
(Desembolsos brutos, média de dois anos)

Fonte: CAD/OCDE



Bibliografia

- Afonso, Maria Manuela – *Educação e Classes Sociais em Cabo Verde*, Tese de Mestrado em Desenvolvimento Social e Económico em África, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa, 1996.
- Andersen, J.G. e P.M. Christiansen – *Taxes Without Welfare, Public Expenditure in International Light*, Edição DJOFs Forlag, Copenhaga, 1991.
- Barata-Feyo, José Manuel - Prefácio do Tradutor in Woodrow, Alain – *Informação Manipulação*, Publicações D.Quixote, Lisboa, 1991.
- Brann Direct Marketing, *From Philanthropy to Empowerment: Charity Marketing in a Changed Society*, London, 1993.
- Comissão Europeia – Eurobarómetro 36: *The Way Europeans Perceive The Third World in 1991*, INRA European Co-ordinating Office, Bruxelas, Março de 1992.
- Comissão Europeia - Eurobarómetro 44.1: *The way Europeans perceive developing countries in 1995*, INRA European Co-ordinating Office, Bruxelas, Março de 1998.
- *Country Profile, Angola 1999-2000*, The Economist Intelligence Unit, 1999, United Kingdom.
- *Country Profile, Mozambique 1996-97*, The Economist Intelligence Unit, 1997, United Kingdom.
- *Country Profile, São Tomé and Príncipe, Guinea-Bissau, Cape Verde 1998-99*, The Economist Intelligence Unit, 1998, United Kingdom.
- Courier – *European Public Opinion and Development Aid*, Edição The Courier, nº88 (Nov/Dez), 1984.
- Fallows, James - *Breaking the News: How the Media Undermine American Democracy*, Edição Vintage, Nova York, 1997.
- Ferin Cunha, Isabel – *D. José Policarpo na Imprensa Portuguesa*, separata da Revista DIDASKALIA, volume XXIX, fascículos 1 e 2, Universidade Católica Portuguesa, 1999.
- Ferin Cunha, Isabel – *Nós e os Outros nos Artigos de Opinião da Imprensa Portuguesa*, in *Lusotopie, Lusotropicalisme, Idéologies Coloniales et Identités Nationales dans les Mondes Lusophones*, Éditions Karthala, Paris, 1998.



- Ferin Cunha, Isabel – *Os Africanos na Imprensa Portuguesa: 1993-1995*, Edição CIDAC, Lisboa, 1996.
- Figueiredo, Alexandra e Ribeiro, Mário – *A Cooperação Não Governamental no Esforço Global da Cooperação Portuguesa 1998* – Direcção de Serviços de Programação, Avaliação e Documentação, Instituto da Cooperação Portuguesa, Lisboa, 1999.
- Foy, Colm e Helmich, Henny – *Public Support for International Development*, OCDE, Paris, 1996.
- Geffray, Christian – *Le Lusotropicalisme Comme Discours de L'amour Dans La Servitude* - In *Lusotopie, Lusotropicalisme, Idéologies Coloniales et Identités Nationales dans les Mondes Lusophones*, Éditions Karthala, Paris, 1998.
- *Geographical Distribution of Financial Flows to Aid Recipients. Disbursements, Commitments, Country Indicators (1993-1997)*, OCDE, Paris, 1999.
- *Guia das ONGD*, Plataforma das ONGD, Lisboa, Dezembro de 1997.
- Hoch, Paul – *The Newspaper Game: The Political Sociology of the Press*, Edição Calder Boyars, Londres, 1974.
- Holm, H.H. – *What Denmark does, An Analysis of Danish Development Policy*, Edição Aarhus: Politica, 1982.
- Ignatieff, Michael – *The Warrior's Honour: Ethnic War and Modern Conscience*, Edição Viking, Toronto, 1998.
- Killick, Anthony – *The Developmental Effectiveness of Aid to Africa*, 1991.
- Leite, Joana Pereira - *Alguns Dados Cronológicos, Definição de Fronteiras e Política Administrativa Colonial*, documento de estudo do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, ISEG, 1999.
- Lemos, Mário Matos - *Política Cultural Portuguesa em África, o caso da Guiné-Bissau*, Edição Europam, Lisboa, 1999.
- Littlejohn, Stephen – *Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana*, Edições Guanabara, Rio de Janeiro, 1978.
- Luhmann, Niklas – *A Improbabilidade da Comunicação*, Edição Vega, Lisboa, 1992.
- Macondes Filho, Ciro – *O Capital da Notícia. Jornalismo como Produção Social de Segunda Natureza*, Edição Ática, São Paulo, 1986.
- MacQuail, Denis – *Mass Communication Theory: an introduction*, Sage, London, 1992.

- McGillivray, M. e White, H. – *Explanatory Studies of Aid Allocations Among Developing Countries. A Critical Survey, Working Paper Series nº148*, Edição Institute of Social Studies, Haia, 1993.
- Moita, Luís – *O que é a Educação para o Desenvolvimento?*, CIDAC – Objectivo Cooperação/Jovens, Lisboa, 1999.
- Molotch, Harvey L. e Lester, Marilyn – *News as Purposive Behavior: On the Strategic Use of Routine Events, Accidents and Scandals*, American Sociological Review, 1974.
- Monteiro, Ramiro Ladeiro – *A África na Política de Cooperação Europeia*, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1997.
- OCDE/CAD - *Aid Review 1993/94, Report by the Secretariat and questions for the review of Portugal*, Paris, 1993.
- OCDE/CAD – *DAC Scoping Study of Donor Poverty Reduction Policies and Practices*, Executive Summary, DAC Informal Network on Poverty Reduction, London, 1999.
- OCDE/CAD - *Geographical Distribution of Financial Flows to Aid Recipients 1993-1997*, Paris, 1999.
- OCDE/CAD - *Série des examens en matière de coopération pour le développement – Portugal*, nº22, Paris, 1997.
- OCDE/CAD - *Review of the development co-operation policies and programmes of Portugal*, Draft Secretariat Report, Paris, 2001.
- Oppenheimer, Jochen - *Réalités et Mythes de la Coopération Portugaise*, in *Lusotopie, Lusotropicalisme, Idéologies Coloniales et Identités Nationales dans les Mondes Lusophones*, Éditions Karthala, Paris, 1998.
- Pratt, C. – *Internationalism Under Strain. The North-South Policies of Canada, The Netherlands, Norway and Sweden*, Edição University of Toronto Press, Toronto, 1989.
- *Protocolo de Cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD)*, Lisboa, 20 de Junho de 2001.
- Queiroz, João e Costa, Paulo - *Manual para a Concepção de um Projecto de Educação para o Desenvolvimento*, CIDAC, - Projecto Formar os Jovens para o Desenvolvimento, Outubro 2000.

- *II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997, Indicadores Socio-demográficos, Maputo Cidade*, Edição Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, Maputo.
- Reid, Angus - *Focus Group Study: Final Report. Angus Reid Group for CIDA*, Setembro, 1996.
- *Relatório de Actividades do Instituto da Cooperação Portuguesa 1997/98*, Introdução, - Edição Instituto da Cooperação Portuguesa, Lisboa, Janeiro 1999.
- Ribeiro, Mário - *Parcerias Estado /ONG, Estudo de Caso*, Colecção Cadernos Nortisul 6, CIDAC, Lisboa, 1997.
- Ribeiro Pedro, Emília - *Análise Crítica do Discurso*, Edição Caminho, Colecção Universitária, série Linguística, Lisboa 1997.
- Riddell, Roger - *Foreign Aid Reconsidered*, Overseas Development Institute, London, 1987.
- Risse-Kappen, Thomas - *Public Opinion, Domestic Structure and Foreign Policy in Liberal Democracies*, Edição World Politics, Vol.43, nº4, 1991.
- Rodrigues, Adriano Duarte - *Comunicação e Cultura*, Edição Presença, Lisboa, 1994.
- Rodrigues, Adriano Duarte - *Estratégias de Comunicação. A Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade*, Edição Presença, Lisboa, 1990.
- Saperas, Enric - *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*, Edição ASA, Porto, 1993.
- Smillies, Ian e Helmich, Henny - *L'Opinion Publique et la Coopération au Développement*, OCDE, Paris, 1998.
- Stern, Marc - *Development Aid: What the Public Thinks*, UNDP/ODS, New York, May 1998.
- Stokke, Olav - *Foreign Aid Towards the Year 2000: Experiences and Challenges*, EADI BOOK Series 18, Frank Cass.London, 1999.
- Stokke, Olav - *Western Middle Powers and Global Poverty. The Determinants of the Aid Policies of Canada, Denmark, The Netherlands, Norway and Sweden*, Edição Uppsala, Scandinavian Institute of African Studies, 1989.
- *The Reality of Aid, 1997, An Independent Review of Poverty Reduction and Development Assistance*, Edição Earthscan Publications Ltd, Londres, 1997.



- *The Reality of Aid, 2000, An Independent Review of Poverty Reduction and Development Assistance*, Edição Earthscan Publications Ltd, Londres, 2000.
- Traquina, Nelson – *Jornalismo – Questões, Teorias e “Estórias”*, Edição Vega, Lisboa, 1993.
- Traquina, Nelson - *Revista de Comunicação e Linguagens, Jornalismo*, nº8, Edição Centro de Comunicação e Linguagens (CECL), Lisboa, 1988.
- UNDP - *Development Aid: What the Public Thinks*, Office of Development Studies, Edição Oxford University Press, Nova York, 1996.
- Van Dijk, Teun A. - *La Noticia Como Discurso. Comprensión, Estructura y Producción da la Información*, Edição Paidós Comunicación, Barcelona, 1990.
- Wilmsen, Christian – *The Omnipotence Trap, The Erosion of Development Policy in the German Public Eye*, Edição Views From Germany, 2/96, suplemento do EKD Bulletin, 1996.
- Winter, Anne – *Is Anyone Listening?*, Edição UN Non-Governmental Liaison Service, Genebra, 1996.
- Wolf, Mauro – *Teorias da Comunicação*, Edição Presença, Lisboa, 1994.
- World Bank – *Assessing Aid. What Works, What Doesn't and Why. A World Bank Policy Research Report*, Oxford University Press, Nova York, 1998.
- Yankelovich, Daniel – *Coming to Public Judgement: Making Democracy Work in a Complex World*, Syracuse University Press, Syracuse, Nova York, 1991.
- Zaky, Ahmed - Discurso proferido na qualidade de Presidente da Plataforma Nacional das ONGD, a quando da assinatura do *Protocolo de Cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD)*, Lisboa, 20 de Junho de 2001.